

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Danyella Juliana Martins de Brito

POBREZA, DESIGUALDADE E CRESCIMENTO: UMA
ANÁLISE PARA O AGRESTE PERNAMBUCANO

Caruaru

2011

Danyella Juliana Martins de Brito

**POBREZA, DESIGUALDADE E CRESCIMENTO: UMA
ANÁLISE PARA O AGRESTE PERNAMBUCANO**

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Pernambuco – CAA,
como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Roberta de Moraes Rocha

Caruaru

2011

POBREZA, DESIGUALDADE E CRESCIMENTO: UMA ANÁLISE PARA O AGRESTE PERNAMBUCANO

Danyella Juliana Martins de Brito

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Dra. Roberta de Moraes Rocha (UFPE)

2º Examinador: Profa. Dra. Monaliza de Oliveira Ferreira (UFPE)

3º Examinador: Profa. Dra. Sónia Maria Fonseca Pereira Oliveira Gomes (UFPE)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas oportunidades que me foram concedidas e por ter me dado forças e guiado o meu caminho para que eu pudesse concluir uma importante etapa da minha vida.

Ao meu pai e grande mestre, Osvaldo Brito, com quem aprendi importantes lições que carregarei por toda minha vida. Homem batalhador pelo qual tenho muito orgulho, agradeço por me apoiar e me fazer acreditar que nada é impossível.

A minha mãe, Maria Da Paz, a quem dedico muito amor e agradeço por sua dedicação e amizade. A ela minha profunda gratidão por sempre me apoiar e acreditar na minha capacidade.

A minha irmã, Dayane Brito, que tem estado ao meu lado sempre me mostrando que sou capaz de chegar onde desejo, enfim, por todos os conselhos e pela confiança em mim depositada, sou imensamente grata a ela.

A Vinícius Amaral, pela ajuda e pelas revisões, além de sua paciência comigo nos momentos em que a dedicação a esta pesquisa foi exclusiva. Agradeço por ter me ajudado a ver muitas coisas que talvez eu não tivesse visto.

Aos meus amigos, familiares e colegas de curso pela cumplicidade e amizade. Agradeço em particular aqueles que estiveram sempre ao meu lado: Tio Kennedy, Danyelle Branco, Laryssa Lopes, Raphaella Leite e Hélder Marinho.

À Prof^a. Dra. Roberta Rocha, pela orientação, estímulo e atenção dedicada a esta pesquisa. Seu apoio e firmeza nos ensinamentos foram essenciais para conclusão desta. Agradeço por não ter medido esforços para elaboração deste estudo e, inclusive, pelas inúmeras revisões de texto.

Aos professores de Economia da UFPE-CAA, que compartilharam seus conhecimentos comigo, agradeço pela boa formação acadêmica. Em especial, à Prof^a. Dra. Sônia Gomes pela ajuda neste estudo e fornecimento de material de pesquisa.

Aos integrantes da Banca Examinadora, professoras de extrema competência com as quais adquiri muitos ensinamentos, agradeço pelos comentários e contribuições.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente para realização deste trabalho.

RESUMO

O presente estudo investiga a relação de dois indicadores socioeconômicos – a concentração de renda e o crescimento econômico – com a “pobreza” da mesorregião do Agreste Pernambucano, no Nordeste do Brasil. A investigação tem como objetivo observar se o crescimento econômico foi acompanhado ou não de uma redução nos índices de desigualdade e de pobreza na mesorregião, dada as distintas realidades das áreas rural e urbana e o papel das transferências governamentais. Para tanto, foram construídos indicadores de pobreza para a mesorregião, com base nas linhas de pobreza de Rocha (2006) e Kageyama e Hoffmann (2006). O método utilizado consiste basicamente na análise exploratória de dados, associada a uma análise econométrica de correlação a nível municipal, que visa examinar a relação entre o crescimento recente do Agreste, os indicadores de pobreza e de desigualdade de renda. Tais análises mostram-se eficientes, no sentido de apontar se o crescimento foi distribuído e usufruído pela população, com a redução da pobreza e da concentração de renda, no Agreste Pernambucano. O exame empírico é realizado para os anos de 1991 e 2000, com base no Censo Demográfico, nos dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e da RAIS-MTE (Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho). Os principais resultados apontam para um crescimento econômico acompanhado de uma elevação da concentração de renda e redução dos índices de pobreza. Por outro lado, nos estratos rurais identificou-se uma elevada incidência da pobreza. Também foi observado que há um grande contingente da população em situação de pobreza no Agreste, devido basicamente seu baixo nível de rendimentos, e não necessariamente devido à ausência de acesso a algumas condições de infra-estrutura básicas. Constatou-se que a proporção total de pobres (considerando estrato rural e urbano) pelo critério de pobreza II, que considera exclusivamente a renda proveniente do trabalho, passou de aproximadamente 0,33 para 0,36, na mesorregião. Pelos critérios de pobreza I e III, que consideram o rendimento total dos indivíduos e o rendimento domiciliar *per capita*, a proporção total de pobreza se reduz em, respectivamente, 16,18% e 21,73%, no Agreste. Tais resultados demonstram que, entre 1991 e 2000, o crescimento econômico apresentou certas limitações em gerar redução da pobreza, para tanto seria necessário que o indicador de pobreza II apresentasse resultados melhores, tendo em vista que este último indicador de pobreza é o que está diretamente ligado aos efeitos do crescimento econômico, na medida em que reflete o nível de rendimentos do trabalho dos indivíduos. Portanto, as transferências governamentais assumiram um papel relevante para redução da pobreza, no período de análise. Assim, nos anos recentes houve uma elevação na desigualdade de rendimentos do trabalho, o que contribui para a desigualdade de renda familiar. Percebe-se que a redução da pobreza no Agreste Pernambucano, de modo sustentável e no sentido de que haja redução da desigualdade de renda, toca diretamente na questão da expansão do emprego e das condições para inserção do indivíduo no mercado de trabalho.

Palavras-chaves: Pobreza, Desigualdade, Crescimento Econômico, Agreste Pernambucano.

ABSTRACT

The study investigates the relationship of two socioeconomic indicators – the concentration of income and economic growth – with the "poverty" of "Agreste Pernambucano", in Northeast of Brazil. The analysis aims to see if the economic growth was accompanied or not by a reduction in concentration of income and poverty in mesoregion, given the distinct realities of rural and urban areas and the role of government transfers. For this, it was built indicators of poverty for the mesoregion, based on poverty lines of Rocha (2006) and Kageyama e Hoffmann (2006). The method consists basically of exploratory data analysis, combined with an econometric analysis of correlation, at the municipal level, which will aim to examine the relationship between the recent growth of "Agreste", the indicator of poverty and income inequality. These analysis show to be efficient, in the sense of showing that the growth was distributed and enjoyed by the population, with the reduction of poverty and income concentration, in "Agreste Pernambucano". The empirical examination is conducted in the years of 1991 and of 2000, based on the Demographic Census, on the data from the IPEA (Institute of Applied Economic Research) and RAIS-MTE (Annual Report of Social Information of the Ministry of Labour). The results indicate economic growth accompanied by a high concentration of income and reduction in poverty rates. On the other hand, the rural strata revealed a high incidence of poverty. It has also been observed that there's a large contingent of the population is in poverty in "Agreste", essentially because of their low income level, and not necessarily because of lack of access to some conditions of basic infrastructure. It was verified that the proportion of people in poverty (considering rural and urban areas) by the criterion of poverty II, which considers only the income from their work, increased from approximately 0.33 to 0.36 in mesoregion. According to the criterions of poverty I and III, which consider the total income of individuals and household income *per capita*, the total proportion of poverty is reduced by respectively 16.18% and 21.73% in "Agreste". These results show that between 1991 and 2000, economic growth had certain limitations to generate poverty reduction, for that it would require that the poverty indicator II showed better results in view that the latter is the poverty indicator which is directly on the effects of economic growth, as it reflects the level of earnings of individuals. So government transfers have taken a relevant role for poverty reduction during the period of analysis. So in recent years there has been an increase in inequality of earnings, which contributes to the inequality of family income. It can be seen that the reduction of poverty in "Agreste Pernambucano", sustainably and in the sense that there is a reduction of income inequality, touches directly on the issue of expansion of employment and the conditions for insertion of the individual in the labor market.

Key Words: Poverty, Inequality, Economic Growth, Agreste Pernambucano.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Análise Descritiva dos dados de Pernambuco – 1991 e 2000	17
TABELA 2. Variação do número de Estabelecimentos Formais e Trabalhadores Formais,	22
TABELA 3. Composição das Rendas, 1991 e 2000, em R\$ de 2000	31
TABELA 4. Derivação das Linhas de Pobreza para Áreas Urbanas e Rurais do Nordeste – Set. 1990	36
TABELA 5. Linhas de Pobreza e Indigência de Rocha	37
TABELA 6. Número de Indivíduos Pobres e Não Pobres (Linhas de Pobreza Diferenciadas para Estrato Rural e Urbano) – 1991 e 2000	38
TABELA 7. Percentuais de Variação de Pobres e Não Pobres (Linhas de Pobreza Diferenciadas para Estrato Rural e Urbano) – de 1991 para 2000 (%).....	39
TABELA 8. Número de Indivíduos Indigentes e Não Indigentes (Linhas de Indigência Diferenciadas para Estrato Rural e Urbano) – 1991 e 2000	41
TABELA 9. Proporção de Indivíduos Pobres por Mesorregiões Pernambucanas e Estrato Rural e Urbano (Linhas de Pobreza Diferenciadas para Estrato Rural e Urbano) – 1991	42
TABELA 10. Proporção de Indivíduos Pobres por Mesorregiões Pernambucanas e Estrato Rural e Urbano (Linhas de Pobreza Diferenciadas para Estrato Rural e Urbano) – 2000	42
TABELA 11. Percentuais de Variação da Pobreza por Mesorregiões Pernambucanas e Estrato Rural e Urbano (Linhas de Pobreza Diferenciadas para Estrato Rural e Urbano) – de 1991 para 2000 (%).....	43
TABELA 12. Proporção de Indivíduos Pobres (Linhas de Pobreza Diferenciadas para Estrato Rural e Urbano) – 1991 e 2000.....	46
TABELA 13. INPC, INPC “Corrigido” e Valor do Salário Mínimo	53
TABELA 14. Relação entre a Linha de Pobreza de R\$150,00 e o valor do Salário Mínimo Real	54
TABELA 15. Números Absolutos de Indivíduos Pobres e Não Pobres, pela Linha de Pobreza de 0,5 S.M. – 1991 e 2000.....	55
TABELA 16. Proporção de Indivíduos Pobres, pela Linha de Pobreza de 0,5 S.M. – 1991 e 2000	56
TABELA 17. Indicadores de Desigualdade – 1991 e 2000	70

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. Número de Estabelecimentos das Mesorregiões Pernambucanas, com exceção da Mesorregião Metropolitana do Recife, em 1991	18
GRÁFICO 2. Número de Estabelecimentos das Mesorregiões Pernambucanas, com exceção da Mesorregião Metropolitana do Recife, em 2000	19
GRÁFICO 3. Número de Trabalhadores com Emprego Formal nos Setores do Agreste Pernambucano, entre 1991 e 2000.....	21

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Distribuição dos Percentuais da Renda do Trabalho e das Transferências na Renda Total dos Municípios de Pernambuco	40
FIGURA 2. Distribuição dos Percentuais da Renda do Trabalho e das Transferências na Renda Total dos Municípios do Agreste Pernambucano	40
FIGURA 3. Definição de Pobreza de Kageyama e Hoffmann (2006)	52
FIGURA 4. Cartograma do Índice de Gini dos Municípios de Pernambuco – 1991 e 2000	68
FIGURA 5. Análise de Correlação - Critério de Pobreza I	77
FIGURA 6. Análise de Correlação - Critério de Pobreza II	79

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CRESCIMENTO ECONÔMICO	14
3 POBREZA.....	23
3.1 Mensuração da “Pobreza”	25
3.2 Construção do indicador de pobreza referente à Linha de Pobreza de Sônia Rocha	34
3.2.1 Definição das Linhas de Pobreza	34
3.2.2 Resultados das Linhas de Pobreza Calculadas para o Agreste Pernambucano.....	38
3.3 Construção do indicador de pobreza referente à Linha de Pobreza de Kageyama e Hoffmann ..	50
3.3.1 Definição das Linhas de Pobreza	50
3.3.2 Resultados para o Agreste Pernambucano.....	52
4 DESIGUALDADE	59
4.1 Indicadores de desigualdade para o Agreste Pernambucano	65
5 RELAÇÃO CRESCIMENTO-POBREZA-DESIGUALDADE.....	72
5.1 Análise de correlação entre os indicadores de pobreza e de crescimento e desigualdade de renda	76
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS.....	84
ANEXOS	93
ANEXO A – Produto Interno Bruto dos cinco Municípios com Maior Participação no PIB do Agreste Pernambucano – 2002 e 2006.....	94
ANEXO B – População e PIB per capita para os principais municípios do Agreste Pernambucano – 2002 e 2006	94
APÊNDICES	95
APÊNDICE A – Produto Interno Bruto das Mesorregiões pernambucanas entre 1985 e 2000 em valores de 2000 (R\$ mil).....	96

1 INTRODUÇÃO

A análise em torno de alguns problemas socioeconômicos, como “pobreza” e “desigualdade de renda”, os quais têm um importante papel na história econômica brasileira para explicar o crescimento do país, recentemente tem tomado outra conotação e norteados debates de cientistas regionais. A questão é que o Brasil, segundo o censo demográfico realizado em 2000, apresentava 47% de sua população vivendo em situação de pobreza, ou seja, com renda *per capita* inferior à metade de um salário mínimo. No entanto, contrapondo-se ao que essa realidade a princípio induz a pensar, o Brasil, na concepção de Barros, Henrique e Mendonça (2001), não seria considerado um país pobre e, sim, com um número elevado de pessoas pobres, tendo em vista que a pobreza, na concepção desses autores, deve-se mais à desigualdade na distribuição de recursos que à escassez destes.

Diante desse contexto observado para o Brasil, uma questão fica para ser respondida: de uma maneira geral, será que o crescimento econômico do país tem beneficiado a faixa da população mais pobre? Ou, de outra forma, o que se pode dizer sobre a relação entre crescimento, pobreza e concentração de renda?

Intuitivamente, pode-se esperar que se o crescimento econômico de uma nação gerar, em algum grau, desenvolvimento, no sentido mais amplo deste conceito, melhorando a qualidade de vida da população como um todo, os índices que avaliam o percentual da população que vive na faixa da pobreza devem apresentar uma tendência de decréscimo. Em uma situação oposta a esta, quando apenas uma parcela da população é beneficiada pelo crescimento econômico, elevadas taxas de concentração de renda podem induzir a uma tendência de aumento de pobres.

Nesse sentido, é possível que, *ceteris paribus*, elevações no nível de renda impliquem na redução da pobreza, quando há queda nos índices de concentração de renda. Enquanto, o aumento da desigualdade tende a ampliar a distância entre “pobres” e “ricos” e, portanto, aumentará a pobreza¹. Além disso, o crescimento econômico da renda agregada nacional pode estar associado com o aumento da desigualdade de renda, e com uma diminuição da pobreza absoluta². Neste caso, o crescimento não seria pró-pobre, uma vez que, para tanto, seria

¹ O conceito de pobreza, visto a princípio como insuficiência de renda, tem evoluído. Na concepção de Sen (2000) este conceito seria bem mais abrangente, saindo do âmbito restrito fundamentado na renda, e atingindo um sentido mais amplo, no qual a pobreza estaria associada à carência de liberdade das pessoas buscarem o tipo de vida que elas dão valor. O problema da pobreza está correlacionado com um grande número de outros fatores, dos quais se pode citar renda, saúde, educação, acesso a bens básicos.

² A pobreza absoluta é medida a partir de critérios definidos por especialistas que analisam a capacidade de consumo das pessoas, portanto considera-se pobre aquele indivíduo que não consegue ter acesso a uma cesta

necessário que o indivíduo pobre obtivesse benefícios proporcionalmente maiores que aqueles não-pobres, reduzindo a desigualdade de renda entre pobres e não-pobres. O conceito de crescimento “pró-pobre” está relacionado à capacidade do crescimento de gerar expressiva redução da pobreza, de tal forma que os benefícios aos indivíduos pobres permitam que estes participem da atividade econômica e obtenham vantagens do processo de crescimento econômico.

Neste âmbito algumas medidas ganham destaque. O índice de desigualdade é um dos elementos de maior relevância na análise do impacto do crescimento econômico sobre a redução da pobreza. Deste modo, quando se analisa a variável pobreza, é de extrema importância não apenas observar o crescimento econômico por uma ótica quantitativa, mas também através de uma ótica qualitativa, o que permite avaliar o impacto distributivo desse crescimento.

Seguindo essa linha de análise, pretende-se neste estudo estimar indicadores de pobreza e de crescimento econômico para o Agreste Pernambucano. Neste contexto, o exame do Agreste Pernambucano, onde se observa a existência de um Arranjo Produtivo Local Têxtil e de Confecção (APL), trata-se de uma escolha que permite analisar, de fato, como o crescimento econômico tem impactado na condição de vida da população dessa mesorregião. Além disto, é importante destacar aqui a relevância dessa unidade geográfica para o Estado de Pernambuco.

Em 2000, por exemplo, o Agreste Pernambucano respondeu por aproximadamente 13,74% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado e obteve um crescimento a uma taxa de aproximadamente 42%, entre os anos de 1996 e 2000. Quando observado o PIB das mesorregiões pernambucanas entre os anos de 1985 e 2000, pode-se constatar que o PIB do Agreste Pernambucano entre 1985 e 1996 passa a ser o segundo maior de Pernambuco, perdendo apenas para Região Metropolitana de Recife. Sabe-se que há condições geográficas e históricas que explicam a situação vantajosa, neste aspecto, desta última mesorregião (Apêndice A).

Ainda mais importante, tem sido a sustentabilidade do crescimento econômico do Agreste Pernambucano, tendo em vista que, entre 2002 e 2006, tal mesorregião apresentou

alimentar e de bens mínimos necessários a sua sobrevivência. Nesta pesquisa, foi utilizada a linha absoluta de pobreza usando o conceito de *incidência da pobreza*, no qual é feito um estudo da proporção da população com renda abaixo de um determinado nível. Tal estudo, das linhas absolutas de pobreza no Brasil, foi utilizado por Rocha (2006), onde foram estimados os valores da linha de pobreza de cada região para 1991 e 2000, entre outros anos.

um crescimento de 64,93%, também podendo ser detectado um crescimento significativo do PIB *per capita* no período em questão. Quando observado o Agreste Pernambucano a partir de 2000, fica evidente que o crescimento econômico observado nos anos de 1985-96 se sustenta ao longo dos períodos seguintes. Nesse sentido, vale ressaltar que a taxa de crescimento do PIB do Agreste foi superior ao total da taxa de crescimento do Estado de Pernambuco, nos anos observados (ANEXO A).

O crescimento econômico da mesorregião estudada, entre os anos de 2002 e 2006, também foi acompanhado de um crescimento do PIB *per capita* municipal. Assim, pode-se dizer que, não apenas o PIB do Agreste se elevou, como também o somatório do PIB *per capita* municipal passou para R\$ 223.968,72, em 2006 (ANEXO B).

Há ainda outros fatores que tornam a análise da mesorregião selecionada tão relevante. Pode-se citar o fato de no Agreste Pernambucano localizar-se um Pólo Industrial Têxtil e de Confecção, que concentra, respectivamente, 68% e 59% dos estabelecimentos formais e do pessoal ocupado da indústria têxtil e de confecção do Estado. Vale ainda destacar que, com base nos dados anuais da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 84% desses estabelecimentos estão concentrados apenas em três municípios: Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe.

Como já observado, em 2000, 47% da população brasileira estava na zona de pobreza, destes quase a metade vivia na região Nordeste. As oscilações dos indicadores de pobreza estão fortemente vinculadas ao que ocorre no Nordeste, uma vez que tal região possui um papel crucial na análise da desigualdade do país devido à posição extrema que ocupa – como uma das áreas com maior incidência de pobreza – e também pelo elevado peso demográfico a ela associado (ROCHA, 1998). Pode-se dizer que as discussões sobre pobreza nessa região têm uma contribuição significativa para uma análise geral, pois a redução da pobreza no Brasil passa necessariamente pela redução da pobreza no Nordeste.

Por tudo isso, o objetivo geral deste estudo é observar se o crescimento econômico do Agreste Pernambucano foi acompanhado de uma redução nos indicadores de pobreza e desigualdade de renda, levando-se em consideração o impacto das transferências governamentais. Através dessa análise será possível caracterizar o crescimento dessa mesorregião, dito de outra maneira, pode-se detectar se esse crescimento econômico foi acompanhado ou não de uma redução no índice de desigualdade e pobreza.

Deste modo, para atingir tal objetivo, será feito um breve levantamento histórico da economia do Agreste Pernambucano, com ênfase na década de 1990. Assim como será analisada a evolução do crescimento econômico e dos indicadores de concentração de renda

para a Mesorregião. Ainda para atingir o objetivo geral deste estudo, serão construídos indicadores de pobreza para o Agreste, com base nas linhas de pobreza de Rocha (2006) e Kageyama e Hoffmann (2006). Assim será investigado se o crescimento econômico dessa Mesorregião esteve associado a uma redução da pobreza.

Os principais objetivos específicos executados nesta pesquisa foram:

1. Revisão da literatura;
2. Construção de um indicador de pobreza (escolha da definição de pobreza utilizada na pesquisa) e definição do indicador de desigualdade;
3. Análise descritiva dos dados;
4. Investigação empírica da relação entre pobreza, desigualdade e crescimento econômico (crescimento do PIB/número de empresas formais/pessoal ocupado/pessoal ocupado na indústria);
5. Com base nos resultados serão respondidas as seguintes perguntas:
 - 5.1. Se o crescimento recente do Agreste Pernambucano foi acompanhado pela redução da desigualdade de renda entre a população (renda familiar *per capita*) – distância entre a renda – considerando duas amostras: população total e população excluindo os beneficiários de programas sociais.
 - 5.2. Se reduziu o número de pobres;
 - 5.3. Em caso afirmativo, qual seria a contribuição das políticas sociais para esta redução?

O método utilizado será basicamente uma análise exploratória de dados, a qual deverá ser associada a uma análise econométrica, a nível municipal, que visará examinar (análises de correlação) a relação entre o crescimento recente do Agreste, os indicadores de pobreza e de desigualdade de renda, com o objetivo de apontar se de fato este crescimento recente do Agreste foi distribuído e usufruído pela população, com a redução da pobreza e da concentração de renda. A investigação utilizará como base de dados os Censos Demográficos dos anos de 1991 e 2000 do IBGE e a unidade geográfica é a mesorregião do Agreste Pernambucano. As variáveis utilizadas nesta pesquisa serão índice de pobreza, desigualdade de renda e crescimento econômico.

O presente estudo encontra-se dividido em cinco capítulos, com esta introdução. No Capítulo 2 tem-se uma análise do crescimento econômico do Agreste Pernambucano. O Capítulo 3 apresenta informações sobre a pobreza na Mesorregião. Na sequência, tem-se o Capítulo 4, que examina a concentração de renda, e o Capítulo 5, com uma análise conjunta

das variáveis pobreza, crescimento econômico e concentração de renda, para o Agreste. E por fim, o Capítulo 6 apresenta as considerações finais.

2 CRESCIMENTO ECONÔMICO

Estudos sobre pobreza estão diretamente relacionados à observação de como se dá o crescimento econômico, devido à necessidade de identificar como os indivíduos estão se beneficiando quando há crescimento, especialmente aqueles considerados pobres. Existe uma literatura abrangente que observa tal relação (RAVALLION; DATT, 2002, RAVALLION; CHEN, 2003, SON, 2004). Neste sentido, é importante identificar os principais determinantes da prosperidade econômica de uma nação ou região. Data do final dos anos de 1770, as primeiras publicações de Adam Smith, objetivando investigar as causas da riqueza das nações. A partir dos anos de 1950 e das publicações de Solow (1956) o exame deste tema ganha força (JONES, 2000). Solow foi um dos autores pioneiros no desenvolvimento de pesquisas que tentaram identificar os motivos de alguns países serem pobres enquanto outros não, observando, além disso, se haveria algum processo de convergência da renda *per capita* desses países. As teorias de Solow foram importantes para o esclarecimento do papel da acumulação de capital físico e deram ênfase à função do progresso técnico como motor fundamental do crescimento econômico sustentado (JONES, 2000).

O crescimento econômico, quando atrelado a políticas de desenvolvimento e redistribuição de renda na sociedade, representará uma forma de melhorar as condições de vida dos indivíduos mais pobres ao longo dos anos, havendo a necessidade, em alguns países, de adoção de políticas emergenciais de curto prazo (SILVA MELO; SAMPAIO, 2010). Assim, pode-se perceber que um melhor entendimento do crescimento econômico de uma determinada localidade é fundamental para que se possa obter melhores políticas econômicas.

Segundo Jones (2000), o crescimento econômico mundial é um fenômeno recente, uma vez que no período que antecede à Revolução Industrial na Grã-Bretanha (1760), o crescimento rápido e sustentado da renda *per capita* é praticamente desconhecido. Para North (1981), o desenvolvimento dos direitos de propriedade intelectual, processo este cumulativo que ocorreu durante séculos, foi responsável pelo crescimento econômico moderno. Portanto, a Revolução Industrial, e início do crescimento econômico sustentado, ocorreram quando aquelas instituições destinadas a proteger os direitos de propriedade intelectual estavam bem desenvolvidas – o que estimulou os empreendedores, dada a possibilidade de captar retorno diante dos imensos retornos sociais gerados pelas suas inovações (JONES, 2000).

Resgatando a concepção de crescimento econômico para uma análise à luz do contexto brasileiro, diversos pesquisadores detectam que o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza é tão maior quanto menor for a desigualdade de distribuição de renda (BARROS; MENDONÇA, 1997, SILVEIRA NETO, 2005, CALDAS; MENEZES, 2010, GONÇALVES; SILVEIRA NETO, 2011). É importante ressaltar que um processo de crescimento econômico não agrega necessariamente transformações sociais e, portanto, não se pode dizer que houve um desenvolvimento econômico em tal situação. O crescimento econômico deve ser entendido como uma condição necessária, porém não suficiente para garantir alterações na qualidade de vida da população. Assim, o crescimento econômico não pode ser considerado um fim, mas sim um meio para se alcançar o desenvolvimento econômico (SOUZA, 2005). Diante desse contexto, há um despertar para a necessidade de um processo de crescimento de modo a considerar os aspectos ligados a redução da desigualdade e da pobreza.

O Agreste Pernambucano, situado na região semi-árida do Estado, tem uma economia caracterizada por exploração agrícola, pecuária e atividades de comércio e serviços; e foi a partir dos anos de 1970 que novas atividades assumiram um papel relevante para economia da Mesorregião (LYRA, 2005). Atividades estas ligadas à produção têxtil e a comercialização dessa produção, em especial através da criação e do incremento de feiras livres³. Também Baltar e Pincovsky (2005), ressaltam a existência de uma bacia leiteira no Agreste, razoavelmente expressiva em termos do Estado.

Por estes, além de outros motivos ligados ao dinamismo econômico recente da mesorregião, Lyra (2005) identifica o Agreste Pernambucano como um pólo de muitas saídas e muitas entradas e o caracteriza como a Mesorregião de mais expressiva troca migratória com o Estado de São Paulo – com maiores percentuais de evasão da população, 39,3% (1970-80) e 33,1% (1981-91), e também de maior atração de migrantes de retorno, 42,5% (70-80), 45,2% (81-91) e 41,3% (90-2000), do Estado de Pernambuco, dado os Censos Demográficos de 1980 a 2000.

Lyra (2005) também ressalta a existência de alguns municípios estratégicos para o dinamismo da Mesorregião. Dentre esses municípios destacam-se Belo Jardim, que possui instalações de indústrias como Palmeiron e Baterias Moura; Santa Cruz do Capibaribe, grande produtor de vestuário; Cachoeirinha, produtor de artefatos de couro; e Caruaru, grande centro de comercialização do Agreste.

³ Pode-se citar a feira livre do Município de Caruaru, nacionalmente conhecida como “Feira da Sulanca”.

Baltar e Pincovsky (2005) identificam a existência de municípios situados na chamada “rota da moda”, no Agreste Pernambucano. Para referenciar tal terminologia, Baltar e Pincovsky (2005) colocam que, no ano de 2000, os Agrestes Setentrional e Central detinham 73% da produção de vestuário do Estado, o que equivalia a produção de 850 milhões de peças por ano, sendo apenas o município de Toritama responsável por 14% da produção nacional de “jeans”, de acordo com pesquisas da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - Condep/Fidem, utilizando também dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 do IBGE.

A princípio foi feita uma análise geral dos dados do Censo Demográfico para os anos de 1991 e 2000 do Estado de Pernambuco (Tabela 1). Em tal análise foi possível constatar que aproximadamente 25,5% e 25,2% dos pernambucanos entrevistados no Censo, de 1991 e de 2000 respectivamente, se concentravam no Agreste Pernambucano. Em 1991, aproximadamente 70,9% dos indivíduos de Pernambuco se localizavam na zona urbana, em 2000 este percentual passa para 76,4%; enquanto a população rural se reduz em aproximadamente 18,9%, entre 1991 e 2000. Tal fenômeno está interligado ao êxodo rural, que caracterizou o século XX no Brasil. Assim, boa parte do crescimento da população urbana resulta da transferência de população oriunda da zona rural.

Tabela 1. Análise Descritiva dos dados de Pernambuco – 1991 e 2000

Ano	1991		2000	
Descrição	Valores	Percentual (%)	Valores	Percentual (%)
Número total da amostra	7.127.947	100	7.929.154	100
Número de indivíduos do sexo masculino	3.442.898	48	3.831.384	48
Número de indivíduos do sexo feminino	3.685.049	52	4.097.770	52
Número de habitantes por mesorregiões				
Sertão Pernambucano	874.080	12	912.533	12
São Francisco Pernambucano	380.991	5	465.927	6
Agreste Pernambucano	1.818.667	26	2.000.353	25
Mata Pernambucana	1.132.544	16	1.210.725	15
Metropolitana de Recife	2.921.665	41	3.339.616	42
Situação do Domicílio (indivíduos)				
Urbano	5.051.489	71	6.054.901	76
Rural	2.076.458	29	1.874.253	24
Domicílio (indivíduos) Urbanos por meso				
Sertão Pernambucano	399.816		484.505	
São Francisco Pernambucano	204.671		283.345	
Agreste Pernambucano	985.314		1.216.578	
Mata Pernambucana	702.766		833.690	
Metropolitana de Recife	2.758.923		3.236.784	
Domicílio (indivíduos) Rurais por meso				
Sertão Pernambucano	474.264		428.028	
São Francisco Pernambucano	176.320		182.582	
Agreste Pernambucano	833.353		783.775	
Mata Pernambucana	429.778		377.035	
Metropolitana de Recife	162.742		102.832	

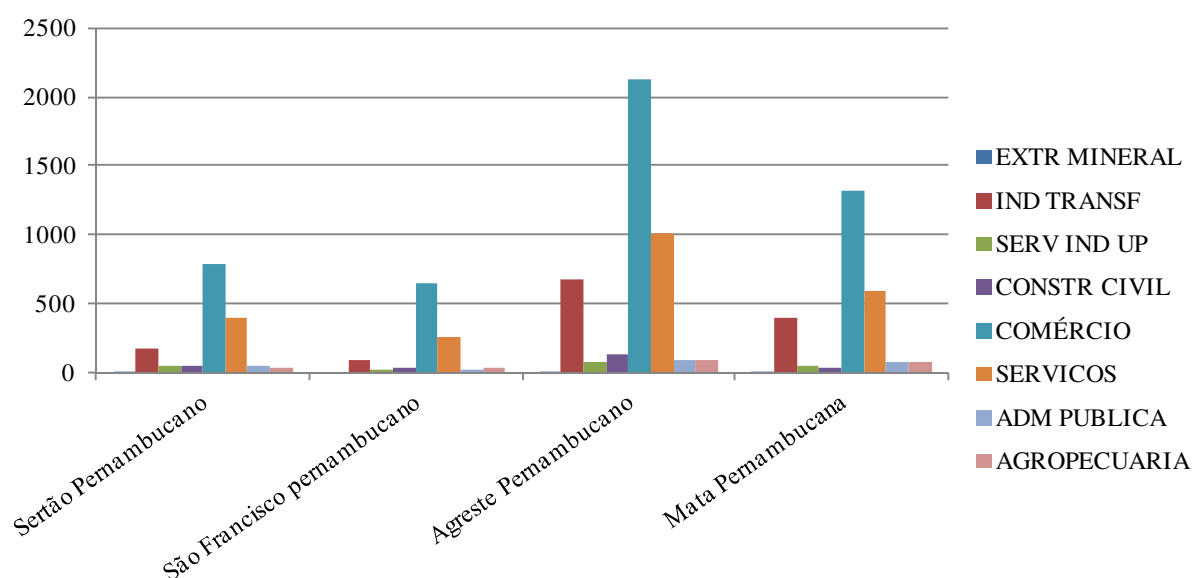
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Demográfico 1991 e 2000.

Sabe-se que o Agreste Pernambucano abriga um Arranjo Produtivo Local Têxtil e de Confecção, que tem um papel fundamental no crescimento econômico não apenas da Mesorregião como também do Estado. Em 2000, o Agreste Pernambucano foi responsável por aproximadamente 13,74% do PIB do Estado. Como observado na Introdução deste estudo, o PIB do Agreste Pernambucano, entre 1985 e 1996, passa a ser o segundo maior de Pernambuco e tal crescimento tem sido mantido até os anos recentes. Em 1985, o PIB do Agreste perdia apenas para as mesorregiões Metropolitana do Recife e Mata Pernambucana. Contudo, entre 1985 e 2000, a primeira cresce aproximadamente 34,39%, enquanto o PIB da Mata Pernambucana decresce em 13,79%. Neste cenário, o PIB do Agreste se eleva em 39,63%. Baltar e Pincovsky (2005) percebem, neste aspecto, que a Mesorregião do Agreste Pernambucano foi favorecida com o processo de interiorização do desenvolvimento do

Estado, tendo como um elemento de apoio a posterior duplicação e modernização da Rodovia BR-232.

Essa realidade de crescimento é confirmada ao ser observado o número de estabelecimentos formais das mesorregiões pernambucanas. A Mesorregião Metropolitana do Recife, como se espera, lidera o *ranking* de número de estabelecimentos formais, tanto em 1991, como em 2000, mas chama a atenção o fato de que os municípios do Agreste Pernambucano, que até 1991 apresentavam 4.653 estabelecimentos formais no total, obtiveram uma taxa de crescimento destes de aproximadamente 83,15%. Tal crescimento foi centralizado principalmente nos três subsetores: comércio, serviços e indústria de transformação (Gráficos 1 e 2 a seguir). Vale ressaltar que tanto o comércio quanto a indústria de transformação são fortemente impulsionados pelo APL Têxtil e de Confecção do Agreste.

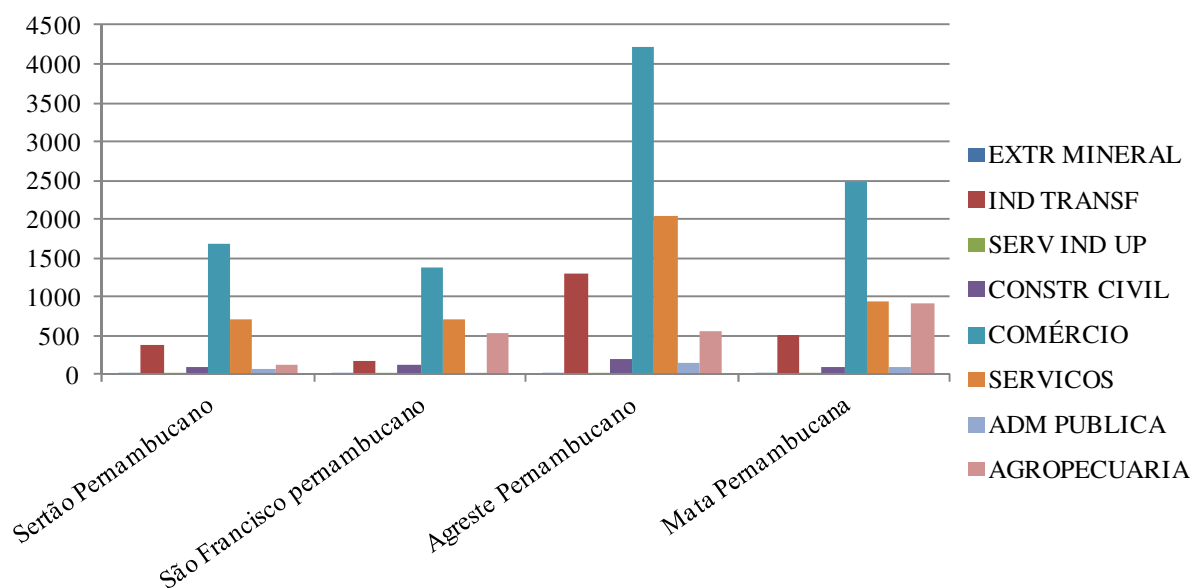
Gráfico 1. Número de estabelecimentos das mesorregiões Pernambucanas, com exceção da mesorregião Metropolitana do Recife, em 1991



Fonte: BRASIL/MTE/Rais, elaboração própria.

Para ambos os anos de análise, os setores que apresentaram menor crescimento nos municípios do Agreste foram os serviços industriais de utilidade pública (SERV IND UP) e o setor extrativo mineral (EXTR MINERAL).

Gráfico 2. Número de estabelecimentos das mesorregiões Pernambucanas, com exceção da mesorregião Metropolitana do Recife, em 2000



Fonte: BRASIL/MTE/Rais, elaboração própria.

Em 1991, Caruaru foi o Município do Agreste que apresentou maior número de estabelecimentos formais, com 1.452 estabelecimentos, e, também, era o que possuía maior número de empresas no subsetor de indústria de transformação, com 261 estabelecimentos. Os demais municípios do Agreste, com significativo número de empresas formais foram: Garanhuns, com 497; Limoeiro, com 242; Gravatá, com 237; Pesqueira, 212; Belo Jardim, com 174; Surubim, com 141; e Santa Cruz do Capibaribe, com 133 empresas. Considerando-se exclusivamente a indústria de transformação, tem-se seguindo Caruaru: Garanhuns, com 74; Gravatá, com 50; e Limoeiro, com 40 estabelecimentos. Vale ressaltar que Santa Cruz do Capibaribe e Toritama – os dois municípios que juntamente com Caruaru basicamente compõem o pólo industrial têxtil e de confecção do Agreste Pernambucano –, em 1991, possuíam apenas 31 e três estabelecimentos formais no setor de indústria de transformação, respectivamente.

Deve-se ter certo cuidado com as conclusões que se podem extrair dos dados acima, uma vez que o crescimento econômico da Mesorregião em análise, intensamente atrelado as atividades do setor têxtil, possui uma forte influência do trabalho informal. Estudos como o de Vasconcelos e Ferreira (2010) confirmam tal realidade, através da análise do impacto da informalidade na economia local. Deve ficar claro, portanto, que o estudo aqui proposto se

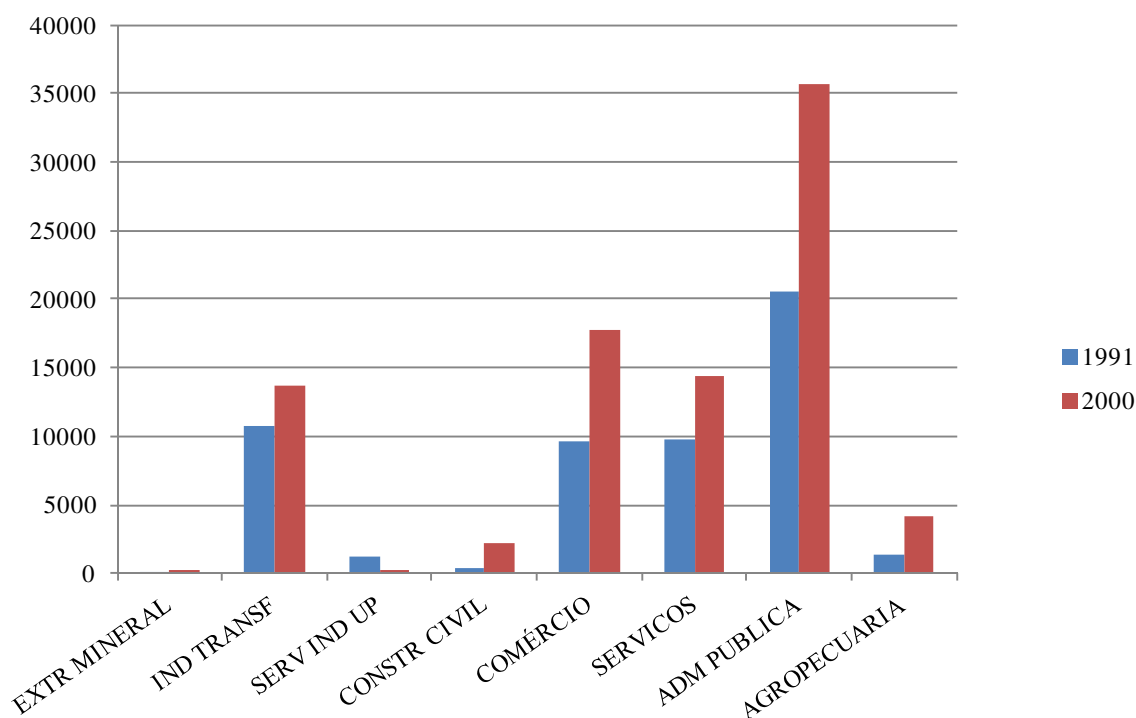
restringe a totalidade de trabalhadores e empresas formais, pois estes são os dados que estão disponíveis para o período em análise.

Em relação ao número de empresas formais existentes no Agreste Pernambucano, no ano de 2000, percebe-se uma significativa elevação em praticamente todos os municípios da Mesorregião. Excluindo-se apenas o Município de Terezinha, que possuía seis empresas formais, em 1991, e tal valor passa para quatro, em 2000. Os municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Belo Jardim e Toritama ficam entre os 12 municípios com maior número de estabelecimentos formais em 2000, com, 2.472, 372, 316 e 109 estabelecimentos, respectivamente.

Observando o número de estabelecimentos na indústria de transformação, o que impressiona é o crescimento do subsetor, especificadamente nos municípios que compõem o pólo têxtil do Agreste. Percebe-se que o número de estabelecimentos no setor da indústria de transformação aumenta aproximadamente 62,1%, em Caruaru, 303,2%, em Santa Cruz do Capibaribe, e 966,7%, em Toritama, no período de 1991 a 2000.

Também o número de trabalhadores formais por setores confirma o crescimento e a elevada importância dos três setores, que apresentaram maior crescimento do número de empresas – comércio, serviços e indústria de transformação –, para o Agreste Pernambucano (Gráfico 3). Em geral, o número de trabalhadores formais no Agreste eleva-se em aproximadamente 50,35%, entre 1991 e 2000. Apesar das maiores variações de tal indicador ocorrerem nos subsetores construção civil (434,1%), extração mineral (238,3%) e agropecuária (190,1%), percebe-se que, depois da administração pública, são os ramos de comércio, serviços e indústria de transformação que alocam o maior número de trabalhadores formais.

Gráfico 3. Número de trabalhadores com emprego formal nos setores do Agreste Pernambucano, entre 1991 e 2000



Fonte: BRASIL/MTE/Rais, elaboração própria.

A variação percentual do número de trabalhadores formais no Agreste foi de, aproximadamente, 73,1%, na administração pública, 28%, na indústria de transformação, 84,2% no comércio, e 46,4%, em serviços, no período entre 1991 e 2000. Enquanto o número de trabalhadores nos serviços industriais de utilidade pública decresceu em 77%, no período de análise.

Pode-se dizer que o número de trabalhadores formais é um reflexo do que já foi observado com relação ao número de empresas, para cada município do Agreste Pernambucano. Os municípios com maior número de trabalhadores formais foram Caruaru (13.283), Garanhuns (6.665) e Belo Jardim (4.599); e com menor número de trabalhadores tinha-se Ibirajuba (4), Saloá (9), Paranatama (10), Iati (10) e Jurema (16), em 1991. Em 2000, o maior número de trabalhadores permaneceu nos municípios de Caruaru (20.934), Garanhuns (8.721) e Belo Jardim (4.635); já Terezinha, Jucati, Iati e Ibirajuba possuíam o menor número de trabalhadores formais – 121, 151, 167 e 197, respectivamente –, comparativamente com os demais municípios do Agreste.

Em síntese, há uma elevação, tanto do número de estabelecimentos formais, como do número de trabalhadores formais, entre 1991 e 2000. A Tabela 2, a seguir, revela que isso ocorre, não apenas no Agreste Pernambucano, mas também em Pernambuco.

Tabela 2. Variação do número de estabelecimentos formais e trabalhadores formais, entre 1991 e 2000

	1991-2000	
	Variação no número de estabelecimentos formais (%)	Variação do número de trabalhadores formais (%)
Caruaru	87,60	57,60
Garanhuns	110,87	30,85
Belo Jardim	81,61	0,78
Santa Cruz do Capibaribe	179,70	225,85
Gravatá	117,72	61,80
Outros Municípios*	106,18	73,88
Agreste Pernambucano	83,15	50,35
Pernambuco	67,03	7,89

* Valores médios para os demais municípios.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da MTE/Rais.

Os dados de maior relevância são constatados nos municípios de Toritama, que apresentou maior variação percentual do número de estabelecimentos formais (de 445%, passando de 20 para 109); e Terezinha, único município do Agreste onde o número de estabelecimentos formais decresceu (cerca de 33%). Um fato curioso ocorre em Belo Jardim, município em que, apesar do crescimento de 81,61% do número de estabelecimentos formais, a variação percentual do número de trabalhadores é de 0,78%, entre 1991 e 2000. Isto ocorre porque, já em 1991, Belo Jardim apresentava um dos maiores contingentes de trabalhadores formais do Agreste, com 4.599 trabalhadores.

As variáveis descritas neste Capítulo permitem observar que, de fato, o Agreste Pernambucano apresentou um considerável crescimento econômico entre 1991 e 2000. Mas uma variável que retrata de maneira mais adequada este crescimento é a renda *per capita* dos municípios, e será apresentada no próximo Capítulo. Em geral, os resultados corroboram para o crescimento econômico da Mesorregião.

3 POBREZA

O Brasil apresenta cerca de 16,2 milhões de brasileiros em situação de extrema pobreza, o que equivale a 8,5% da população vivendo com renda *per capita* mensal familiar inferior ou igual a R\$70,00. Destes 16 milhões de brasileiros miseráveis, aproximadamente 60% deles vive no Nordeste. Os dados foram identificados com base nas informações preliminares do Censo 2010, feito pelo IBGE, e divulgados pela coordenação do plano “Brasil sem Miséria”, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Diante deste contexto, estudos sobre pobreza no Brasil assumem uma importância imensurável. Sabe-se que a partir dos anos de 1990, década em que a economia consegue se estabilizar, as discussões sobre pobreza parecem ganhar destaque, dada a necessidade prioritária da sociedade brasileira de encontrar meios capazes de promover a redução das elevadas disparidades de renda.

O período que vai de 1968 a 1973 é marcado por uma fase de crescimento da economia brasileira, conhecido como período de “milagre econômico”. Em uma breve análise quantitativa, pode-se constatar que o PIB cresceu a uma taxa média de aproximadamente 11% ao ano, enquanto a taxa de investimento, que ficou estagnada em torno de 15% do PIB no período de 1964-67, subiu para 19% em 1968 e encerrou o período de “milagre” em pouco mais de 20%. Taxas de crescimento da ordem de 11% por seis anos consecutivos já mereceriam a designação de “milagre econômico”. Só que a economia brasileira nesse período foi ainda mais extraordinária, uma vez que tal ritmo de crescimento brasileiro foi acompanhado por moderada queda da inflação e sensível melhora do Balanço de Pagamentos (HERMANN, 2005).

No entanto, a outra face do “milagre” revela uma imensa “dívida social” do governo para com a população, uma vez que o rápido crescimento da renda no Brasil esteve atrelado a efeitos concentradores de renda, tendo sido obtido à custa do empobrecimento de uma parcela significativa da população. Entre 1970 e 1980, a fração da renda apropriada pelos 10% mais ricos foi 47,9%, enquanto que a parte da renda em mãos dos 40% mais pobres foi de apenas 9,7% (RAMOS; MENDONÇA, 2005). A realidade é que foram as regiões mais desenvolvidas, onde se concentravam as atividades líderes do crescimento econômico, as que mais se beneficiaram com a redução da pobreza no País (ROCHA, 2006). Assim, o período de “milagre” não foi capaz de reduzir a participação dos pobres nas regiões menos desenvolvidas, e particularmente no Nordeste.

Apesar da redução dos índices de pobreza entre os anos de 1970 e 1980, ocorreu um agravamento da desigualdade regional, uma vez que tal redução da pobreza absoluta se deu nas regiões onde a incidência de pobreza já era menor. Também a intensidade da pobreza se aprofunda no Nordeste; tanto em 1970, como em 1980, a região apresenta os piores indicadores de hiato da pobreza⁴, em comparação as demais regiões, respectivamente 0,62 e 0,48 (ROCHA, 2006). Portanto, a elevada concentração de pobreza no Nordeste exigia, na época, uma mobilização nacional, no sentido da implementação de políticas possíveis de combater a pobreza na região.

O período de 1981 a 1990 foi marcado por fortes oscilações da conjuntura econômica nacional (GIAMBIAGI; ALÉM, 2007). Embora, desde 1970, já estar em evidência os sinais da incapacidade do crescimento econômico, por si só, ser hábil em reduzir a pobreza e, mais ainda, a desigualdade. Dado a experiência do “milagre” do crescimento econômico concentrado.

Apesar das oscilações econômicas, a participação no número total de pobres no Nordeste declinou no período de 1981 a 1990, a proporção de pobres passou de 34%, para 30% (ROCHA, 2006). A redução da proporção de pobres na Região, a princípio, contradiz a percepção geral de estagnação que se tem deste período, que não por acaso recebeu o título de “década perdida”. Porém, é essencial ressaltar que, em 1981, o Nordeste encontrava-se em período de seca, o que, em certa medida, contribuiu para tornar os resultados para 1990 comparativamente mais favoráveis. Também se deve considerar que neste período dá-se um processo de melhoria da renda e de forte mobilidade social, concomitantemente, com a taxa de urbanização. Em conjunto, tais fatores contribuem para situação relativamente favorável do Nordeste, entre 1981 e 1990.

Outro aspecto de importante impacto sobre o nível de pobreza foi o Plano Cruzado, implementado em 1986. Neste sentido, Brito e Rocha (2011) observam que em 1986 todos os nove estados nordestinos passam por uma redução na proporção de pobres, devido principalmente aos efeitos do novo plano. Contudo, tal proporção aumenta acentuadamente entre 1986 e 1987. Assim, pode-se dizer que os efeitos deste plano foram de curta duração, visto que já em 1987 os ganhos em termos de redução da pobreza já haviam sido, no geral, revertidos.

⁴ Tal indicador de pobreza está diretamente relacionado a conhecida razão do hiato da renda, que fornece uma medida do percentual do valor da linha de pobreza que separa a renda média dos pobres daquele parâmetro (ROCHA, 2006). Dito de outra forma, o hiato de pobreza corresponde ao valor médio da distância dos pobres em relação à linha de pobreza, permitindo observar quão pobres são os indivíduos pobres.

De maneira contrária, o Plano Real implicou em efeitos que se mantiveram ao longo dos anos. No que diz respeito à incidência de pobreza, ao contrário do observado durante a década de 1980, não apenas o crescimento da renda média foi maior nos anos de 1990 (2,7% ao ano), como também o crescimento foi mais bem distribuído (RAMOS; MENDONÇA, 2005). Com o sucesso do Plano Real, implementado em 1994, o período de 1992 a 1999 fica marcado pela forte queda da incidência da pobreza, porém mantendo-se as suas principais características estruturais (ROCHA, 2006). Em outras palavras, o Nordeste permanece como região mais pobre do País.

Diante da realidade brasileira de elevados níveis de desigualdade de renda, o que influencia decisivamente nos indicadores de pobreza, tem se destacado, nas últimas décadas, vários estudos que buscam de alguma forma contribuir para este debate. Os estudos e metodologias para mensurar a pobreza ganharam força com os trabalhos de Townsend, em 1950 e 1960 (GLENNERSTER, 2002). Pode-se dizer que as inúmeras definições de pobreza estariam, em certa medida, interligadas à pelo menos uma das três categorias traçadas por Hagenars e De Vos (1988): pobreza absoluta, pobreza relativa e pobreza subjetiva. Assim, das diversas metodologias para avaliar pobreza que se desenvolveram nas últimas décadas, as mais frequentemente usadas são: as que medem a pobreza absoluta através da identificação de uma linha abaixo da qual os indivíduos não teriam um padrão de vida mínimo aceitável; a mensuração da pobreza relativa através do reconhecimento de que existem indivíduos que possuem um nível de vida baixo em relação a outros grupos da sociedade; e as que medem a pobreza subjetiva, atrelada a percepção dos próprios indivíduos sobre as condições minimamente necessárias para sobrevivência, neste caso leva-se em consideração fatores como acesso a educação, saúde, entre outros. Neste estudo foi observada a pobreza absoluta e subjetiva, dada a dificuldade empírica em abranger também a pobreza na sua forma relativa.

3.1 Mensuração da “Pobreza”

As tentativas de mensurar a pobreza vêm de longas datas. E isto não é uma tarefa trivial. Romão (1993) e Sen (1981) discutem bem os conceitos de pobreza. A dificuldade de explicá-la satisfatoriamente nas suas diversas manifestações permite que haja uma variação sem fim nas estimativas de incidência de pobreza. A dificuldade geral de mensurar a variável pobreza de uma determinada localidade toca justamente na problemática de defini-la de maneira consistente. A inexistência de uma definição precisa e inquestionável torna a pobreza um fenômeno complexo para ser analisado. Também as diferenças entre distintas localidades,

como condições climáticas, socioeconômicas ou demográficas, implicam em diferentes necessidades das populações e, conseqüentemente, exigem visões sociais distintas do cômputo da pobreza. No Brasil, a utilização da renda para mensuração da pobreza ganha força por esta se mostrar relevante como medida de bem-estar (ROCHA, 2006). A relevância da renda está diretamente relacionada à existência de informações estatísticas de renda, facilitadoras na mensuração da pobreza. Desta forma, a conhecida linha de pobreza torna-se uma ferramenta útil na tentativa de analisar a incidência de pobreza (ROCHA, 2006, MADDEN, 2000, CITRO; MICHAEL, 1995). De maneira geral, estima-se uma linha de pobreza, valor definido de forma a refletir o custo do atendimento das necessidades básicas em determinado período de tempo e lugar, que é um parâmetro de renda abaixo do qual os indivíduos são considerados pobres.

As medidas de pobreza observadas na literatura são classificadas em monetárias e não-monetárias. Pela definição das medidas não-monetárias, a pobreza está relacionada à insatisfação de necessidades básicas, portanto é essencial considerar o acesso a alguns bens sem os quais os indivíduos não teriam uma vida minimamente digna. No entanto, há uma dificuldade em definir esta medida, uma vez que é necessário estipular quais são as necessidades básicas e quais são as quantidades mínimas para as mesmas. Por sua vez, as medidas monetárias, que podem ser encontradas na maioria dos trabalhos acadêmicos sobre pobreza, tratam de estudos que buscam aferir a pobreza através de indicadores de renda, nível educacional, gastos do governo, entre outras fontes de dados existentes.

Desde 1901, Rowntree, através de estudos sobre salários, jornadas de trabalho, saúde e habitação em York (Inglaterra), pôde distinguir aquelas famílias que não tinham renda suficiente para suprir suas necessidades básicas daquelas famílias que tinham renda suficiente, porém a desperdiçava com outros produtos, como por exemplo, bebida alcoólica (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

Outros autores também observaram a renda como um indicador indireto de pobreza. Para Bradshaw e Finch (2003), a privação de bens e condição de vida são fatores que compõem o indicador direto de pobreza. A utilização de diferentes linhas de pobreza, estabelecidas por critérios distintos, foi defendida por esses autores como uma maneira de definir pobreza se aproximando mais da realidade. Pela abordagem acumulativa da pobreza, quanto maior o número de critérios para dimensionar pobreza, mais severo é o grau de pobreza e mais confiável torna-se a discriminação entre pobres e não pobres (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006). Pensando nisso, utilizou-se mais de um critério para determinação da linha de pobreza no estudo que aqui segue.

Comumente é possível observar na literatura a associação da pobreza à insuficiência de renda. Contudo a Declaração do Milênio de 2000 ressaltou a necessidade de trazer ao debate sobre os fatores determinantes na incidência de pobreza, além da restrição de renda, também a ausência de capacidades básicas que possibilitem a sociedade atingir uma vida plena. O estudo de Kofi Annan (2000), que embasou as discussões da Cúpula do Milênio, foi importante para formulação da concepção de que seria necessário criar um conjunto de ações com o objetivo de enfrentar a fome e a má distribuição de renda, entre outros problemas. Além disto, esse autor também foi responsável por um pronunciamento, em 2005, em que advertiu para a necessidade de que, não apenas o Estado, como também outros agentes sociais – tais como os setores privados e/ou não governamentais – se empenhem na luta contra pobreza.

Neste contexto, fatores como o acesso à educação e à saúde influenciam na definição do que seria um padrão de vida decente para a sociedade. Assim, uma medida de pobreza pela renda seria, por exemplo, a mensuração da população que vive com menos de um dólar por dia; enquanto que, quando inclui-se na análise o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), é obtida uma mensuração mais abrangente da pobreza.

Na concepção de Sen (1983), os diferentes padrões de vida dos indivíduos na sociedade refletiam nas existências de desigualdades, contudo estas disparidades não representavam condição suficiente para incidência da pobreza. A grande questão, neste caso, é como definir a “qualidade de vida”. Para Sen, o padrão de vida não pode ser determinado pela posse de um conjunto de bens, mas sim pelas capacidades de utilização desses bens a fim de se obter satisfação ou felicidade (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006). Dessa maneira, as necessidades básicas de uma comunidade pobre seriam diferentes das necessidades básicas de uma comunidade rica, dado que a sobrevivência física nesta última já estaria assegurada.

Ainda neste contexto, Sen (1993 e 1999) resalta os problemas de assumir a renda *per capita* como indicador exclusivo de linha de pobreza, uma vez que limitar o sucesso econômico de um país à indicadores apenas de riqueza coloca em segundo plano a melhoria do bem-estar da população. Através da idéia de que a renda não é a única variável a explicar a condição de pobreza do indivíduo, esse autor observa que não basta o indivíduo fazer parte do mercado de trabalho para que sua condição de vida esteja acima ou abaixo das condições mínimas. Além da renda, o acesso a saúde, educação, transporte, segurança, entre outros é essencial para garantir a qualidade de vida (DULCI; SANTOS, 2008).

As linhas de pobreza podem ser geradas de diferentes maneiras (DULCI; SANTOS, 2008). Uma das linhas de pobreza mais conhecida é a utilizada pelo Banco Mundial, que

definiu a linha de indigência e de pobreza em, respectivamente, US\$1,00 por dia e US\$2,00 por dia. Posteriormente, tal definição foi generalizada em US\$1,00 com algumas correções. Tal medida é bastante criticada por tratar os países de forma generalizada, não levando em consideração as características particulares de cada nação. As diferentes realidades econômico-sociais tornam equivocada essa comparação de forma generalizada. Além disso, Kakwani e Son (2006) ressaltam a impossibilidade do valor de US\$1,00 garantir a aquisição de algum bem de necessidade básica.

Pastore, Zylberstajn e Pagotto (1983) utilizaram um padrão de um quarto do salário mínimo para determinação da linha de pobreza brasileira. Uma das instituições responsável por construir linhas de pobreza em função da renda foi a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Tal instituição estabelecia linhas que determinavam um valor para as regiões metropolitanas e os valores para zonas urbanas e rurais ficava em, respectivamente, 90% e 75% do valor das regiões metropolitanas (DULCI; SANTOS, 2008). Isso ocorre porque tanto as cestas alimentares como as não-alimentares possuem um custo inferior nas zonas urbanas e rurais, quando comparadas com os custos nas áreas metropolitanas (ROCHA, 2006).

Um painel publicado por Citro e Michael (1995), intitulado “*Measuring Poverty: A New Approach*”, da Academia Nacional de Ciências dos EUA, trás uma nova metodologia para mensurar a pobreza nos EUA, através de aspectos absolutos e relativos. O objetivo era encontrar uma medida híbrida de pobreza, que pudesse ser atualizada constantemente. Foster (1998) exemplifica uma linha híbrida de pobreza que analisa, através da elasticidade-renda, o padrão absoluto de vida e a posição relativa do indivíduo na sociedade. Portanto, de maneira geral, a linha híbrida da pobreza é uma ponderação entre os conceitos de pobreza absoluta e relativa, onde a elasticidade-renda da linha de pobreza absoluta determinará os pesos relativos de cada uma pobreza (absoluta e relativa).

Vinhais e Souza (2006) investigaram a construção de uma linha híbrida de pobreza no Brasil. Os autores utilizam as linhas absolutas de pobreza calculadas por Rocha (2006), para obter uma elasticidade-renda desta linha. Posteriormente, eles calculam uma linha híbrida de pobreza para o Brasil, através das médias geométricas das linhas de pobreza absoluta e relativa, ponderada pela elasticidade-renda.

A forte relação existente entre incidência de pobreza e concentração de renda justifica a importância de análises do papel das transferências para a sociedade. Neste sentido, Bertoni Neto, Souza e Ferreira (2011), com base nos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), fazem uma análise das implicações das políticas de transferências de

renda e de mercado de trabalho na desigualdade brasileira para os anos de 2004 a 2008, levando-se em consideração os diferenciais entre estratos urbano e rural. Os principais resultados apontam que a renda do trabalho colaborou para diminuir a desigualdade na área urbana, mas, em contrapartida, colaborou para a concentração de renda na área rural. Bertoni Neto, Souza e Ferreira (2011) também constataram que as rendas derivadas das aposentadorias e pensões contribuíram para concentrar renda em ambos os estratos, enquanto as transferências condicionadas de renda, como o Bolsa Família, contribuíram para a redução da desigualdade.

Apesar dos estudos de Bertoni Neto, Souza e Ferreira (2011) abordarem um período posterior ao que se pretende estudar nesta Monografia, sabe-se que as transferências ocupam um papel importante na renda dos indivíduos desde os anos de 1990. A Tabela 3 a seguir mostra que a renda *per capita* entre 1991 e 2000 aumentou não apenas nos municípios do Agreste Pernambucano, como também no Estado. Quando observado os municípios pernambucanos que possuíam maior renda *per capita* em 1991, constatou-se que os municípios do Agreste Pernambucano, de Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru ocupavam as posições de 6º, 7º e 8º lugares nos municípios com maiores rendas *per capita*, respectivamente; ficando atrás apenas de Recife (R\$303,12), Fernando de Noronha (R\$223,74), Olinda (R\$218,02), Paulista (R\$186,70) e Jaboatão dos Guararapes (R\$184,71). Em 2000, Caruaru passa para a sexta posição neste *ranking*, com renda *per capita* de R\$209,76; Santa Cruz do Capibaribe permanece na sétima posição, com renda *per capita* de R\$207,86; e Toritama fica na nona posição, com renda *per capita* de R\$195,27. A oitava posição no *ranking* fica com Petrolina (R\$149,60), em 2000.

Em 1991, os municípios do Agreste de Tupanatinga, Jurema, Iati e Terezinha estavam entre os 20 municípios com piores rendas *per capita* de Pernambuco, com valores de renda *per capita* de R\$42,68 , R\$46,70 , R\$47,82 e R\$48,36 , respectivamente. No ano de 2000, o Município de Jurema é o único dos acima citados que consegue sair do grupo dos 20 municípios com piores rendas de Pernambuco, passando a ter renda *per capita* de R\$74,85. A situação dos municípios de Tupanatinga, Iati e Terezinha é agravada, no ano de 2000, no sentido de que passam a obter piores posições, e, além disso, os municípios de Caetés (R\$55,78), Cumaru (R\$56,35), Buíque (R\$59,95), Vertente do Lério (R\$60,59) e Lagoa do Ouro (R\$62,39) passam a se enquadrar dentro do grupo dos 20 municípios pernambucanos com menores rendas *per capita* do Estado. É importante que fique claro que nos municípios supracitados – Tupanatinga, Jurema, Iati, Buíque, Terezinha, Vertente do Lério e Lagoa do

Ouro – a renda *per capita* aumenta, apenas em Caetés e Cumaru tal fato não ocorre. Nestes últimos a renda *per capita* diminui em, respectivamente, 4,08% e 20,96%, entre 1991 e 2000.

Mais importante ainda, percebe-se, através da Tabela 3, que o percentual da renda proveniente de transferências aumentou significativamente (aproximadamente, 73,1%, no Agreste Pernambucano, e 77,6%, em Pernambuco), enquanto o percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho passa por uma redução, de 35,18%, no Agreste, e de 33,76%, no Estado, no período analisado.

Tabela 3. Composição das rendas, 1991 e 2000, em R\$ de 2000

	Renda <i>per capita</i> , 1991	Renda <i>per capita</i> , 2000	% da renda proveniente de transferências governamentais, 1991	% da renda proveniente de transferências governamentais, 2000	% da renda proveniente de rendimentos do trabalho, 1991	% da renda proveniente de rendimentos do trabalho, 2000	% de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais, 1991	% de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais, 2000
Caruaru	161,62	209,76	13,22	15,35	80,49	69,88	10,32	12,95
Garanhuns	139,91	167,83	13,39	19,02	81,54	61,87	11,04	17,40
Belo Jardim	87,09	117,37	17,44	24,14	76,08	59,12	14,88	23,01
Santa Cruz do Capibaribe	168,57	207,86	8,06	8,09	87,80	80,50	5,38	6,00
Gravatá	103,97	137,74	13,31	21,07	81,86	62,16	9,72	19,01
Outros Municípios	69,75	88,66	13,89	24,43	78,65	49,94	11,96	24,46
Agreste Pernambucano	74,15	94,25	13,83	23,94	78,86	51,12	11,84	23,85
Pernambuco	75,44	100,16	13,10	23,27	79,51	52,67	11,06	22,40

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2011).

Fernando de Noronha destacou-se como o município de Pernambuco que apresentou menor percentagem da renda proveniente de transferências governamentais (1,43% e 6,10%) e maiores percentuais da renda advindo dos rendimentos do trabalho (94,88% e 84,75%), tanto em 1991, como em 2000. Neste último ano, Fernando de Noronha, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, formaram o grupo dos municípios com maior percentual da renda municipal proveniente do rendimento do trabalho. Estes últimos dados evidenciam a importância do pólo têxtil e de confecção, localizado basicamente nas três cidades do Agreste, para a mesorregião. Contudo, não se pode esquecer que houve uma redução do percentual da renda proveniente do trabalho no Estado e na Mesorregião, o que de alguma maneira impacta de forma negativa nas proporções de pobreza.

Contrapondo-se a esta realidade, a participação das transferências governamentais na renda dos indivíduos aumenta, elevando-se o percentual de indivíduos que possuem mais de 50% de sua renda de transferências do governo, entre 1991 e 2000 (Tabela 3). Diante de tal realidade, não seria um equívoco dizer que o aumento da renda *per capita*, nos municípios do Agreste Pernambucano, esteve fortemente atrelado as políticas de transferência de renda, nos anos analisados.

Sabe-se que o crescimento dos programas de transferência de renda se deu especialmente a partir de 2000, com a criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, com a ação do Governo Federal em municípios com baixo IDH e os programas de transferência de renda condicionada (BERTONI NETO; SOUZA; FERREIRA, 2011).

De acordo com Silva (2004), a primeira discussão sobre a introdução de um programa de renda mínima data de 1975. Contudo, pode-se identificar a relevância e instituição das políticas de transferência direta de renda no Brasil a partir da década de 1990, quando estas surgem objetivando enfrentar o desajuste social no País. O Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) foi o primeiro programa de transferência de renda nacional, criado no Brasil pelo Congresso Nacional em 1991 e com implementação gradativa a partir de 1997, tal programa fornecia um benefício para os indivíduos com mais de 25 anos de idade que não auferiam um determinado nível de rendimento (REIS; DAL RI, 2008). Outro importante programa de transferência de renda iniciado na década de 1990 foi o Benefício de Prestação Contínua (BPC), implementado em 1995. Este programa beneficia indivíduos com mais de 65 anos de idade ou com deficiência severa, independentemente da idade, que possuam renda domiciliar *per capita* menor que um quarto do salário mínimo (BERTONI NETO; SOUZA; FERREIRA, 2011).

Atualmente, sabe-se que um dos maiores programas de transferência direta de renda nacional é o Programa Bolsa Família (PBF), que surgiu no final de 2003 (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007). Outro marco importante ocorreu em 2001, quando foi implantado o Programa Bolsa Escola pelo Ministério da Educação, financiado pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que também provê recursos para os demais programas de transferência de renda no âmbito federal. O programa Bolsa Escola, juntamente com outros programas de transferência de renda que foram inaugurados no governo FHC, contribuiu para a modesta diminuição dos índices de pobreza no estado de Pernambuco, porém, é a partir de 2003, quando o Programa Bolsa Escola é incorporado ao Programa Bolsa Família, que se observam quedas mais significativas da pobreza no Estado (BRITO; ROCHA, 2011).

Como o estudo aqui proposto se limita aos anos de 1991 e 2000⁵, período em que o PBF ainda não havia sido implementado, as políticas de transferências de renda analisadas incluem as pensões, aposentadorias e os programas sociais já implementados no período em questão – como o BPC. Vale expor que o pressuposto central que orienta os programas de transferência de renda no Brasil é a possibilidade de romper com o ciclo de reprodução da pobreza.

Como já destacado, no presente estudo não será utilizada uma medida generalizada para determinação da linha de pobreza, tendo em vista que o Brasil é um país marcado por elevadas disparidades regionais. Na tentativa de eliminar o problema de arbitrariedade da linha de pobreza, foram calculados índices de pobreza levando-se em consideração os diferenciais entre os estratos rural e urbano, com base nas linhas de pobreza estabelecidas por Rocha (2006). Mas também será abordada a pobreza numa perspectiva subjetiva, com base na metodologia utilizada por Kageyama e Hoffmann (2006), onde serão adotadas outras variáveis capazes de mensurar o bem-estar da população, como acesso a saúde, educação, saneamento básico, entre outras variáveis, adequadas para examinar a situação dos indivíduos mais pobres. A investigação utilizará como base de dados fundamental, para os cálculos dos índices de pobreza, os Censos Demográficos dos anos de 1991 e 2000 do IBGE e a unidade geográfica é a Mesorregião do Agreste Pernambucano.

⁵ Dada a disponibilidade de dados para os municípios do Agreste Pernambucano, uma vez que, até o presente momento, ainda não foram divulgados os resultados do Censo Demográfico 2010.

3.2 Construção do indicador de pobreza referente à Linha de Pobreza de Sônia Rocha

Apesar dos problemas implícitos na utilização da perspectiva de linhas de pobreza para analisar a questão da pobreza, para Rocha (2006) a adoção de linhas de pobreza possui uma boa aplicabilidade no contexto brasileiro. Isto ocorre devido ao fato da economia do País ser bastante monetizada, o que permite que a renda se revele uma boa *proxy* do bem-estar das famílias. Além disso, desde a década de 1970 existem informações de consumo, rendimento e características socioeconômicas dos indivíduos. Tais dados permitem a elaboração de linhas de pobreza variadas, próximas das distintas realidades de cada localidade, contribuindo para que a abordagem da renda seja adequada para estudar a pobreza no Brasil (ROCHA, 2006).

3.2.1 Definição das Linhas de Pobreza

As linhas de pobreza podem ser arbitrárias ou observadas⁶. De maneira geral, enquanto as linhas de pobreza arbitrárias referem-se àquelas que não garantem necessariamente que seu valor atenda um conjunto de necessidades básicas, as linhas de pobreza observadas têm por base a estrutura de consumo da população de baixa renda⁷. É fato que quanto mais baixo for o custo de vida nas regiões mais pobres, o uso de uma única linha de pobreza para todo o Brasil leva à subestimação das desigualdades regionais. No País há significativas diferenças entre regiões, assim como entre áreas metropolitanas, urbanas e rurais de uma mesma região. Neste aspecto, os estudos de Sônia Rocha assumem um papel relevante. Rocha (2000 e 2006) aplica a adoção de linhas de pobreza baseadas nas características do consumo por região e por estrato urbano ou rural.

A alimentação é considerada a necessidade básica por excelência, portanto a estrutura de consumo alimentar associada à linha de pobreza, ou seja, a utilização das necessidades calóricas para determinação da linha de pobreza, assume um papel importante na discussão (ROCHA, 2006). Pela perspectiva do consumo calórico familiar, as linhas de indigência e de pobreza são definidas, respectivamente, pelas necessidades alimentares e por estas acrescidas de outras necessidades não-alimentar. No Brasil, o método calórico foi utilizado em diversos estudos, tais como os de Peliano (1993), Rocha (1988, 1997, 2000, 2006), Neri (2007) e

⁶ Para mais informações, ver Rocha (2006).

⁷ Segundo Rocha (2006) o exemplo clássico de linha de pobreza arbitrária seria a definida pelo Banco Mundial no valor de US\$1 ou US\$2 ao dia, para comparação de incidência de pobreza entre países.

Silveira *et al.* (2007), entre diversos outros. Pode-se, portanto, dizer que tal abordagem é bastante razoável, o que justifica sua popularidade. O procedimento padrão para obtenção da linha de pobreza é, antes de qualquer coisa, o cálculo de uma linha de indigência, que corresponda a ingestão recomendada e mínima de calorias. A linha de indigência é definida como o custo *per capita* de uma cesta de alimentos que satisfaça as necessidades calóricas mínimas do indivíduo.

Sabe-se que não existe uma base teórica única que defina o que é o consumo mínimo adequado não-alimentar. A estimação do valor do consumo não-alimentar, e consequente linha de pobreza, é obtido de forma direta por Rocha (2006), a partir dos índices de preços por grupos de produtos. A utilização de tal método é preferível, quando comparado a metodologia que utiliza o Coeficiente de Engel⁸ para o cálculo das despesas não-alimentares. Pelo fato de no Brasil existir informações detalhadas das despesas das famílias por grupos de despesas e por produtos, o cálculo da despesa não-alimentar através do Coeficiente de Engel implica subestimar o valor da linha de pobreza e as medidas de pobreza decorrentes (ROCHA, 2006).

Neste sentido, os dados do Estudo Nacional de Defesa Familiar (ENDEF), realizada em 1974/75, abriram caminho para as análises de Thomas (1982) e Fava (1984), que observam as cestas alimentares de menor custo e as despesas não alimentares. Também os dados da POF (Pesquisa de Orçamento Familiar/IBGE) contribuíram para as pesquisas sobre despesa familiar. Contudo, apesar do grande detalhamento da POF no que diz respeito à despesa alimentar, esta se limitou a análise de regiões metropolitanas. Por isso Rocha (2006), a partir dos valores da linha de pobreza para as áreas metropolitanas, calcula aquelas relativas às áreas urbanas e rurais com base nas relações de custo derivadas por Fava (1984) a partir do ENDEF (Tabela 4).

⁸ Por tal metodologia é feita a multiplicação da linha de indigência pelo inverso da fração da renda que os domicílios perto da linha de pobreza gastam com alimentação (ROCHA, 2006). Esta fração da renda gasta com alimentação, ou seja, a relação despesa alimentar/despesa total, é o chamado Coeficiente de Engel. Tal coeficiente situa-se próximo de 0,5 e, portanto, a linha de pobreza resultante tende a ser o dobro da linha de indigência.

Tabela 4. Derivação das linhas de pobreza para áreas urbanas e rurais do Nordeste – set. 1990

Nordeste e estratos	Metrópoles (Cr\$)	Coef.*	Urbano e Rural (Cr\$)	Valor (US\$)
Fortaleza	5.204,37			68,82
Recife	6.928,12			91,61
Salvador	7.953,76			105,17
Urbano		0,70	4.686,79	61,97
Rural		0,42	2.812,07	31,18

* Coeficientes relacionado ao valor das linhas de pobreza das áreas não-metropolitanas ao valor das linhas de pobreza das metrópoles regionais (Fava, 1984).

Fonte: Rocha (2006).

Depois de calculado o valor da cesta alimentar e das outras despesas não-alimentares, a linha de pobreza é a soma dos dois valores (ROCHA, 2006). Pobreza e indigência são tratadas por Rocha (2006) sob a perspectiva dos rendimentos, através da determinação de uma linha de pobreza. São considerados como pobres os indivíduos cuja renda familiar *per capita* está abaixo do valor necessário para suprir todas as necessidades básicas, como alimentação, habitação, transporte, saúde, lazer, educação, entre outras coisas. E são definidos como indigentes aqueles indivíduos que a renda familiar *per capita* está abaixo do valor necessário para atender às necessidades básicas de alimentação.

A elaboração das cestas de consumo tem como ano base 1987, pois foram desenvolvidas a preços de outubro de 1987, e são deflacionadas ao longo dos anos. Assim, Rocha (2006) desenvolveu 23 linhas de pobreza e 23 linhas de indigência diferenciadas para as regiões brasileiras, recorrendo aos dados da POF e do ENDEF. Como já observado, tais linhas de pobreza são baseadas em atualizações de linhas originalmente estimadas por Fava (1984), a partir do ENDEF. Com base nos estudos deste autor, se obtêm os valores das linhas para as áreas urbanas e rurais de cada região em 2004. Os valores alcançados são atualizados anualmente com base na evolução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), por grupos de produtos e segundo regiões metropolitanas, assim tem-se uma série de linhas de pobreza e indigência a preços correntes para todos os anos, do período entre 1990 e 2009 (ROCHA, 2006)⁹. Desta série, apenas a linha de indigência para o ano de 1991 não foi elaborada, o que compromete em certa medida a análise dos índices de indigência calculados neste estudo.

⁹ Para mais informações sobre a metodologia, ver Rocha (2006).

A Tabela 5 a seguir mostra as linhas de pobreza e indigência desenvolvidas por Rocha (2006) para a Região Nordeste, nos anos de 1991 e 2000. Como era de se esperar, o valor das linhas de pobreza e indigência são mais baixos nas áreas rurais que nas urbanas. E também, nestas últimas, as linhas são inferiores comparativamente as áreas metropolitanas. Tal diferenciação ocorre devido ao fato de que nas áreas rurais as cestas alimentares apresentam custos mais baixos, dado que os indivíduos dependem proporcionalmente mais da produção para autoconsumo, e, além disso, é fato que a urbanização significa custos adicionais tanto em termos alimentares como não-alimentares.

Tabela 5. Linhas de Pobreza e Indigência de Rocha

	Linha de Pobreza				Linha de Indigência			
	Agosto de 1991		Julho de 2000		Setembro de 1990*		Julho de 2000	
Nordeste	em Cr\$	em S.M.	em R\$	em S.M.	em Cr\$	em S.M.	em R\$	em S.M.
Fortaleza	23.078,95	0,64	92,76	0,61	2.294,18	0,38	32,01	0,21
Recife	34.530,36	0,95	133,38	0,88	2.734,82	0,45	41,61	0,28
Salvador	28.690,26	0,79	119,8	0,79	2.625,39	0,43	38,66	0,26
Urbano	20.297,85	0,56	81,37	0,54	1.924,31	0,32	28,23	0,19
Rural	12.253,07	0,34	49,08	0,33	1.671,72	0,28	24,52	0,16

*Devido à indisponibilidade de dados para agosto de 1991, período de realização do Censo Demográfico, a linha de indigência para análise dos rendimentos de 1991 ficará subestimada.

Fonte: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS (2010).

Com base nas linhas de pobreza para os estratos rural e urbano, expressas na Tabela 5 acima, foram calculados, no estudo aqui proposto, indicadores de percentual de pobres para o Agreste Pernambucano entre os anos em questão, levando-se em consideração o “rendimento individual total”, o “rendimento individual proveniente do trabalho” e o “rendimento domiciliar *per capita*”. O diferencial entre estas proporções permitirá que, em certa medida, seja observado o papel das transferências governamentais.

Neste contexto, pode-se dizer que foi levado em consideração tanto a importância das disparidades individuais de renda entre pessoas, como também o resultado da repartição intrafamiliar da renda de todos os membros de cada grupo familiar. Consequentemente, a mensuração da pobreza esteve associada aos rendimentos individuais, assim como aos rendimentos familiares *per capita*. A importância deste último tipo de rendimento está diretamente interligada a noção da “família solidária”, no sentido de que os rendimentos individuais são repartidos dentro da estrutura familiar para garantir o consumo de todos dentro deste grupo familiar.

Assim, define-se “pobre tipo I” aqueles indivíduos que possuem um nível de rendimento individual total inferior a linha de pobreza estabelecida por Rocha (2006); “pobre tipo II” serão aqueles com renda total proveniente do trabalho inferior a linha estabelecida; e “pobre tipo III” serão aqueles com rendimento domiciliar *per capita* abaixo da linha de pobreza¹⁰ (Tabela 5). A importância da diferenciação do “pobre tipo II” está na possibilidade de observar o papel das transferências governamentais para redução da pobreza, através do diferencial da proporção de pobres pelos demais critérios (utilizando rendimento total) e pelo critério de “pobre tipo II” (com rendimento proveniente do trabalho).

3.2.2 Resultados das Linhas de Pobreza Calculadas para o Agreste Pernambucano

A Tabela 6 permite observar o número de indivíduos que se encontravam em situação de pobreza em Pernambuco e na Mesorregião do Agreste Pernambucano, no período de análise, pela perspectiva de Rocha (2006). Pode-se constatar que houve uma redução do número de indivíduos pobres entre 1991 e 2000 e, em contrapartida, um aumento do número de indivíduos ditos não pobres por quase todos os critérios analisados no Agreste Pernambucano, assim como, em Pernambuco. A princípio, pode-se dizer que no geral o crescimento econômico da mesorregião foi acompanhado de uma redução nos números gerais da pobreza.

Tabela 6. Número de indivíduos pobres e não pobres (linhas de pobreza diferenciadas para estrato rural e urbano) – 1991 e 2000

Critérios	1991			2000		
	Não Pobres	Pobres	Total*	Não Pobres	Pobres	Total*
Pernambuco						
Pobre I	2.061.947	3.325.022	5.386.969	2.987.337	3.338.715	6.326.051
Pobre II	1.729.807	605.192	2.334.999	2.063.466	584.713	2.648.179
Pobre III	2.629.501	4.498.091	7.127.592	4.090.336	3.819.268	7.909.604
Agreste Pernambucano						
Pobre I	493.726	861.031	1.354.757	733.950	836.762	1.570.712
Pobre II	415.364	203.308	618.672	476.569	269.258	745.827
Pobre III	584.944	1.233.718	1.818.662	937.031	1.060.762	1.997.793

* Excluindo-se os valores *missing* da amostra total.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Censo Demográfico – IBGE (1991 e 2000).

¹⁰ Segue mesmo padrão para calcular os três tipos de indigência, contudo utilizando as linhas de indigência propostas por Rocha (2006).

As variações percentuais do número de indivíduos pobres no Agreste Pernambucano e em Pernambuco podem ser visualizadas na Tabela 7 a seguir. Com base nas informações desta pode-se dizer que o número de indivíduos classificados como “não pobres” aumenta entre 1991 e 2000, tanto para o Estado de Pernambuco (passou de 2.061.947 para 2.987.337, pelo critério pobre tipo I; passou de 1.729.807 para 2.063.466, pelo critério pobre tipo II; e passou de 2.629.501 para 4.090.336, pelo critério pobre tipo III), como para o Agreste do Estado (passou de 493.726 para 733.950, pelo critério pobre tipo I; passou de 415.364 para 476.569, pelo critério pobre tipo II; e passou de 584.944 para 937.031, pelo critério pobre tipo III). Além disso, de início, observa-se que, apesar do número de indivíduos pobres pelo critério II diminuir em Pernambuco (passou de 605.192 para 584.713), tal indicador aumenta em aproximadamente 32,44% no Agreste. É extremamente importante observar o comportamento da variável pobreza tipo II, uma vez que esta definição nos permite constatar as oscilações da variável pobreza diretamente ligada ao crescimento econômico já que considera exclusivamente o nível de rendimento proveniente do trabalho. E, como já destacado, é necessário investigar os possíveis efeitos da renda do trabalho e da renda proveniente de transferências no processo de crescimento e distribuição de renda.

Tabela 7. Percentuais de variação de pobres e não pobres (linhas de pobreza diferenciadas para estrato rural e urbano) – de 1991 para 2000 (%)

Critérios	1991-2000		
	Não Pobres	Pobres	Total*
Pernambuco			
Pobre I	44,88	0,41	17,43
Pobre II	19,29	-3,38	13,41
Pobre III	55,56	-15,09	10,97
Agreste Pernambucano			
Pobre I	48,66	-2,82	15,94
Pobre II	14,74	32,44	20,55
Pobre III	60,19	-14,02	9,85

*Excluindo-se os valores *missing* da amostra total.

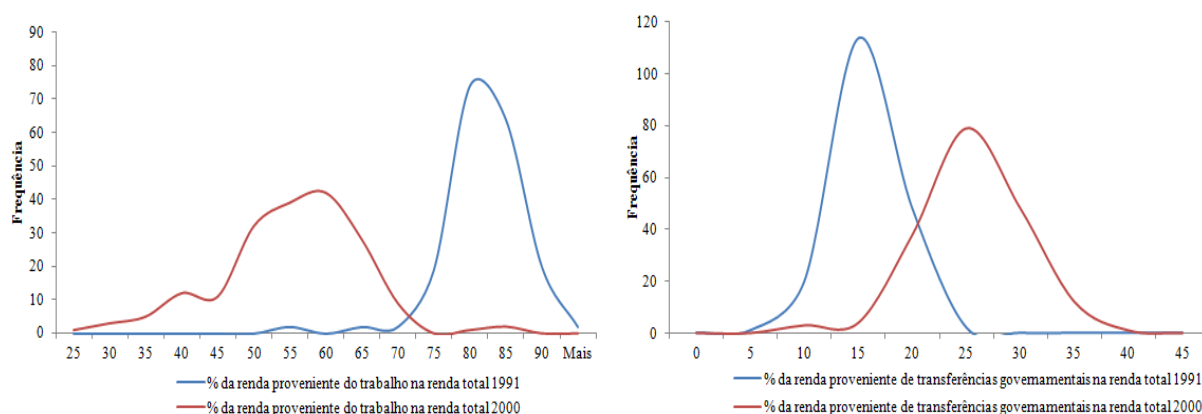
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Demográfico – IBGE (1991 e 2000).

Outro fato importante a destacar é o pequeno aumento, de 0,41%, da pobreza tipo I em Pernambuco. Quando, em contrapartida, o Agreste Pernambucano apresenta uma redução da pobreza por tal critério em 2,82%.

Ainda sobre a importância da utilização da renda do trabalho e da renda total *per capita*, sabe-se que a renda *per capita* por si só não é capaz de absorver algumas particularidades da economia da Região Nordeste, apesar de sua forte associação com a

desigualdade de renda (GOMES *et al.*, 2010). Restringindo-se a análise de Pernambuco e do Agreste Pernambucano, as Figuras 1 e 2 mostram o comportamento do percentual de tais rendas na renda total dos municípios.

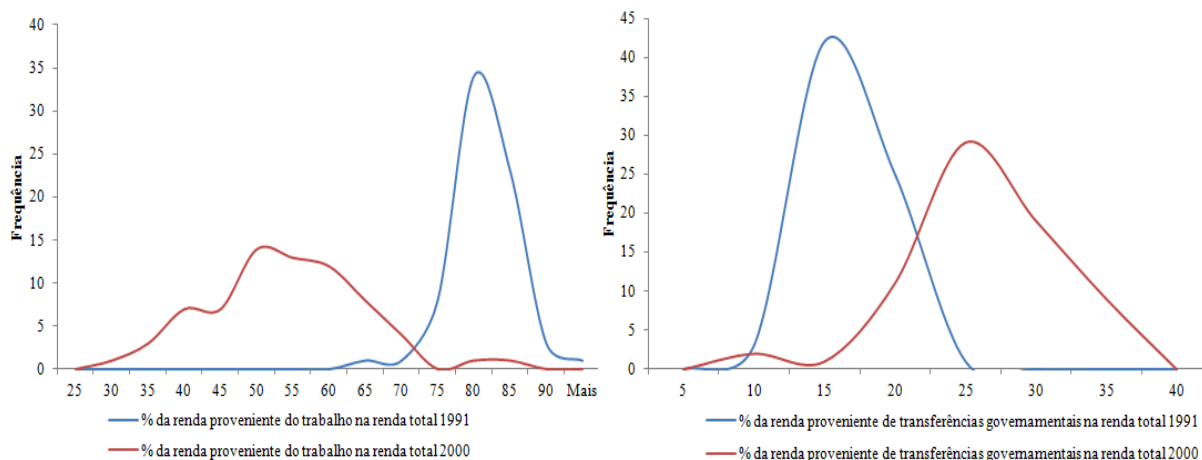
Figura 1. Distribuição dos Percentuais da renda do trabalho e das transferências na renda total dos municípios de Pernambuco



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2011).

Fica evidente que a participação média do percentual das rendas provenientes do trabalho na renda total dos municípios, tanto de Pernambuco, como do Agreste Pernambucano, reduziu-se entre 1991 e 2000, enquanto que a participação média das transferências governamentais na renda total dos municípios cresceu, no período observado.

Figura 2. Distribuição dos percentuais da renda do trabalho e das transferências na renda total dos municípios do Agreste Pernambucano



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2011).

Em relação às transferências, percebe-se que a participação média do percentual das rendas provenientes de transferências governamentais na renda total dos municípios em 2000 encontra-se em um nível superior ao da média de 1991; já para a renda do trabalho, vê-se que a participação média do percentual das rendas provenientes do trabalho na renda total dos municípios em 2000 encontra-se em um patamar inferior à média de 1991. Tais observações são constatadas para Pernambuco e para o Agreste (Figuras 1 e 2)¹¹.

Esse estudo também se preocupou em observar o número de indivíduos em situação de indigência (Tabela 8). Dado o problema da utilização da linha de indigência de 1990, o que compromete as estimações realizadas, a análise da indigência para o ano de 1991 ficou estimada de forma inconsistente. Assim, apenas pode-se dizer que, no ano de 2000, o número de indigentes, tanto no Estado de Pernambuco, quanto no Agreste do Estado, ainda era muito elevado. Segundo os dados de indigência do Atlas do Desenvolvimento Humano, que considera o percentual de indigentes a proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$37,75, ocorre uma queda no percentual de indigência em Pernambuco de cerca de 15% (o percentual médio de indigentes de Pernambuco que era de cerca de 47% passa para 40%), entre 1991 e 2000. No Agreste Pernambucano, o percentual médio de indigentes, que era de 44,7%, em 1991, passa para 40,8%, em 2000. Tais dados sinalizam para a inconsistência dos percentuais de indivíduos indigentes em 1991, apresentado na Tabela 8.

Tabela 8. Número de indivíduos indigentes e não indigentes (linhas de indigência diferenciadas para estrato rural e urbano) – 1991 e 2000

Critérios	1991**			2000		
	Não Indig.	Indigente	Total*	Não Indig.	Indigente	Total*
Pernambuco						
Indigente I	2.730.408	2.656.561	5.386.969	3.220.417	3.105.635	6.326.051
Indigente II	2.216.131	118.868	2.334.999	2.251.949	396.230	2.648.179
Indigente III	6.894.909	232.683	7.127.592	6.472.781	1.436.823	7.909.604
Agreste Pernambucano						
Indigente I	705.195	649.562	1.354.757	801.959	768.753	1.570.712
Indigente II	563.238	55.434	618.672	540.254	205.573	745.827
Indigente III	1.769.534	49.128	1.818.662	1.353.452	644.341	1.997.793

*Excluindo-se os valores *missing* da amostra total.

** Foi utilizado à linha de indigência de 1990.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados dos Censos Demográficos – IBGE (1991 e 2000).

Quando observado a pobreza nas mesorregiões pernambucanas, pode-se comparar o Agreste Pernambucano com os índices das demais mesorregiões do Estado. Neste sentido, foi analisada, para cada ano, a proporção de indivíduos pobres por mesorregiões pernambucanas

¹¹ Gomes *et al.* (2010) comprova este acontecimento a nível nacional.

e estratos rural e urbano (Tabela 9 e Tabela 10, a seguir). Foi possível constatar que as proporções de pobres diminuíram entre 1991 e 2000, pelo critério de pobreza tipo III, nos estratos rural e urbano das mesorregiões observadas.

Tabela 9. Proporção de indivíduos pobres por mesorregiões pernambucanas e estratos rural e urbano (linhas de pobreza diferenciadas para estrato rural e urbano) – 1991

Critérios	Pobre I		Pobre II		Pobre III	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Mesorregiões						
Sertão Pernambucano	0,70	0,70	0,41	0,49	0,71	0,80
São Francisco Pernambucano	0,63	0,61	0,26	0,33	0,62	0,66
Agreste Pernambucano	0,65	0,62	0,33	0,33	0,66	0,70
Mata Pernambucana	0,71	0,58	0,38	0,11	0,76	0,79
Metropolitana de Recife	0,57	0,55	0,15	0,06	0,51	0,56

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados dos Censos Demográficos – IBGE (1991 e 2000).

Em 1991, as maiores proporções de indivíduos pobres nas zonas urbanas estavam nas mesorregiões da Mata Pernambucana e do Sertão Pernambucano. Este último também concentrava a maior proporção de pobres no estrato rural. Ainda em 2000, tal realidade se mantém quase que inalterada. A Mesorregião do Agreste Pernambucano passa a ter a segunda maior proporção de pobres urbanos pelo critério II, perdendo apenas para o Sertão Pernambucano. Contudo, tal situação ocorre devido à representativa redução de proporção de pobres urbanos tipo II na Mata Pernambucana (que passa de 0,38 para 0,16, entre 1991 e 2000), e não por um aumento da proporção de pobres urbanos tipo II no Agreste Pernambucano, uma vez que tal proporção passa de 0,33, em 1991, para 0,24, em 2000. Nesse sentido, fica perceptível que o Agreste apresenta a menor redução na proporção de pobres urbanos tipo II, demonstrando, desde já, as limitações do impacto do crescimento econômico sobre a pobreza da Mesorregião.

Tabela 10. Proporção de indivíduos pobres por mesorregiões pernambucanas e estratos rural e urbano (linhas de pobreza diferenciadas para estrato rural e urbano) – 2000

Critérios	Pobre I		Pobre II		Pobre III	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Mesorregiões						
Sertão Pernambucano	0,54	0,65	0,29	0,58	0,56	0,64
São Francisco Pernambucano	0,52	0,59	0,16	0,42	0,48	0,51
Agreste Pernambucano	0,49	0,60	0,24	0,53	0,50	0,58
Mata Pernambucana	0,57	0,59	0,16	0,21	0,61	0,57
Metropolitana de Recife	0,49	0,59	0,07	0,11	0,38	0,48

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados dos Censos Demográficos – IBGE (1991 e 2000).

A análise das variações percentuais das proporções de pobreza encontra-se a seguir, na Tabela 11. Esta, por sua vez, confirma os resultados acima apresentados. É possível constatar que, pelo critério de pobreza I, há uma redução da pobreza na zona urbana de todas as mesorregiões de Pernambuco de em média 19,78%, com destaque para a região Metropolitana do Recife que apresentou a menor redução, em torno de 14%.

Por outro lado, na zona rural, a Mata Pernambucana e a área Metropolitana do Recife passam por uma elevação da proporção de pobres, entre 1991 e 2000, de 2,06% e 7,46%, respectivamente, enquanto para as demais mesorregiões se observou uma redução média de 4,85%. Outro fato relevante é que, quando considerado exclusivamente a renda proveniente do trabalho (pobreza tipo II), tem-se uma redução da proporção de pobres nos estratos urbanos de todas as mesorregiões, de 27,84% para a mesorregião do Agreste Pernambucano, que apresentou a menor redução, e de 58,58% para a Mesorregião da Mata Pernambucana, que apresentou a maior taxa; e um aumento significativo da proporção de pobres nos estratos rurais de todas as mesorregiões, chegando ao patamar de 94,53% na Mesorregião Metropolitana do Recife.

Tabela 11. Percentuais de variação da pobreza por mesorregiões pernambucanas e estrato rural e urbano (linhas de pobreza diferenciadas para estrato rural e urbano) – de 1991 para 2000 (%)

Critérios	Pobre I		Pobre II		Pobre III	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Mesorregiões						
Sertão Pernambucano	-22,61	-8,17	-28,95	18,04	-20,68	-19,62
São Francisco Pernambucano	-18,49	-3,25	-38,17	30,16	-23,45	-22,83
Agreste Pernambucano	-24,26	-3,13	-27,84	64,47	-24,33	-17,10
Mata Pernambucana	-19,38	2,06	-58,58	91,92	-20,32	-27,18
Metropolitana de Recife	-14,17	7,46	-51,61	94,53	-25,41	-14,28

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados dos Censos Demográficos – IBGE (1991 e 2000).

As elevadas proporções de pobres para os estratos rurais são explicadas por Rocha (2006) pela existência de algumas características específicas das áreas rurais no Nordeste. Neste sentido, destaca-se a lentidão da modernização agrícola e as próprias características físicas de boa parte da área rural nordestina.

Nas áreas rurais do Agreste Pernambucano operam, notadamente, as atividades de pecuária leiteira – especialmente nos municípios de Garanhuns, Brejão e Correntes – e a produção agrícola de feijão, mandioca e milho – mais especificadamente nos municípios de Jupi, Jucati e São João –, com base na pequena propriedade rural de cunho familiar

(OLIVEIRA, V.; OLIVEIRA, M., 2009). No Município de Garanhuns, percebe-se uma forte dependência da pecuária leiteira, não é por acaso que a região é conhecida por abrigar a Bacia Leiteira do Estado. Assim, a cadeia produtiva do leite assume um papel de destaque na economia rural, não apenas do Agreste, como também do Estado (OLIVEIRA, V.; OLIVEIRA, M., 2009, PENAFORTE JÚNIOR *et al.*, 2009).

O sistema produtivo das áreas rurais do Agreste mostra-se com sérias dificuldades no sentido de alavancar um processo de desenvolvimento, dado a resistência à inovação do agricultor, e a carência de infra-estruturas de apoio a produção. Tal realidade revela uma área rural carente e, conseqüentemente, com elevados índices de pobreza.

No âmbito municipal, a Tabela 12 a seguir mostra um resumo dos principais resultados obtidos a respeito da proporção de indivíduos em situação de pobreza, destacando os cinco municípios com maior participação no PIB do Agreste Pernambucano e a média da proporção de pobres nos demais municípios. Pode-se dizer, no geral, que a redução da proporção de indivíduos pobres foi maior para os estratos urbanos. Neste contexto, considerando o estrato urbano, percebe-se que, daqueles indivíduos que possuem algum tipo de trabalho, capaz de gerar algum nível de rendimento mensal, 24% deles estariam em situação de pobreza no Agreste Pernambucano, em 2000. Contudo, observando o estrato rural, depara-se com 53% dos indivíduos em situação de pobreza na Mesorregião. É fato que o problema da pobreza, não apenas no Agreste Pernambucano, como no Nordeste, afeta de maneira mais severa a área rural¹². Pelo critério de pobreza II rural, ou seja, levando-se em consideração o rendimento do trabalho do indivíduo do estrato rural, todos os municípios observados na Tabela 12, assim como, Pernambuco e o Agreste Pernambucano, passaram por uma elevação na proporção de indivíduos pobres entre 1991 e 2000. Apenas no Agreste Pernambucano, a proporção de pobres na zona rural aumentou em aproximadamente 64,47%. O que nos permite dizer que o recente crescimento econômico alcançado pela mesorregião não foi suficiente para afastar os elevados níveis de pobreza, principalmente aquela relacionada ao estrato rural.

Quando observadas as proporções para pobre tipo I e III, em comparação ao pobre tipo II, constata-se que poucos indivíduos possuem renda do trabalho inferior a linha de pobreza no Agreste Pernambucano. Contudo, ao observar o comportamento dos três indicadores de pobreza “ao longo dos anos de 1991 e 2000”, observa-se que a proporção total de pobres (considerando estrato rural e urbano) pelo critério de pobreza II passou de aproximadamente

¹² Ver Silva Júnior e Sampaio (2004).

0,33 para 0,36, no Agreste Pernambucano. Tal fato caracteriza um aumento de aproximadamente 9,86% na proporção de indivíduos pobres, quando considerado exclusivamente a renda do trabalho. Pelos critérios de pobreza I e III, a proporção total se reduz em, respectivamente, 16,18% e 21,73%, no Agreste. Isso permite reafirmar a ineficiência do crescimento econômico no Agreste Pernambucano em gerar redução da pobreza. Para tanto, seria necessário que o indicador de pobreza II apresentasse resultados melhores, tendo em vista que este último indicador é o que está diretamente ligado aos efeitos do crescimento econômico, na medida em que reflete o nível de rendimentos do trabalho dos indivíduos. Pode-se dizer, portanto, que a redução da pobreza no Agreste Pernambucano esteve mais atrelada às transferências governamentais do que a elevação no nível de rendimentos do trabalho dos indivíduos.

As transferências governamentais possuem um papel de destaque na sociedade brasileira, na medida em que garantem uma renda mínima à população pobre, que enfrenta dificuldades de se inserir no mercado de trabalho. Porém, é importante ressaltar que a literatura não é perfeitamente definitiva quanto ao papel das transferências de renda sobre a pobreza. A expansão das transferências governamentais pode exercer um efeito negativo na iniciativa dos indivíduos, classificados como pobres, de procurar emprego. Se isto ocorre em uma sociedade, o caráter paliativo, que deve ser inerente as políticas governamentais de transferência de renda, é severamente deturpado, uma vez que os indivíduos tornam-se cada vez mais dependentes das transferências contínuas do governo. Em tais circunstâncias, tem-se, resumidamente, uma situação em que muitas famílias optarão por continuar na pobreza para receber esses benefícios sociais. Assim, o crescimento dos gastos sociais *per capita* elevaria a dependência social e reduziria os efeitos do crescimento econômico de amenizar os indicadores de pobreza (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011).

Tabela 12. Proporção de indivíduos pobres (linhas de pobreza diferenciadas para estrato rural e urbano) – 1991 e 2000

Critérios	1991						2000					
	Pobre I		Pobre II		Pobre III		Pobre I		Pobre II		Pobre III	
Municípios do Agreste Pernambucano	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Caruaru	0,55	0,49	0,20	0,13	0,49	0,53	0,43	0,49	0,08	0,26	0,33	0,35
Garanhuns	0,63	0,66	0,28	0,38	0,59	0,74	0,50	0,62	0,15	0,62	0,45	0,63
Belo Jardim	0,65	0,61	0,30	0,28	0,68	0,77	0,50	0,57	0,25	0,48	0,51	0,57
Santa Cruz do Capibaribe	0,52	0,40	0,22	0,12	0,51	0,37	0,34	0,45	0,14	0,36	0,28	0,34
Gravatá	0,63	0,54	0,27	0,16	0,67	0,60	0,48	0,59	0,15	0,30	0,50	0,56
Outros Municípios	0,71	0,62	0,44	0,32	0,75	0,70	0,53	0,60	0,37	0,53	0,60	0,58
Agreste Pernambucano	0,65	0,62	0,33	0,33	0,66	0,70	0,49	0,60	0,24	0,53	0,50	0,58
Pernambuco	0,62	0,62	0,38	0,30	0,59	0,73	0,50	0,61	0,14	0,47	0,45	0,58

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados dos Censos Demográficos – IBGE (1991 e 2000).

Os programas de transferência de renda no Brasil ganharam força nas últimas décadas como uma tentativa de combate a pobreza. Contudo, tais políticas se apresentam com aspectos positivos e negativos, uma vez que há estudos teóricos e empíricos que mostram a existência de muitas controvérsias, no que diz respeito a eficácia dessas políticas como meio da redução da pobreza (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011).

Neste aspecto, podem-se destacar importantes estudos brasileiros que procuram analisar os resultados dos programas de transferência de renda no combate a pobreza, como o de Marinho, Linhares e Campelo (2011). Os referidos autores observam se os programas obtiveram êxito no combate a pobreza para os estados brasileiros, nos anos de 2000 a 2008. Os principais resultados do estudo apontam para uma relação não significativa entre transferências de renda e pobreza.

Rocha (2006), objetivando verificar o efeito dos programas de transferências de renda e utilizando os dados das PNADs de 1999 e 2002, detectou que o aumento da cobertura dos programas de transferência de renda no Brasil contribuiu para a redução da pobreza e indigência. Hoffman (2006), também utilizando os dados das PNADs, estimou que os programas de transferência de renda contribuíram com cerca de 28% para redução na desigualdade nacional, entre 1998 e 2004 – sendo imprescindível à pequena redução da pobreza, no período de 2003 a 2004, a expansão das transferências do governo. Vale ressaltar que a percentagem de contribuição para redução da pobreza sobe para, aproximadamente, 66% considerando-se exclusivamente a região Nordeste (HOFFMAN, 2006).

Contrapondo-se aos estudos empíricos anteriormente observados, que mostram a eficiência dos programas de transferência de renda do Governo na redução da desigualdade e pobreza no Brasil, muitos argumentos demonstram as dificuldades inerentes a implementação de tais programas. Autores, como Carvalho Júnior (2006), observam que as transferências de renda governamentais têm a capacidade de desmotivar os indivíduos pobres a procurar emprego, o que os tornam, com o passar do tempo, cada vez mais dependentes dessas transferências. Assim, cria-se uma situação em que as famílias se acomodariam na pobreza, para continuar a receber os benefícios sociais. Lavinias e Varsano (1997) enfatizam a importância de que sejam instituídas políticas complementares de educação e de geração autônoma de renda, simultaneamente aos programas de transferência de renda, para que haja uma redução da probabilidade de uma família, contemplada por esses programas, retornar à condição de pobreza, com o término do benefício.

Marinho, Linhares e Campelo (2011) observam que uma política fiscal fundamentada em acréscimo das transferências de renda, diminui a taxa de poupança. Como esta, por sua

vez, financia o investimento, pode-se ter, portanto, uma redução dos efeitos do crescimento econômico para diminuição da pobreza. Outros estudos detectam o impacto limitado das políticas de transferência de renda na redução da pobreza e da desigualdade (SCHWARTZMAN, 2006 *apud* MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011). Schwartzman (2006), utilizando dados da PNAD de 2004, observa que o impacto limitado das transferências se deve ao pequeno volume dos recursos transferidos para cada família e pela má focalização dos gastos.

Apesar dos argumentos que explanam os problemas inerentes à política de transferência de renda, em geral, supõe-se que os programas assistenciais do governo à população carente são geradores de maior impacto distributivo (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011). Nesse sentido, os resultados expostos anteriormente na Tabela 12 corroboram para tal realidade. Tendo em vista que há uma elevação da pobreza, considerando o critério II, e uma redução de tal indicador, pelos demais critérios, entre 1991 e 2000, no Agreste Pernambucano. O ideal seria que tais programas viessem atrelados a cursos de capacitação, por exemplo, para que os indivíduos obtivessem condições de geração autônoma de renda a partir do seu trabalho, possibilitando o rompimento, no futuro, do círculo de dependência do beneficiário em relação ao governo.

Em uma breve análise dos municípios do Agreste Pernambucano que estão expostos na Tabela 12, pode-se observar que os municípios com maior proporção de pobres foram Belo Jardim e Garanhuns, prevalecendo também com maiores proporções em 2000. A proporção total de pobres (considerando os diferenciais entre estratos rurais e urbanos), em 1991, para Belo Jardim foi de 0,64, pelo critério I, 0,30, pelo critério II, e 0,70, pelo critério III. Em 2000, tais valores passaram para 0,54, 0,37 e 0,54, respectivamente. Já Garanhuns apresentou as seguintes proporções totais de pobreza: 0,64, 0,31, 0,63, pelos critérios I, II e III em 1991; e 0,56, 0,38 e 0,54, pelos critérios I, II e III em 2000. Contudo, quando observados os 71 municípios da mesorregião destaca-se o Município de Jurema que, em 1991, era o que apresentava a maior proporção de pobres, quando considerado o rendimento total individual e o rendimento proveniente do trabalho (respectivamente, 0,81 e 0,64). O Município de Iati deteve as maiores proporções de pobreza em relação aos demais municípios do Agreste em 2000, tais proporções atingiram os valores de 0,66, considerando o nível de rendimento individual, e 0,76, considerando o rendimento domiciliar *per capita*. Ainda em 2000, outro município que apresentou uma das mais elevadas proporções de pobreza, por todos os critérios, foi Lagoa do Ouro. A proporção total de pobreza em Lagoa do Ouro atingiu os níveis de 0,66, pelo critério de pobreza tipo I, e aproximadamente 0,72, pelos critérios de

pobreza II e III, em 2000. É possível constatar que Caruaru está entre os três municípios que apresentaram menor proporção de pobres no Agreste Pernambucano, quando considerado exclusivamente a renda proveniente do trabalho, tanto em 1991, com 0,18, quanto em 2000, com 0,17. Em 1991, o Município de Toritama deteve as menores proporções de pobreza do Agreste, por todos os critérios analisados, tal realidade se perpetua para o ano de 2000. Vale lembrar que Toritama, assim como Caruaru, é um dos municípios que compõe o APL Têxtil e de Confecção do Agreste. Em Toritama as proporções de pobreza, que consideram exclusivamente as rendas provenientes de trabalho, eram de 0,14, em 1991, passando para 0,09 em 2000.

Em síntese, pode-se dizer que, nos anos de análise, as maiores proporções de pobreza do Agreste Pernambucano estiveram relacionadas aos municípios de Jurema, Iati, Poção, Terezinha e Lagoa do Ouro; enquanto as menores proporções foram observadas nos municípios de Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Taquaritinga do Norte. O fato de extrema relevância obtido nos resultados é que a proporção de pobres diminui em todos os municípios do Agreste Pernambucano pelos critérios de pobreza I e III¹³. Contrapondo-se a esta realidade, quando observado o critério de pobreza II, referente à renda do trabalho, tal tendência não se sustenta. Neste caso, destaca-se o município de Terezinha, que teve sua proporção de pobres elevada em aproximadamente 104,06% pelo critério de pobreza II (onde a proporção de pobres tipo II passou de 0,33 para 0,67, entre 1991 e 2000). Neste sentido, constata-se que, em Caruaru, há uma redução da proporção de pobres tipo II de apenas 7,62%, enquanto que em Santa Cruz do Capibaribe, tal valor se eleva em torno de 28,82%.

Percebe-se que – apesar dos municípios com os menores índices de pobreza ser os mais produtivos, no sentido de que também foram aqueles que demonstraram maiores patamares de crescimento econômico e compõem o APL Têxtil e de Confecção do Agreste, ou seja, são os que têm uma representativa importância econômica para a região – há fortes limitações no impacto do crescimento econômico da Mesorregião sobre a pobreza. O crescimento econômico não se mostrou como a principal força redutora da pobreza no Agreste Pernambucano, no período analisado. É importante que fique esclarecido que não restam dúvidas do significativo impacto das variáveis de crescimento econômico para redução da pobreza, mas o que foi observado é que, no Agreste, este impacto foi limitado, dado que a

¹³ Excluindo-se apenas os municípios de Vertente do Lério, Jucati e Casinhas que não constavam no Censo de 1991 como municípios do Agreste Pernambucano.

principal via de observação do impacto do crescimento econômico sobre a pobreza – a proporção de pobres tipo II – foi a menos reduzida, entre 1991 e 2000.

3.3 Construção do indicador de pobreza referente à Linha de Pobreza de Kageyama e Hoffmann

Alguns estudos defendem a idéia de que os bens não-monetários afetam decisivamente o bem estar dos indivíduos, de tal forma que a linha de pobreza, por si só, torna-se limitada (SEN, 2000, KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006, LOPES; MACEDO; MACHADO, 2004). Neste sentido, uma maneira alternativa de tratar a pobreza seria a partir da abordagem da não satisfação de algumas necessidades básicas. Assim, consideram-se alguns bens essenciais aos indivíduos, para que eles possam usufruir de uma vida minimamente digna.

A adoção da abordagem de necessidades básicas insatisfeitas representa a incorporação direta de uma gama mais ampla das necessidades humanas, tais como saneamento e habitação, aos indicadores de pobreza.

3.3.1 Definição das Linhas de Pobreza

Na concepção de Vaz e Soares (2008) uma maneira de medir a pobreza, de forma subjetiva, seria perguntando às pessoas se elas se consideram pobres ou não. Os autores vão além e explicam o problema de tal abordagem: pode ser ofensiva aos entrevistados e, além disso, se os respondentes, por exemplo, supõe que dessa resposta depende a sua participação em algum programa governamental de atendimento à população carente, podem simplesmente subestimar suas próprias condições de renda. A investigação de Vaz e Soares (2008) demonstra que, perguntar para os indivíduos o que eles consideram ser a renda mínima para sua sobrevivência é uma possibilidade que resulta em uma linha de pobreza um tanto coerente, uma vez que eles constataram que as linhas de pobreza subjetivas são semelhantes às aquelas estimadas utilizando mínimos calóricos. Contrapondo-se a tal realidade, identifica-se que as linhas de pobreza não-alimentar subjetivas são bastante diferentes entre si e com relação às linhas objetivas.

Um importante estudo brasileiro sobre o assunto foi elaborado por Buainain *et al.* (1999) e aborda a questão do desenvolvimento rural. Em tal estudo, a pobreza é definida combinando a carência de renda com a carência de infra-estrutura e serviços básicos. Kageyama e Hoffmann (2006) analisam a pobreza no Brasil no período de 1992 a 2004,

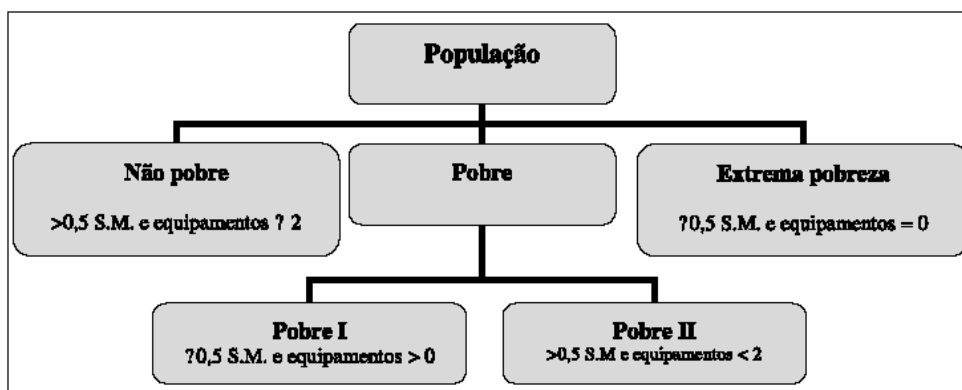
combinando a pobreza baseada na renda com a forma mais abrangente, onde se inclui aspectos relativos ao bem-estar.

As linhas de pobreza baseadas na adoção do salário mínimo ou de um de seus múltiplos enquadram-se naquelas linhas de pobreza ditas arbitrárias, anteriormente descritas. Uma vez que, os procedimentos de atualização do valor do salário mínimo e a unificação nacional deste ao longo dos anos, não dando a devida atenção as diferenças regionais, não contribuíram para melhor adequar o salário mínimo como uma linha de pobreza (ROCHA, 2006). Ainda assim, o salário mínimo é bastante utilizado para análises *cross-section* de incidência de pobreza, pois permite observar a proporção de indivíduos pobres diretamente dos microdados das pesquisas domiciliares. Neste sentido, Kageyama e Hoffmann (2006) utilizam a linha de pobreza de R\$150,00, correspondente a meio salário mínimo de maio de 2005, como parâmetro para sua análise da pobreza no Brasil.

A princípio, foram selecionados três indicadores não monetários de qualidade de vida: a presença de água canalizada em pelo menos um cômodo, a existência de banheiro no domicílio e luz elétrica na propriedade (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006). Em seguida, foi estabelecida a linha de pobreza de renda de meio salário mínimo¹⁴, e o indivíduo com renda *per capita* domiciliar acima desse valor e cujo domicílio possui pelo menos dois dos equipamentos básicos definidos, é dito “não pobre”. Para os demais indivíduos, ou seja, aqueles com renda inferior a estabelecida e que possuem menos de dois equipamentos básicos, foram estabelecidas três classificações. Os indivíduos com renda abaixo da linha de pobreza e em estado de privação dos três equipamentos básicos, estariam em “extrema pobreza”; já os indivíduos com renda menor que a linha de pobreza e cujo domicílio possui pelo menos um dos três equipamentos básicos, são classificados como “pobre tipo I”; e os indivíduos com renda acima da linha de pobreza que possuem menos de dois equipamentos básicos, são ditos “pobre tipo II” (Figura 3). No estudo aqui proposto utilizou-se desta mesma metodologia¹⁵ para definição de pobreza, tornando-se possível observar a proporção da pobreza na Mesorregião do Agreste Pernambucano de maneira subjetiva, uma vez que esta perspectiva permite a análise também no que tangencia diretamente o acesso a alguns bens básicos.

¹⁴ Kageyama e Hoffmann (2006) utilizam a relação entre a linha de pobreza de 0,5 salário mínimo de maio de 2005 e o salário mínimo (na mesma unidade monetária) em cada ano.

¹⁵ Para fins puramente didáticos, será assumido a terminologia “pobre tipo IV” e “pobre tipo V” para o que Kageyama e Hoffmann (2006) definiram como, respectivamente, “pobre tipo I” e “pobre tipo II”.

Figura 3. Definição de pobreza de Kageyama e Hoffmann (2006)

Fonte: Kageyama e Hoffmann (2006).

Tendo por base o procedimento realizado no estudo de Kageyama e Hoffmann (2006), os “rendimentos domiciliar *per capita*” levantados pelos Censos Demográficos dos anos de 1991 e 2000 foram atualizados (inflacionados), obtendo-se valores monetários em reais de setembro de 2005. Para atualizar os rendimentos foi utilizado o INPC “corrigido”, diferenciando-se assim de Kageyama e Hoffmann (2006), que utilizam o INPC-Restrito “corrigido”. Os três ajustes no INPC para sua utilização como deflator dos rendimentos, propostas por Corseuil e Foguel (2002) *apud* Kageyama e Hoffmann (2006) são: alteração na data de referência; assim como alteração do valor referente a julho de 1994, devido ao problema da inflação neste mês de implementação do Plano Real; e, finalmente, expansão para períodos anteriores à sua criação¹⁶. Como os anos de referência dessa pesquisa são 1991 e 2000, apenas a primeira alteração nos interessa. Uma vez que em 1991 o INPC já havia sido criado e, com relação à segunda alteração, sabe-se que o estudo aqui proposto não abrange diretamente o ano de 1994.

3.3.2 Resultados para o Agreste Pernambucano

Apesar desta pesquisa restringir-se aos anos de 1991 e 2000, ainda assim foi calculado o INPC “corrigido” para os meses de setembro de 1991 a 2005, respeitando os dois primeiros ajustes propostos na seção anterior (Tabela 13). Para atualizar os rendimentos do Censo foram calculadas as médias geométricas do INPC de setembro e outubro de cada ano, obtendo-se o INPC “corrigido”. Assim, a Tabela 13 apresenta o INPC com as devidas correções para os meses de setembro de 1991 a 2005, com base em setembro de 2005.

¹⁶ Para mais informações sobre a metodologia ver Kageyama e Hoffmann (2006).

Tabela 13. INPC, INPC “corrigido” e valor do salário mínimo

Ano/Mês	INPC	INPC, Base Setembro de 2005=100	INPC "CORRIGIDO"	Inflator para os Rendimentos	Salário Mínimo Corrente	Salário Mínimo Nominal em R\$	Salário Mínimo Real
1991.09	0,162642	0,00006389418	0,00007030636	14223,46392	Cr\$42.000,00	0,015272727	217,231
1992.09	1,985185163	0,000779883	0,00087566	1141,996186	Cr\$522.186,94	0,18988616	216,849
1993.09	39,80512532	0,01563751	0,01810983	55,21862955	CR\$9.606,00	3,493090909	192,884
1994.09	956,05	0,375585847	0,380844672	2,625742395	R\$ 70,00	70,00	183,802
1995.09	1200,04	0,471437728	0,474726213	2,106477319	R\$ 100,00	100,00	210,648
1996.09	1355,76	0,532612591	0,533623226	1,873981401	R\$ 112,00	112,00	209,886
1997.09	1415,18	0,555955838	0,556760602	1,796104101	R\$ 120,00	120,00	215,532
1998.09	1459,95	0,573543808	0,573859966	1,742585402	R\$ 130,00	130,00	226,536
1999.09	1547,35	0,607879044	0,610789003	1,637226595	R\$ 136,00	136,00	222,663
2000.09	1655,7	0,650444524	0,650964844	1,536181268	R\$ 151,00	151,00	231,963
2001.09	1776,92	0,698066004	0,701338644	1,425844716	R\$ 180,00	180,00	256,652
2002.09	1947,148271	0,764940466	0,770921863	1,29714832	R\$ 200,00	200,00	259,430
2003.09	2288,157439	0,89890649	0,900657652	1,110299788	R\$ 240,00	240,00	266,472
2004.09	2424,41602	0,952435902	0,953245129	1,049048109	R\$ 260,00	260,00	272,753
2005.09	2.545,489952	1	1,0000000	1	R\$ 300,00	300,00	300,000

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2011).

É importante ressaltar que a última coluna da Tabela 13, o salário mínimo real, nada mais é do que o salário mínimo nominal em reais multiplicado pelo inflator dos rendimentos para cada ano. Também pode ser observado que no ano base o valor é máximo e, além disso, como se assume variações do valor real do salário mínimo e à manutenção de uma linha de pobreza fixa, a relação entre essa linha de pobreza e o salário mínimo é sempre maior que 0,5 para cada ano (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006). Portanto, a Tabela 14 mostra exatamente essa relação entre a linha de pobreza de meio salário mínimo de setembro de 2005 e o salário mínimo nos anos de 1991 e 2000, em reais.

Tabela 14. Relação entre a linha de pobreza de R\$150,00 e o valor do salário mínimo real em 1991 e 2000

Ano/Mês	Relação
1991.09	0,691
2000.09	0,647
2005.09	0,500

Fonte: Elaboração Própria (2011).

A relação estabelecida na Tabela 14 permite verificar que a razão entre a linha de pobreza e o salário mínimo era bastante elevada em 1991. Assim para o indivíduo ser considerado não pobre, apenas pela perspectiva monetária, ele teria que ter um nível de rendimento mensal pelo menos igual ao que correspondia a 69% do salário mínimo vigente na época.

Apenas pela ótica monetária, foi constatado que, das 7.909.604 observações válidas para Pernambuco, aproximadamente 58,4% dos pernambucanos estavam em situação de pobreza no ano de 2000. Em outras palavras, tinham rendimentos reais inferior a linha de pobreza de R\$150,00. É fato que, de 1991 para 2000, o percentual de pobreza reduziu de maneira significativa, uma vez que passou da casa dos 75,7% para 58,4%. Contudo, deve-se perceber que este último valor ainda é bastante elevado.

Os três indicadores não-monetários de pobreza estavam contidos nos dados do Censo Demográfico, tanto de 1991, como de 2000. Apenas o indicador de presença de água canalizada precisou ser construído por meio de outra variável, devido sua ausência no Censo de 1991¹⁷. Então, foram observados, concomitantemente, os indicadores monetários e não-monetários. Os principais resultados apontaram para, em geral, uma redução da pobreza entre

¹⁷ Considerou-se a presença de água canalizada naqueles domicílios que apresentaram abastecimento de água por “rede geral com canalização interna”.

os anos de 1991 e 2000, por todos os critérios avaliados (Tabela 15). Tal realidade foi comprovada, tanto para Pernambuco, como para a Mesorregião do Agreste de Pernambuco. Um fato curioso foi que o número de indivíduos que se enquadram na categoria de “não pobre” reduziu-se entre os anos em questão, diferenciando-se do que foi constatado anteriormente pela perspectiva de Rocha (2006). Há uma possibilidade de que tal fato deva-se a questão da acessibilidade aos equipamentos considerados básicos. Uma vez que a maior diferença entre a linha de pobreza de Rocha (2006) e Kageyama e Hoffmann (2006) está na maneira diferenciada que ambas consideram a acessibilidade a alguns bens ditos básicos. Rocha (2006) utiliza valores monetários, que representam os bens necessários a sobrevivência minimamente digna. Já Kageyama e Hoffmann (2006) observam o acesso direto do indivíduo aos bens ditos básico.

Tabela 15. Números Absolutos de indivíduos pobres e não pobres, pela linha de pobreza de 0,5 S.M. – 1991 e 2000

	Ano	Não Pobre	Pobre IV	Pobre V	Extrema Pobreza	Pobre Total
Pernambuco	1991	1.560.831	4.292.423	163.288	1.082.217	5.537.928
	2000	196.900	1.619.179	114.968	242.209	1.976.355
Agreste Pernambucano	1991	253.643	1.048.729	72.175	439.816	1.560.721
	2000	62.711	549.092	45.515	71.818	666.425

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados dos Censos Demográficos – IBGE (1991 e 2000).

Como a amostra total foi diferenciada para cada critério, devido os valores *missing* do Censo Demográfico, as observações das proporções, que permitem avaliar a relação entre o número de indivíduos em situação de pobreza e a amostra, são de extrema importância para comparação. A Tabela 16 demonstra as elevadas proporções de pobres pelo critério pobre IV. Isto nos permite dizer que um elevado contingente populacional possuíam rendimentos inferior a linha de pobreza estabelecida, no ano de 1991 em Pernambuco. A proporção de pobres foi decrescente ao longo do período estudado, contudo é importante atentar para o fato de que, quando observado os municípios do Agreste, fica evidente que a redução do total de pobres é em grande parte reflexo do comportamento da categoria pobre tipo IV, dada a grande participação deste grupo na pobreza total. Por este critério as maiores proporções de pobreza no Agreste correspondiam aos municípios de Camocim de São Félix e São Vicente Ferrer, em 1991, com 0,77 e 0,74, respectivamente; e Iati e Orobó, em 2000, com aproximadamente 0,69 ambos.

Tabela 16. Proporção de indivíduos pobres, pela linha de pobreza de 0,5 S.M. – 1991 e 2000

CrITÉrios	1991			2000		
	Pobre IV	Pobre V	Extrema Pobreza	Pobre IV	Pobre V	Extrema Pobreza
Caruaru	0,60	0,02	0,06	0,16	0,02	0,01
Garanhuns	0,64	0,01	0,08	0,25	0,01	0,01
Belo Jardim	0,69	0,02	0,14	0,32	0,03	0,05
Santa Cruz do Capibaribe	0,64	0,02	0,02	0,13	0,04	0,00
Gravatá	0,68	0,03	0,13	0,28	0,02	0,04
Outros Municípios	0,55	0,05	0,31	0,53	0,04	0,06
Agreste Pernambucano	0,58	0,04	0,24	0,42	0,03	0,05
Pernambuco	0,60	0,02	0,03	0,31	0,02	0,05

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados dos Censos Demográficos – IBGE (1991 e 2000).

A extrema pobreza reduz-se em todos os municípios do Agreste Pernambucano, de 1991 para 2000. No primeiro ano, os municípios com maior incidência de extrema pobreza foram Tupanatinga e Paranatama (com respectivamente, 0,65 e 0,57). Em 2000, Tupanatinga prevalece com maior incidência de extrema pobreza (0,34), enquanto que em Paranatama, este índice se reduz em aproximadamente 84,21%, passando para 0,09. Neste contexto, cabe ressaltar que as maiores reduções de pobreza estiveram atreladas àqueles indivíduos que eram considerados extremamente pobres, em comparação aos demais critérios. Dentre os municípios com menor incidência de extrema pobreza, nos anos observados, pode-se destacar Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru, Toritama e Garanhuns, que apresentavam uma proporção média de extrema pobreza de 0,05, em 1991, e 0,01, em 2000.

Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru também apresentaram as menores proporções de pobres, em 2000, pelo critério de pobreza IV (Tabela 16). Apesar de se constatar uma redução na proporção de pobres pelo critério de pobreza IV, em uma análise mais minuciosa é possível detectar que, em diversos municípios do Agreste Pernambucano, tal proporção se eleva entre 1991 e 2000¹⁸. Mas, no geral, a pobreza reduz-se no Agreste Pernambucano, pelo critério IV, em aproximadamente 27,59%.

Avaliando o critério de pobreza V, observa-se que as maiores proporções estiveram nos municípios de São Joaquim do Monte e Riacho das Almas em, respectivamente, 1991 e 2000. Em São Joaquim do Monte, a proporção de pobreza tipo V era de 0,15, no ano de 1991, e em Riacho das Almas tal proporção chegou a 0,10, em 2000. As menores proporções de pobres tipo V, em 1991, estavam nos municípios de Machados, Barra de Guabiraba, Camocim de São Félix, Garanhuns, Iati, Passira, São Vicente Ferrer e Venturosa (com proporção média de aproximadamente 0,0087). Já em 2000, os municípios de Cupira, Garanhuns, Lagoa do Ouro, Limoeiro, Machados e Surubim detinham as menores proporções de pobreza tipo V, apresentando proporção média de 0,01.

Um acontecimento muito curioso, que ocorre em 1991, com os municípios de Camocim de São Félix e São Vicente Ferrer, é o fato deles apresentarem as maiores proporções de pobreza pelo critério IV e, também, estão entre os municípios com as menores proporções pelo critério V. Para explicar tal fato é importante retornar as definições de pobreza tipo IV e V. Como já apresentado, um indivíduo será considerado integrante do grupo de pobres tipo IV quando sua renda for menor que a linha de pobreza preestabelecida e cujo domicílio possua no mínimo um dos três equipamentos básicos; enquanto que os indivíduos

¹⁸ Dentre os municípios do Agreste que passam por uma elevação da pobreza tipo IV, pode-se destacar: Caetés (69%), Iati (60,5%), Itaíba (43,3%), Jataúba (61,1%), Lagoa do Ouro (69,2%), Terezinha (111,8%), entre outros.

com renda acima da linha de pobreza que possuem menos de dois equipamentos básicos, serão integrantes do grupo de pobres tipo V. Portanto, os dados encontrados para os municípios de Camocim de São Félix e São Vicente Ferrer são perfeitamente justificáveis, tendo em vista que as duas linhas de pobreza em questão podem ser consideradas “substitutas”. Pode-se concluir que, nos dois municípios citados, a incidência de pobreza é fortemente influenciada pela existência de uma elevada proporção de indivíduos com rendimento inferior a linha de pobreza de meio salário mínimo e, portanto, pouco influenciada pela ausência de equipamentos básicos.

Neste contexto, percebe-se que a pobreza no Agreste Pernambucano é intensamente determinada pela insuficiência no nível de rendimentos dos indivíduos. Dado que os percentuais de pobreza pelo critério IV superam significativamente os percentuais pelo critério V, sinalizando para maior dificuldade dos indivíduos, no Agreste, referente ao nível de rendimentos. A evolução da pobreza, portanto, reflete fundamentalmente o comportamento da proporção de pobres pelo critério IV.

Observando as variações na incidência de pobreza municipal pelo critério V, fica evidente que alguns municípios, como Caruaru e Garanhuns, sofrem alterações mínimas (diga-se inferior a 1%) na proporção de pobres, entre 1991 e 2000¹⁹. Dentre as maiores variações negativas por tal critério, no sentido de elevação na proporção de pobres, tem-se os municípios de Venturosa, Passira e Iati – estes municípios apresentaram aumento da proporção de pobres tipo V em cerca de, respectivamente, 200%, 100% e 200%.

O Agreste Pernambucano apresentou uma redução média da proporção de pobres pelo critério V de 0,84%, entre 1991 e 2000. Quanto à extrema pobreza e a pobreza tipo IV, observa-se uma redução média de 80,95% e 3,66%, respectivamente.

Pode-se dizer que a pobreza é entendida de duas maneiras distintas, pela metodologia de Kageyama e Hoffmann (2006). Uma primeira interpretação enxerga a pobreza como proveniente das desigualdades com relação ao nível de rendimentos dos indivíduos, consequentemente, esta depende basicamente das condições de acesso ao mercado de trabalho ou aos programas governamentais (pobreza tipo IV). Enquanto uma segunda interpretação considera a desigualdade na acessibilidade aos bens não-monetários básicos, podendo-se concluir que, tal indicador depende, em certa medida, dos investimentos em infra-estrutura (pobreza tipo V).

¹⁹ Pode-se citar Camocim de São Félix, São Caitano, Sairé, Sanharó, Jurema, Lagoa do Ouro, Santa Meria do Cambucá, São João.

Finalmente, constata-se que há um grande contingente da população que se encontra em situação de pobreza devido basicamente seu baixo nível de rendimentos, e não necessariamente devido à ausência de acesso a algumas condições de infra-estrutura. É importante esclarecer que, não é a intenção deste estudo negar as dificuldades que a mesorregião enfrenta no que diz respeito infra-estrutura básica, mas sim verificar que as dificuldades de auferir uma renda minimamente necessária é um problema que nitidamente marca de forma expressiva esta sociedade. Mais uma vez percebe-se que a redução da pobreza no Agreste Pernambucano toca diretamente na questão da expansão do emprego e das condições para inserção do indivíduo no mercado de trabalho.

4 DESIGUALDADE

Assim como a pobreza apresenta comportamento desigual nas diferentes regiões do mundo, percebe-se que a evolução da desigualdade de renda também registra trajetória distinta entre os países. O comunicado nº 38, de 12 de janeiro de 2010, da presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – que analisou o tema “Pobreza, desigualdade e políticas públicas” – observou as medidas disformes na evolução da desigualdade de renda nos diversos países. Neste contexto, atenta-se para o fato de que, enquanto alguns países da América Latina e Caribe apresentaram aumento na desigualdade dos rendimentos no período de 1995/2000, outros países conseguiram reduzir a desigualdade de renda²⁰. Apesar dos significativos descompassos históricos entre indicadores econômicos e sociais brasileiros, o comunicado nº 38 do IPEA ressalta a posição privilegiada do Brasil, em relação aos demais países da América Latina e Caribe, por conseguir reduzir simultaneamente indicadores de pobreza e de desigualdade, no período de análise do estudo. Contudo, ainda em 2004, o Brasil estava entre os dez países mais desiguais do mundo, de acordo com os dados do Banco Mundial, ficando atrás apenas da Bolívia, Botsuana, África Central, Guatemala, Haiti, Lesoto, Namíbia, África do Sul e Zimbábue (SOUZA; SALVATO, 2008).

É importante ressaltar que a taxa de pobreza no Brasil cai mais rapidamente do que a redução da desigualdade de renda. Neste sentido, ainda de acordo com o IPEA (2010), entre 1995 e 2008, a queda média anual na taxa nacional de pobreza absoluta (até meio salário

²⁰ No primeiro grupo destacam-se os casos da Costa Rica e Uruguai, que apresentaram aumento da desigualdade de renda de, respectivamente, 2,5% e 4,7%, no período 1995/2000. Vale ressaltar que tal tendência prevaleceu no período 2000/2005, quando o aumento da desigualdade foi de 3,1%, na Costa Rica, e 1,6% no Uruguai, de acordo com o comunicado de nº 38 do IPEA. E dos países que conseguiram reduzir a desigualdade pode-se registrar: Paraguai (-4,5% em 1995/2000 e -3,4% em 2000/2005), Brasil (-1,0% em 1995/2000 e -4,5% em 2000/2005) e México (-1,7% em 1995/2000 e -4,1% em 2000/2005).

mínimo *per capita*) foi de -0,9%, enquanto na desigualdade de renda (Coeficiente de Gini) foi de -0,4% ao ano. Tal fato sinaliza que o combate a desigualdade de renda é um problema mais complexo, comparativamente com o combate à pobreza.

Fishlow (1972) e Hoffmann e Duarte (1972) foram responsáveis por importantes estudos sobre o crescimento da desigualdade na distribuição de renda entre 1960 e 1970 no Brasil. Langoni (1973), também, investigou a desigualdade de renda, chegando a resultados semelhantes, no sentido da elevação das disparidades de renda para os mesmos anos. Após o estímulo produzido por esses estudos pioneiros, diversas pesquisas começaram a investigar a desigualdade de renda no Brasil (HOFFMANN; DUARTE, 1972, HOFFMANN, 1998, PESSÔA, 2000, BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001, BERTONI NETO; SOUZA; FERREIRA, 2011). Pode-se identificar diversos determinantes da desigualdade de renda: as transferências governamentais, o acesso ao trabalho, o nível de desemprego e participação no mercado de trabalho, entre outros fatores não menos importantes.

Na história econômica nacional, é possível detectar um aumento da desigualdade nos anos entre 1960 e 1970. É justamente neste período que começa a surgir diversos estudos objetivando compreender os principais fatores que acarretam as crescentes disparidades de rendimentos. Em geral, identificam-se duas correntes de pensamento: a primeira detecta o aumento da desigualdade como uma consequência natural do crescimento acelerado, no qual, devido ao viés tecnológico na relação entre capital e qualificação, tem-se uma desarmonia entre aumento da demanda e da oferta de mão-de-obra qualificada; na segunda linha de pensamento, o crescimento da desigualdade é visto como resultado das políticas econômicas adotadas (BERTONI NETO; SOUZA; FERREIRA, 2011).

Nos anos de 1970, a economia brasileira passou por uma fase de grande crescimento. É nesta década que se dá o fenômeno do “milagre econômico” brasileiro, porém, também houve um aumento da desigualdade de renda (RAMOS; MENDONÇA, 2005). Portanto, o processo de concentração de renda no Brasil se intensifica durante o período da ditadura militar (HOFFMANN, 2002). Nos anos de 1980, são apontados diversos fatores geradores das diferenças de salários e consequente aumento da desigualdade. Dentre os principais fatores destaca-se os diferenciais salariais, dada às diferenças nos postos de trabalho; as diferenças salariais provenientes dos diferentes atributos produtivos dos indivíduos; e a remuneração diferenciada de trabalhadores igualmente produtivos, simplesmente por discriminação (BERTONI NETO; SOUZA; FERREIRA, 2011).

Em 1989, o índice de Gini do Brasil atingiu o nível de 0,63, o que colocou o País como o mais desigual do mundo (HOFFMANN, 2002). Enquanto a década de 1980 foi

marcada por contínuas elevações na desigualdade, na década de 1990 houve ligeiras quedas do índice de concentração de renda, porém, a década de 1990 terminou de maneira análoga ao modo que havia começado. Segundo Bertoni Neto, Souza e Ferreira (2011), a comparação entre o início dos anos 1980 e o fim dos anos 1990, após quedas e ascensões, mostra a permanência da desigualdade.

Pode-se estabelecer relações entre o nível de desigualdade de uma determinada localidade e diversas outras variáveis socioeconômicas, que caracterizam tal espaço, dentre as quais destaca-se: o salário mínimo, educação, estruturação do mercado de trabalho, segmentação existente entre os setores formal e informal da economia, inflação, e discriminação (sobretudo a discriminação racial). Neste contexto, Souza e Salvato (2008) elaboraram um estudo para as cinco regiões brasileiras (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sul e Sudeste) e constataram que os fatores que mais influenciam a desigualdade de renda são a educação, região de moradia/trabalho, gênero e raça.

Em um estudo para um período mais recente, mais precisamente para o ano de 2007, Cavalcanti, Campos e Silveira Neto (2010) investigaram os determinantes do desajustamento acerca dos níveis de *mismatch* (indivíduos com níveis educacionais diversos daqueles requeridos para suas ocupações) e os fatores que explicam a posição desvantajosa da Região Nordeste, em especial no que diz respeito à condição dos indivíduos que possuem alfabetização até a 4ª série incompleta. Cavalcanti, Campos e Silveira Neto (2010) mostram que, tanto fatores de oferta de trabalho – como nível de escolaridade –, quanto de demanda, impactam nos níveis de *mismatch* dos mercados regionais de trabalho. Estes fatores também explicam os maiores níveis de desajustamento do Nordeste, comparativamente ao Sudeste do país. Barros (2010) identifica como variáveis que podem explicar em certa medida as desigualdades regionais: as disponibilidades de recursos humanos e tamanho dos municípios e, em segundo plano, as disponibilidades de infra-estrutura e recursos naturais.

A relação existente entre o crescimento econômico e a desigualdade também ocupa um espaço relevante na literatura econômica. Em resumo, este foco deve-se ao fato de que, através da observação dessas duas variáveis, torna-se possível constatar seu impacto sobre o grau de pobreza, e assim, avaliar a eficácia de determinadas políticas no combate a pobreza.

Estudos, que avaliam os efeitos das desigualdades sobre a pobreza, permitem dizer que altos índices de desigualdade ocorrem em locais com altas elasticidades concentração. Isso significa que no caso de haver um crescimento econômico, este em pouco beneficiará os mais pobres, dada a estrutura de distribuição de renda da região. Essa idéia remete aos conceitos básicos da “Curva de Kuznets”. Segundo Kuznets (1955), a relação entre desigualdade de

renda e crescimento econômico tem a forma de U invertido, onde nos estágios iniciais de desenvolvimento a desigualdade tende a aumentar com o processo de industrialização, mas a desigualdade tenderia a se reduzir na medida em que grande parte da população viesse a partilhar do crescimento econômico. Dada a situação do Agreste Pernambucano, de evidente crescimento econômico entre os anos de 1990 e 2000, é possível observar se há ou não uma tendência de crescimento centralizado com elevação da desigualdade. Em caso afirmativo, sabe-se de antemão que várias políticas podem atuar na redução das disparidades, por exemplo, dos postos de trabalho, particularmente políticas de desenvolvimento de pequenos negócios – assim como acesso a crédito e desenvolvimento de arranjos produtivos locais. Tais políticas podem, em certa medida, amenizar o processo de crescimento centralizado.

Sabe-se que crescimento econômico e reduções no grau de desigualdade podem funcionar como complementos, de tal forma que a força que o crescimento econômico exerce sobre a pobreza será tão maior quanto menor for a desigualdade na distribuição de renda. Esta realidade corrobora para a conclusão de que a redução da desigualdade, não apenas impacta diretamente sobre a pobreza, como também potencializa a capacidade do crescimento econômico de reduzir a pobreza.

Barros (2010), utilizando dados municipais de 2000 para o Brasil, notou que a disponibilidade de capital humano tem um papel fundamental na determinação das desigualdades regionais. Para o autor citado, tal realidade justifica o fato do nível de renda no Sudeste ser superior em relação ao observado no Nordeste. O Sudeste apresenta uma disponibilidade de capital humano superior à encontrada no Nordeste. Miro e Suliano (2010) quantificaram as diferenças de salários, relacionados à cor e gênero, em termos de atributos produtivos e discriminatórios, também para as regiões Nordeste e Sudeste, que, como se sabe, possuem significativas diferenças em seus graus de desenvolvimento. Um dos principais resultados apontados, por Miro e Suliano (2010), está relacionado ao fato das regiões analisadas arcarem com uma maior escassez de recursos, resultado de uma formação econômica com desiguais oportunidades, e, além disso, a existência de um preço pago pelo um grupo de indivíduos em decorrência da sua cor.

Caldas e Menezes (2010), utilizando dados da PNAD para os anos de 1996, 1999, 2001 e 2006, realizaram a decomposição do índice de desigualdade Theil-T em cinco níveis: inter-rural/urbano, inter-gêneros, interracial, inter-grupos educacionais e intra-grupos educacionais²¹. Os autores constatarem que a distribuição de renda é menos desigual no Brasil

²¹ Tal metodologia trata-se de uma adaptação ao método de Akita (2000).

do que no Nordeste, uma vez que o Brasil, que apresentava o índice de Theil-T ao nível de 0,689 em 1996, passou para 0,633 em 2006, o que corresponde a uma redução de 8,75%; já no Nordeste, tal queda foi de 6,82%, no período em questão. O índice de Theil-T se reduz em cinco dos nove estados nordestinos. Os quatro estados em que há uma elevação de tal índice, entre 1996 e 2006, foram: Maranhão, Piauí, Pernambuco e Alagoas. Outro resultado importante está no potencial do componente “educação” em explicar o nível de desigualdade de renda, não apenas no Nordeste, como no País. Constatase que 26,58% da desigualdade de renda brasileira é explicada pela desigualdade nos níveis educacionais, enquanto no Nordeste tal valor sobe para 28,44%.

Estudos sobre a desigualdade no Brasil são comuns no meio acadêmico, porém uma abordagem importante, e não muito frequente nos debates sobre o tema, é a relevância da distinção entre desigualdade interpessoal de renda e o desequilíbrio entre regiões. Segundo Pessôa (2000), o problema da desigualdade regional é muito menor comparado ao problema da desigualdade individual de renda. A idéia por trás desse raciocínio é que regiões consideradas pobres são aquelas povoadas por indivíduos que possuem uma baixa renda, portanto a pobreza seria um problema característico dos indivíduos. Neste contexto, atenta-se para necessidade de um estudo voltado para distribuição de renda, uma vez que, por exemplo, no caso nordestino, um ganho de renda nesta região pouco impactará na condição de vida do indivíduo pobre, dada a péssima distribuição encontrada na região. Assim, políticas que visem diminuir os índices de pobreza devem ter o compromisso de levar em consideração a questão das disparidades individuais de renda.

Pessôa (2000) considera a existência de mobilidade perfeita de mão-de-obra, de tal forma a produzir uma força igualizadora das rendas entre regiões, e posteriormente reconhece a inconsistência empírica de tal suposição, mas lança um argumento que levanta um forte questionamento, no sentido de que: Será que a imperfeição da mobilidade espacial de mão-de-obra consegue “impedir” que os diferenciais de renda substancial sejam eliminados? De fato, é difícil imaginar que a imperfeição na mobilidade seja capaz de impedir eternamente um certo ajustamento de rendimentos entre regiões. É inegável que a mobilidade imperfeita torna irreal a idéia do ajustamento instantâneo, mas dizer que tal ajustamento nunca ocorrerá é algo extremamente complicado de se provar. Consequentemente, o problema regional torna-se altamente interligado ao problema pessoal, ou seja, ao problema dos indivíduos que habitam a região analisada.

Com o objetivo de analisar as disparidades individuais de renda, o estudo de Figueiredo e Netto Júnior (2010) estima a desigualdade de oportunidades para o Brasil. Com

base nos dados da PNAD de 1996, os autores assumem como definição para desigualdade de oportunidades a situação onde as distribuições de renda dos indivíduos, condicionadas as suas origens sociais, podem ser ranqueadas a partir do critério de dominância estocástica. Em outras palavras, a igualdade de oportunidades prevalecerá apenas se os indivíduos associados a um determinado conjunto de circunstâncias não possuírem vantagem sobre outro grupo relacionado a outro conjunto de circunstâncias. Assim, na concepção dos autores, a desigualdade de renda será uma função dos diferentes níveis de oportunidades aos quais os indivíduos se defrontam ao longo de sua vida.

A concepção de desigualdade de oportunidades assume que os resultados individuais são determinados por fatores de “responsabilidade”, que são aqueles ligados ao esforço particular de cada indivíduo, e de “não-responsabilidade”, ligados as circunstâncias pré-estabelecidas as quais os indivíduos não podem interferir, como questões de raça, sexo e região de nascimento (ROEMER, 1998 *apud* FIGUEIREDO; NETTO JÚNIOR, 2010). As desigualdades provenientes das variáveis de circunstância são as que são socialmente indesejáveis, devendo as políticas governamentais combater frontalmente a desigualdade de não-responsabilidade. Neste contexto, Bourguignon, Ferreira e Menéndez (2007) *apud* Figueiredo e Netto Júnior (2010) observaram o nível de desigualdade de oportunidades brasileiro, separando os fatores de “responsabilidade” e “não-responsabilidade”, e constataram que a elevada desigualdade de oportunidades no Brasil possui uma forte relação com o fator, de “não-responsabilidade”, a educação dos pais.

Os resultados de Figueiredo e Netto Júnior (2010) apontaram que a desigualdade de oportunidades brasileira tem os mais elevados índices na Região Nordeste (0,14), comparativamente as demais regiões²². Tal região, além de apresentar os mais elevados índices de desigualdade de renda (representado pelo Coeficiente de Gini de 0,60), possui também os mais altos índices de desigualdade de oportunidades. Pode-se dizer que este resultado era o que se esperava, dado a relação existente entre desigualdade de renda e de oportunidades. Também se constatou que os indivíduos não-brancos e do sexo masculino possuíam menores níveis de desigualdade de oportunidade (de, respectivamente, 0,09 e 0,12) em comparação aos grupos de indivíduos brancos e mulheres (de, respectivamente, 0,11 e 0,13).

Rocha (1998) examina a desigualdade de renda combinando tanto a perspectiva da desigualdade entre pessoas como a regional. Trata-se de considerar a desigualdade entre

²² Para as demais regiões foram obtidos os seguintes índices de desigualdade de oportunidades: 0,13 no Norte e 0,11 no Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

regiões no que concerne à incidência de pobreza absoluta, assumindo a renda como uma *proxy* adequada de bem estar. Utilizando dados da PNAD, a autora objetiva medir o desequilíbrio espacial da ocorrência de pobreza, através da construção de índices de pobreza e de desigualdade, com base em três indicadores habituais de pobreza: a proporção de pobres na população, o *gap ratio*²³ e um índice que incorpora ao cálculo da pobreza a desigualdade de renda entre os pobres. Essa autora constatou que os índices de desigualdade regional, para o período 1981 a 1995, não revelam uma tendência evolutiva associada à queda ou ao aumento da desigualdade entre áreas, e justifica tal descoberta no fato de que o crescimento da atividade econômica no período foi marcado por impactos regionalmente diferenciados sobre a pobreza, no sentido de que em algumas circunstâncias contribuiu para reduzir as desigualdades e em outras para aumentá-las.

Com a implantação do Plano Real, em 1994, os efeitos da estabilização na redução da pobreza não permitiram um estreitamento do diferencial de incidência de pobreza, tendo em vista a renda entre o Nordeste e o País (ROCHA, 2006). Apenas após 1996, o Nordeste passa a reduzir sua participação na pobreza nacional. Alguns fatores da época foram importantes para essa redução da participação da pobreza nacional pela região nordestina. Pode-se citar, por exemplo, as melhorias de renda para aqueles indivíduos localizados no estrato rural, associadas à cobertura ascendente de benefícios previdenciários e assistenciais²⁴ (ROCHA, 2006). Contudo, apesar dessa melhora relativa para o Nordeste, houve uma evolução com relação à desigualdade.

4.1 Indicadores de desigualdade para o Agreste Pernambucano

Uma medida de desigualdade de renda trata-se de uma maneira de agregar, em apenas um indicador, as disparidades de renda de milhões de pessoas. Portanto, não é surpreendente a existência de diversas formas alternativas de mensurar desigualdade, podendo-se destacar, dentre estas formas: Índice de Gini; Índice de Theil-T; Índice de Theil-L; razão entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres; razão entre a renda dos 20% mais ricos e 20% mais pobres. Este estudo centralizou-se na análise no Índice de Gini, que é a medida de desigualdade de renda mais comumente utilizada. Seu cálculo é obtido a partir da Curva de Lorenz, formada pelos pontos que unem as proporções acumuladas de renda às

²³ Que fornece uma medida da intensidade de pobreza através do desvio médio entre a renda dos pobres e o valor da linha de pobreza.

²⁴ Devido à seca iniciada em 1998 houve um volume elevado de transferências emergenciais de renda para o Nordeste.

correspondentes proporções acumuladas da população, onde seus valores estão entre os extremos zero (ausência de desigualdade) e um (desigualdade máxima).

Em geral, o nível de rendimentos dos indivíduos adultos pode ter pelo menos três origens: o trabalho, as transferências públicas e privadas, e o rendimento de ativos. Portanto, a desigualdade de renda resulta do acesso desigual a essas três fontes. É evidente que quando os mais pobres passam a se apropriar de uma fatia maior da renda total da sociedade, há redução da desigualdade e, assim, uma diminuição do Índice de Gini. No entanto, para que tal situação se concretize, é necessário que a renda média dos indivíduos mais pobres cresça mais rápido do que a renda média total.

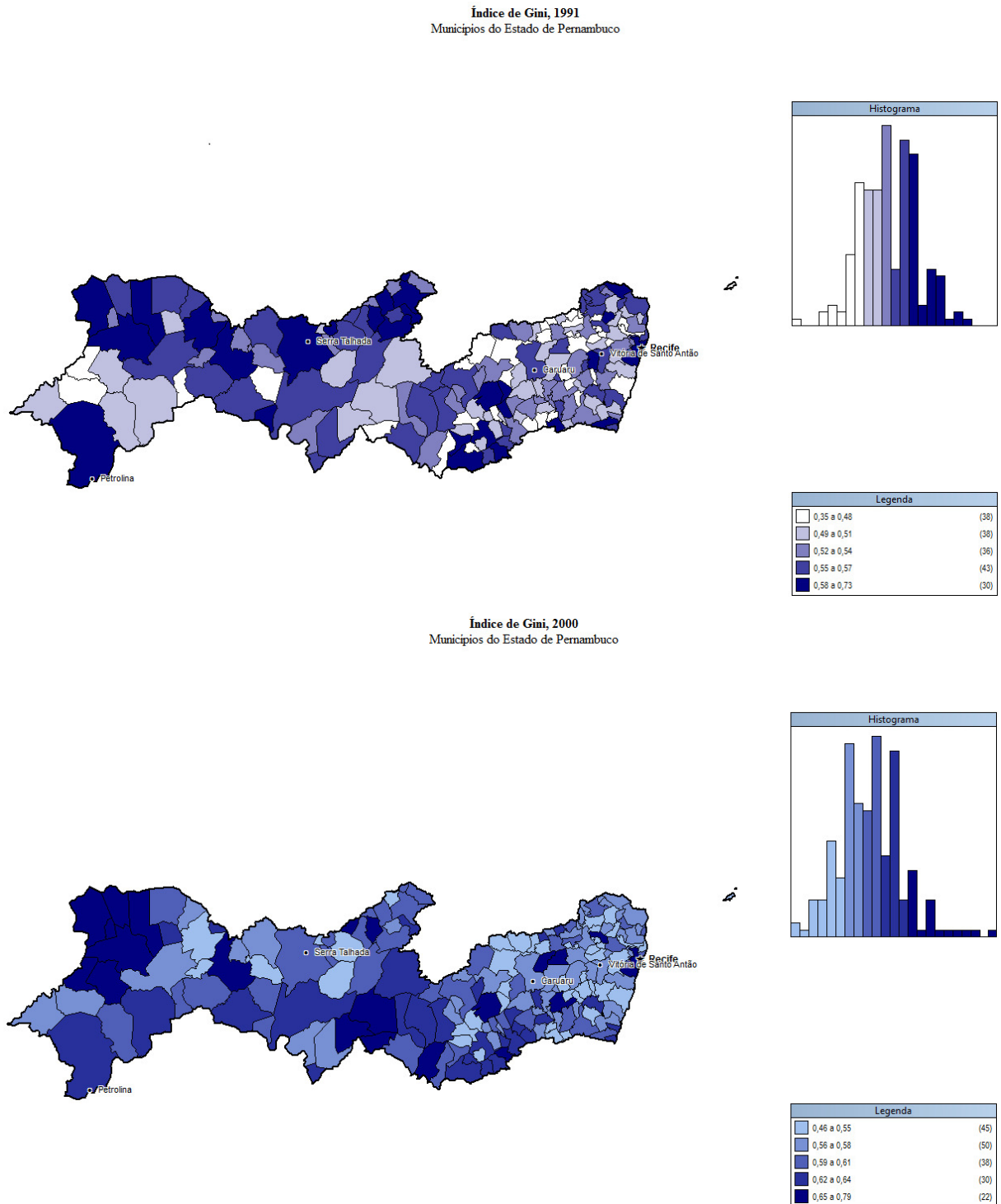
Quando observado os índices de pobreza, foi possível constatar o importante papel exercido pelas transferências na redução destes. É fato que, em conjunto, as transferências governamentais contribuem de forma significativa para redução na concentração de renda. O impacto redistributivo das transferências governamentais será mais forte quanto mais generosos forem os benefícios e mais amplos os graus de cobertura e atendimento aos indivíduos mais carentes.

Foi possível observar também que, quando considerado exclusivamente os indivíduos que participam do mercado de trabalho, ou seja, aqueles que possuíam um nível de rendimento do trabalho, o índice de pobreza encontrado foi reduzido. Contudo, tal índice aumentou entre os anos de 1991 e 2000 para o Agreste Pernambucano. Assim, nos anos recentes houve uma elevação na desigualdade de rendimentos do trabalho, o que contribui para a desigualdade de renda familiar. Este problema está diretamente relacionado às consequências de um crescimento concentrador.

Sabe-se que o crescimento econômico do Agreste Pernambucano esteve fortemente atrelado às atividades do setor têxtil e de confecção, e neste, por sua vez, opera intensamente o trabalho informal, através das famosas feiras abertas. Neste aspecto, estudos como o de Vasconcelos e Ferreira (2010) confirmam o impacto da informalidade na economia local da indústria de confecção da Mesorregião. Apesar do grau de informalidade do mercado de trabalho, pode-se dizer que a combinação de elevação no grau de informalidade, juntamente com aumento do diferencial de salários formal-informal, são fatores fundamentais na elevação da desigualdade de renda. De maneira geral, para se obter reduções das desigualdades de renda, que se sustentem ao longo dos anos, faz-se necessário uma ampliação do acesso ao emprego, uma vez que a desigualdade de acesso ao mercado trabalho tem um efeito negativo proporcionalmente maior do que as próprias disparidades de remuneração entre os trabalhadores.

A princípio, pode-se observar o cartograma que mostra como se dá a concentração de renda nos municípios de Pernambuco, através da análise do Coeficiente de Gini municipal do Estado, para os anos de 1991 e 2000 (Figura 4). Percebe-se que há uma elevação geral nos Coeficientes de Gini dos municípios pernambucanos. Vale lembrar que em 1991, Pernambuco possuía 38 municípios que continham um Coeficiente de Gini no valor entre 0,35 e 0,48. Em 2000, 45 dos municípios pernambucanos apresentavam um índice de concentração de renda entre 0,46 e 0,55. Dentre os municípios do Agreste Pernambucano que passaram a ter um Índice de Gini entre 0,65 e 0,79, a partir das observações do ano de 2000, excluindo-se aqueles que já possuíam um nível de tal indicador entre 0,58 e 0,73 em 1991, tem-se Palmerina, Bonito, Cumaru, Riacho das Almas.

Figura 4. Cartograma do Índice de Gini dos municípios de Pernambuco – 1991 e 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2011).

O valor do Índice de Gini, assim como de outras medidas de desigualdade, para os municípios do Agreste Pernambucano podem ser visualizados na Tabela 17, a seguir. Tais medidas foram obtidas para Pernambuco e para o Agreste, através da média dos índices municipais. Também os indicadores de desigualdade corroboram para as dificuldades de

caracterizar o crescimento econômico do Agreste Pernambucano como plenamente potente na diminuição da pobreza. Apesar dos indicadores positivos de crescimento econômico e da identificação de que houve uma redução na proporção de pobres nos municípios do Agreste Pernambucano, quando observado os indicadores de desigualdade, pode-se constatar que tal crescimento não necessariamente foi um crescimento pró-pobre, uma vez que os indicadores de desigualdade apontam para uma piora entre 1991 e 2000.

A análise para os municípios do Agreste Pernambucano permite observar que os municípios de Saloá e Bom Conselho obtiveram os maiores Índices de Gini em 1991, respectivamente, 0,66 e 0,62. Já em 2000, São Bento do Una e Riacho das Almas obtiveram os maiores Índices de Gini. Quando observado todos os indicadores de concentração de renda, expressos na Tabela 17, constata-se que os municípios que apresentaram maiores disparidades de renda foram Bom Conselho, Saloá, Correntes e Garanhuns, em 1991; e Cumaru, Riacho das Almas, São Bento do Una e Terezinha, em 2000.

Os municípios do Agreste que exibiram menores disparidades de renda, no período analisado, foram: Sairé, Passira e Toritama. Além disso, de todos os municípios do Agreste Pernambucano, apenas Cachoerinha, Saloá e Santa Cruz do Capibaribe apresentaram redução do Coeficiente de Gini entre 1991 e 2000. Tais reduções atingiram os valores de, respectivamente, 6,78%, 9,09% e 3,64%.

Tabela 17. Indicadores de Desigualdade – 1991 e 2000

Crítérios	1991				2000			
	10 % mais ricos / 40 % mais pobres	20 % mais ricos / 40 % mais pobres	Índice de Gini	Índice de Theil	10 % mais ricos / 40 % mais pobres	20 % mais ricos / 40 % mais pobres	Índice de Gini	Índice de Theil
Caruaru	17,09	11,54	0,55	0,53	20,56	13,69	0,58	0,57
Garanhuns	23,69	15,66	0,61	0,67	27,82	18,72	0,62	0,65
Belo Jardim	14,27	9,89	0,52	0,46	18,72	12,63	0,56	0,52
Santa Cruz do Capibaribe	15,76	10,37	0,55	0,52	14,7	9,64	0,53	0,48
Gravatá	13,98	9,47	0,52	0,45	18,24	12,12	0,56	0,51
Outros Municípios	14,15	9,60	0,51	0,46	29,19	19,95	0,59	0,55
Agreste Pernambucano	15,74	10,61	0,53	0,49	26,74	18,12	0,59	0,55
Pernambuco	14,35	9,73	0,51	0,46	28,55	19,49	0,59	0,55

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2011).

A concentração de renda, representada pelo Coeficiente de Gini, elevou-se entre 1991 e 2000 em diversos municípios do Agreste Pernambucano, conseqüentemente o Coeficiente de Gini, na mesorregião, aumentou em aproximadamente 11,39%.

Ramos e Mendonça (2005), em uma análise da década de 1990, constatam que o declínio do grau de desigualdade da nação neste período é pouco relevante, destacando a falta de evidências de que o Plano Real tenha causado algum impacto significativo sobre a redução da desigualdade nacional, apesar da evidente redução da pobreza. Os resultados apresentados no presente estudo são contundentes: a desigualdade de renda no Agreste Pernambucano aumentou no período 1991-2000.

Quando comparado tais resultados com os obtidos para o Estado de Pernambuco, fica perceptível que o Agreste Pernambucano possuía indicadores de desigualdade superiores aos observados no Estado, em 1991. No ano de 2000, há uma certa convergência dos índices de desigualdade do Agreste para os detectados em Pernambuco. Tal realidade sinaliza o quanto influente são os indicadores sócio-econômicos do Agreste para o Estado. Como observado no Capítulo 1, o crescimento econômico da mesorregião em análise impacta positivamente no crescimento do Estado. Contudo, para que se identifique um crescimento econômico capaz de provocar significantes benefícios sociais, no sentido de promover melhores condições de vida para os indivíduos em situação de pobreza na sociedade, faz-se necessário que os indicadores de concentração de renda sejam amenizados. O crescimento econômico é fundamental para redução da pobreza, mas os seus efeitos são potencializados sobre os mais pobres quando acompanhado por políticas redistributivas, capazes de inserir os indivíduos mais pobres no mercado trabalho.

Soares (2006) verifica que os programas de transferência de renda apresentam um impacto visível sobre a pobreza, sendo responsáveis por um quarto (1/4) da queda da desigualdade de renda no País, entre 1995 e 2004. Porém os outros três quartos (3/4) da redução da desigualdade são atribuídos a redução das disparidades nos rendimentos do trabalho. Tais dados sinalizam a necessidade de que as políticas redistributivas estejam atreladas a inserção do indivíduo no mercado trabalho. Os resultados desenvolvidos nesta Monografia, para o Agreste Pernambucano, mostram que houve um aumento da desigualdade de renda na mesorregião – o Coeficiente de Gini passou de 0,53 para 0,59 – e que a percentagem da renda proveniente de transferências governamentais municipais aumenta, de 13,83% para 23,94%, entre 1991 e 2000, mas, em contrapartida, a percentagem da renda proveniente do trabalho diminui de 78,86%, em 1991, para 51,12%, em 2000. Paralelamente a tal cenário há uma redução da pobreza na mesorregião, com algumas restrições já descritas.

Estes dados podem em certa medida justificar a elevação da concentração de renda no Agreste Pernambucano, entre 1991 e 2000.

Gomes *et al.* (2010) observa que a redução das desigualdades deve ser mais eficiente se o crescimento econômico ocorrer através da geração de emprego e renda, do que se for ocasionado pelo aumento das transferências governamentais. O que se pode concluir, em relação ao Agreste Pernambucano, é que as políticas de transferências de renda governamentais assistencialistas possuem um importante papel na redução imediata da pobreza, mas para que se obtenha reduções sustentáveis da pobreza faz-se necessário políticas focadas na elevação da renda do trabalho. É necessário que as políticas assistencialistas assumam uma postura temporária, ou seja, devem durar o suficiente até que o indivíduo consiga se inserir no mercado de trabalho e adquira os recursos necessários para obtenção de uma vida minimamente digna.

5 RELAÇÃO CRESCIMENTO-POBREZA-DESIGUALDADE

Os avanços alcançados pelo Brasil no enfrentamento da pobreza, no período analisado neste estudo, estiveram interligados ao conjunto de políticas públicas vigentes. Também é fato que a renda *per capita*, não apenas no Agreste Pernambucano, como no Brasil, teve um crescimento significativo, o que contribui para redução da pobreza. Assim, neste Capítulo pretende-se fazer uma análise mais detalhista da relação entre as variáveis pobreza, desigualdade e crescimento.

Diversos trabalhos empíricos analisam a relação existente entre as variáveis crescimento, pobreza e desigualdade. No geral, espera-se que o crescimento econômico seja capaz de abrandar a pobreza por duas vias: expandindo o número de empregos ou aumentando o nível de salário real pago aos trabalhadores. Alguns estudos constataam que a redução da taxa de pobreza advém do crescimento econômico (ANDERSON, 1964, HIRSCH, 1980). Porém, a literatura mostra que nem sempre o crescimento econômico de uma determinada localidade será uma força suficientemente forte para diminuição da pobreza. Neste sentido, Ranis e Stewart (2002), ao analisarem diversos países da América Latina, observam que houve décadas no Brasil – como as de 1960, 1970 e 1980 – em que o crescimento econômico foi acompanhado de reduzido “desenvolvimento humano”.

Percebe-se, então, que o crescimento é uma condição necessária para reduzir a pobreza, mas não é condição suficiente. Uma vez que o crescimento econômico pode ter efeitos essencialmente concentradores – como, por exemplo, ao utilizar tecnologias tão

avançadas que requeira o uso de mão-de-obra altamente qualificada, não criando condições para inserção dos indivíduos mais pobres no mercado –, o que requer medidas compensatórias que possam evitar aumento da desigualdade. Pode-se entender, portanto, a desigualdade de renda como uma falha de mercado a ser corrigida através de políticas governamentais (GOMES *et al.*, 2010).

Neste sentido, Caldas e Menezes (2010) ressaltam que a desigualdade de renda é o principal fator responsável por manter a pobreza em patamares elevados em determinadas localidades. Assim, os autores identificam, como uma medida capaz de promover redução nas disparidades de renda, políticas direcionadas ao desenvolvimento do sistema educacional brasileiro, especialmente no Nordeste, onde o sistema educacional possui ainda muitas limitações. É bem provável que políticas voltadas para educação tenham a capacidade de minimizar os efeitos nocivos da desigualdade de renda, pois um sistema educacional de qualidade promove desenvolvimento na medida em que oferece maiores oportunidades de inclusão econômica para toda população.

Assim, pode-se concluir que, a redução no grau de pobreza de uma sociedade requer crescimento econômico ou declínio no grau de desigualdade (BARROS; MENDONÇA, 1997). O que ilustra, portanto, a importância de se observar o comportamento destas três variáveis – pobreza, desigualdade e crescimento econômico –, especialmente identificando como elas se relacionam.

Os estudos de Kuznets (1955) foram importantes neste sentido. Objetivando verificar como o crescimento econômico e a desigualdade de renda (razão entre 20% mais ricos e os 40% mais pobres) se correlacionavam, ele observou que os países em desenvolvimento exibiam crescimento e desigualdade de renda maiores que os países desenvolvidos, o que o levou a concluir que havia uma associação positiva entre desigualdade de renda e crescimento econômico, pelo menos nas fases iniciais de crescimento. Na concepção de Kuznets (1955) o processo de crescimento deveria gerar um período inicial de concentração de renda, entretanto, tal tendência se reverteria posteriormente.

Por outro lado, nos anos de 1970, ganha força, no Brasil, a concepção de que é preciso “fazer o bolo crescer, para depois, reparti-lo”, segundo a qual é necessário antes deixar a economia crescer para, posteriormente, distribuir os ganhos provenientes desse crescimento. A idéia geral é a de que para distribuir algo, o País deve ter o que produzir, ou seja, deve de alguma forma “concentrar a produção”. Como Delfim Netto coloca, em 2007, em uma entrevista para Revista Veja: “(...) não se pode distribuir o que não foi produzido” (VEJA, 31-jan 2007, p.14).

Como dito, a hipótese do “U invertido de Kuznets”, como ficou conhecida na literatura, formula que os países que apresentam um crescimento econômico maior no curto prazo tendem a apresentar uma elevação da desigualdade de renda e, em um momento posterior (no longo prazo), a desigualdade se reduziria, configurando uma relação de U invertido entre as variáveis crescimento econômico e desigualdade de renda.

Taques e Piza (2009) testam empiricamente a hipótese do U invertido de Kuznets para os estados brasileiros, entre os anos de 1995 e 2005, objetivando observar a qualidade do crescimento nos estados brasileiros, ou seja, se o crescimento foi ou não acompanhado de redução nos índices de desigualdade. Com base nos dados de desigualdade de renda (Índice de Gini e Índice L de Theil), renda domiciliar *per capita* e IDH – obtidos junto ao IPEADATA e IBGE –, e utilizando como variáveis de controle o fluxo de crédito rural, proporção da população rural em relação à população total e anos de estudo da população, os autores encontraram algumas evidências favoráveis a hipótese do U invertido.

Menezes e Pinto (2005), em uma análise para os estados brasileiros, observam como a concentração espacial da renda dentro de cada estado contribuiu para o seu desenvolvimento, diga-se crescimento econômico. Através dos microdados do Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991 e 2000, percebe-se que, em 1970, a renda estava mais bem distribuída entre os municípios dos estados brasileiros do que nos demais anos analisados e, além disso, os estados brasileiros que apresentaram menor taxa de crescimento da desigualdade, cresceram mais durante o período estudado. Tais resultados apontam para uma relação negativa entre crescimento e concentração de renda. Em síntese, esses autores identificam que o crescimento gerou mais “integração” e, conseqüentemente, transbordamentos positivos entre os estados, sugerindo que, de certa forma, os estados que mais cresceram foram também aqueles que eram menos desiguais no início do período.

Tochetto *et al.* (2004) mensura as elasticidades do crescimento em relação à pobreza com ênfase nas diferenças interestaduais, para os estados brasileiros. O objetivo é testar em que medida o crescimento econômico no Brasil é capaz de reduzir o nível de pobreza nos diferentes estados da Nação. O cálculo das elasticidades é comumente utilizado na literatura para avaliar o crescimento pró-pobre. Com dados para o período de 1981 a 2002, constatam que o crescimento econômico na década de 1980 foi “pró-rico”, apontando que o crescimento aumentou, em média, mais a renda dos decis de renda mais elevados do que dos decis de renda mais baixos. Indicando a possibilidade de que, em períodos de crescimento moderado, os indivíduos mais pobres podem ser mais beneficiados se o crescimento for acompanhado de

políticas sociais que intervenham no sentido de equilibrar disparidades e se a taxa de inflação for controlada.

Barros e Mendonça (1997), com base nos dados da PNAD de 1993, observam que é possível reduzir a pobreza simplesmente fazendo com que o grau de desigualdade de renda no País se aproxime do grau dos outros países latino-americanos típicos. Isso ocorreria, segundo os autores, devido ao elevado índice de concentração de renda brasileiro. Apesar de tais constatações, eles notam, através da construção das curvas de isopobreza²⁵, que tanto políticas puramente voltadas para o crescimento econômico, quanto políticas exclusivamente redistributivas, seriam ineficientes no combate à pobreza, daí a necessidade de que haja combinação na utilização destas políticas.

Em uma análise localizada para a Região Nordeste, Silveira Neto (2005) investiga o quão pró-pobre tem sido o crescimento na Região, nos anos de 1991 e 2000. Para tanto, o autor utiliza dados dos Censos Demográficos e, empregando as linhas de pobreza e indigência de, respectivamente, R\$75,50 e R\$37,75, faz uma análise econométrica para um modelo que expressa a relação entre a proporção de pobres e a renda domiciliar *per capita* média, no qual o modelo estimado efetivamente é o resultado da diferença entre as estimativas para os dois anos polares. A metodologia utilizada baseia-se em logaritmizar as variáveis, de modo que os coeficientes obtidos representam as elasticidades, consequentemente, o coeficiente angular pode ser interpretado como uma elasticidade “pobreza-crescimento”, pois expressa a variação percentual da proporção de pobres em função de uma variação percentual da renda domiciliar *per capita* média. Os principais resultados encontrados por Silveira Neto (2005) apontam para uma elasticidade “pobreza-crescimento” relativamente reduzida no Nordeste, em comparação com a observada nas demais regiões, sinalizando o caráter pouco pró-pobre do crescimento econômico no Nordeste. Além disso, Silveira Neto (2005) destaca a importância das dessemelhanças educacionais e desigualdade na posse de terras para a qualidade pró-pobre do crescimento econômico.

Gonçalves e Silveira Neto (2011) fazem uma análise semelhante à anteriormente descrita, porém aplicando a metodologia em nível de agregação municipal e buscando traçar o perfil dos municípios que reduziram desigualdade de renda através do crescimento econômico. Os principais resultados obtidos sugerem que apenas 1,4% dos municípios nordestinos apresentaram crescimento pró-pobre no período e, especificadamente, 16,9% dos

²⁵ As curvas de isopobreza descrevem quais as combinações possíveis de crescimento econômico e reduções do índice de desigualdade que conduzem a uma certa diminuição na pobreza (BARROS; MENDONÇA, 1997)

municípios apresentaram crescimento não pró-pobre. Mostrando o quão limitado é o efeito do crescimento econômico para redução da pobreza no Nordeste.

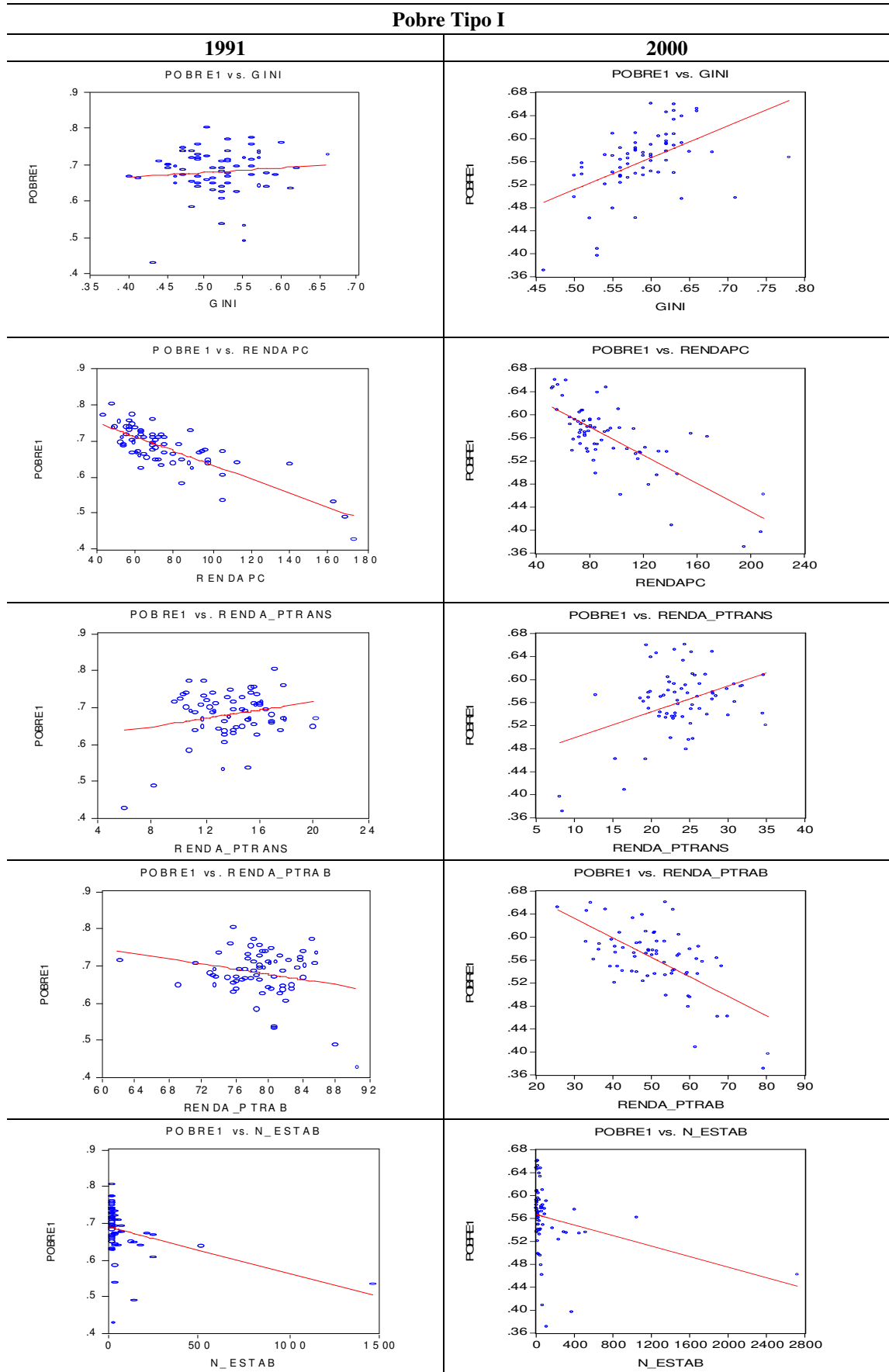
Percebe-se que há um número relevante de importantes pesquisas que avaliam a qualidade do crescimento econômico. Assim, é importante esclarecer que o estudo proposto nesta monografia é o primeiro trabalho nesta área a aplicar uma análise em nível de agregação municipal exclusivamente para mesorregião do Agreste Pernambucano. Para que não se tenha dúvida da originalidade do estudo, vale lembrar que a região do Nordeste possui mais de 1000 municípios, consequentemente os municípios que compõem o Agreste ficam um tanto que a margem das análises dos estudos feitos anteriormente.

5.1 Análise de correlação entre os indicadores de pobreza e de crescimento e desigualdade de renda

Nesta seção tem-se uma análise das correlações entre os indicadores de pobreza, o crescimento recente do agreste e o indicador de desigualdade de renda, com o objetivo de apontar a relação existente entre estas variáveis no Agreste Pernambucano e, assim, concluir a análise/questionamento se de fato o crescimento recente do Agreste foi distribuído e usufruído pela população, com a redução da pobreza e da concentração de renda.

A análise de correlação indica como duas variáveis variam conjuntamente, ou seja, estabelece a relação linear ou não-linear entre duas variáveis. Neste contexto, é importante observar a relação entre a variação da pobreza e as alterações dos indicadores de crescimento e desigualdade de renda. Assim, assumem-se os indicadores de pobreza desenvolvidos neste estudo, proporção de pobres pelo critério I (POBRE1) e critério II (POBRE2) e observa-se a relação de tais indicadores com as variáveis: Índice de Gini (GINI), renda *per capita* (RENDAPC), percentual da renda dos municípios proveniente de transferências governamentais (RENDA_PTRANS), percentual da renda dos municípios proveniente do trabalho (RENDA_PTRAB), e número de estabelecimentos formais nos municípios (N_ESTAB). É importante destacar que análise apenas das variáveis POBRE1 e POBRE2 ocorreu para evitar que os resultados ficassem repetitivos.

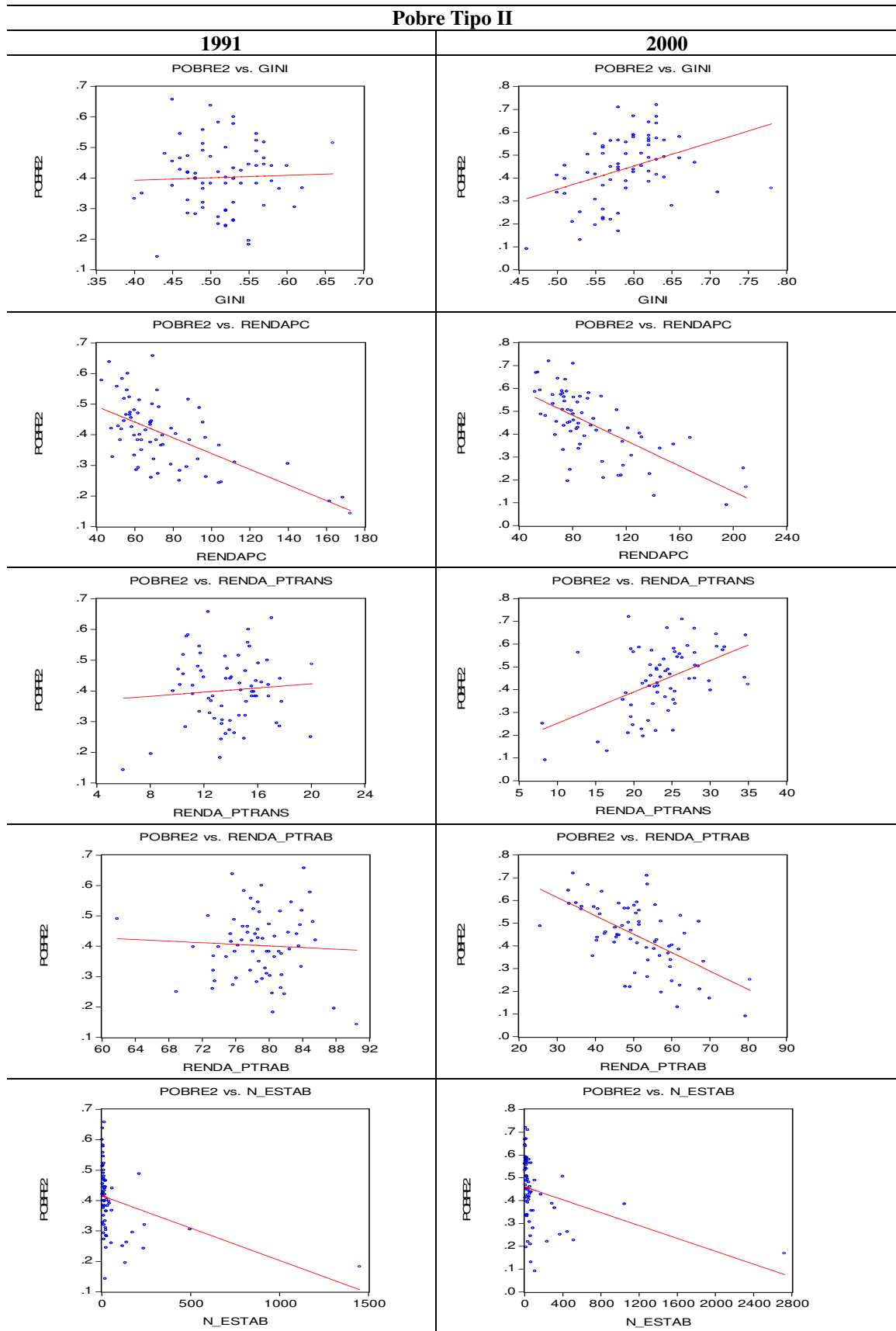
Figura 5. Análise de Correlação - Critério de Pobreza I



Fonte: Elaboração Própria (2011).

A Figura 5 mostra a relação entre a proporção de pobres pelo critério I e as demais variáveis. Fica perceptível que a relação esperada entre as variáveis é atendida. E, especialmente em 2000, a relação positiva entre Coeficiente de Gini e pobreza fica claramente evidente. Também a relação negativa entre o percentual da renda oriundo da renda do trabalho e pobreza é um fenômeno que merece destaque. De modo análogo, a Figura 6 retrata a relação existente entre a proporção de pobres pelo critério II e as demais variáveis. Também confirmando as relações esperadas.

Figura 6. Análise de Correlação - Critério de Pobreza II



Fonte: Elaboração Própria (2011).

Em geral, a análise de correlação permite reafirmar a hipótese já levantada de que, tanto políticas capazes de diminuir a concentração de renda, quanto políticas capazes de elevar o nível de rendimentos do trabalho dos municípios – ou seja, através crescimento econômico não concentrador –, são forças capazes de reduzir a pobreza, uma vez que um percentual maior de renda proveniente do trabalho é combinado com menores proporções de pobreza. Enquanto que maiores índices de concentração de renda possui uma relação com maiores proporções de pobreza.

Alguns autores observaram que, sob certas circunstâncias, poderia prevalecer o chamado “círculo vicioso da pobreza” (NURKSE, 1953; MYRDAL, 1968). Por tal concepção, o subdesenvolvimento é tomado como um estado no qual operam forças capazes de restaurar a situação de pobreza. Como Myrdal (1968) coloca, um indivíduo pobre, não tendo o bastante para comer, será subnutrido e terá sua saúde comprometida, consequentemente, sua capacidade de trabalho será baixa e seu nível de rendimento será menor, ficando o indivíduo em uma situação cada vez mais acentuada de pobreza. Percebe-se que, por tal mecanismo, pobreza gera pobreza, portanto: “Um país é pobre porque é pobre” (MYRDAL, 1968, p.32).

Nesta situação, em que a economia converge para uma condição de reafirmação da pobreza, faz-se necessário o rompimento desse círculo vicioso. Nesse contexto, as variáveis que possuem uma forte relação com a pobreza – como crescimento econômico e os níveis de concentração de renda – devem ser visualizadas, quando bem conduzidas, como forças capazes de romper com o processo circular acumulativo da pobreza.

A análise dessa concepção à luz do que foi observado para o Agreste Pernambucano permite afirmar que políticas voltadas para redistribuição de renda são extremamente importantes para romper com o processo acumulativo da extrema pobreza na Mesorregião, pois o indivíduo que não tem nem sequer o que comer, terá poucas chances de acumular capacidades que possam garantir sua inserção no mercado de trabalho. Mas na medida em que o governo promove tais políticas de redistribuição, estas devem ser acompanhadas de mecanismos capazes de inserir o indivíduo pobre no mercado de trabalho. Em outras palavras, o puro assistencialismo possui sérias ambigüidades, assim para o crescimento econômico impactar de forma expressiva na diminuição da pobreza, faz-se necessário prover condições para o indivíduo ingressar no mercado de trabalho. Tais condições estão atreladas a educação de qualidade, cursos profissionalizantes para comunidades carentes e, sobretudo, não permitindo a deturpação do caráter temporário das transferências governamentais. É necessário se ter em mente que o problema real da pobreza é postergado, na medida em que as

políticas de transferência de renda transformam-se de estado de necessidade para estado de efetividade, de outra forma, quando são assumidas como políticas permanentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou a relação existente entre crescimento econômico, pobreza e desigualdade de renda no Agreste Pernambucano, para os anos de 1991 e 2000, com enfoque em três critérios monetários de pobreza: um que considera o rendimento total individual (pobre tipo I), outro que observa o rendimento total proveniente do trabalho (pobre tipo II) e o que considera o rendimento domiciliar *per capita* (pobre tipo III). Além desses três critérios, também é observada a pobreza por sua face não exclusivamente monetária, levando-se em consideração a acessibilidade direta dos indivíduos à alguns bens básicos de infra-estrutura. Assim, tem-se mais dois critérios de pobreza: um que considera os indivíduos com renda menor que a linha de pobreza e cujo domicílio possui pelo menos um dos três equipamentos básicos (pobre tipo IV); e outro observa os indivíduos com renda acima da linha de pobreza que possuem menos de dois equipamentos básicos (pobre tipo V).

Em geral, pode-se dizer que o crescimento econômico dos municípios do Agreste Pernambucano foi acompanhado por uma redução da pobreza. Como foi observado, a proporção de pobres é mais elevada quando considerado os rendimentos individuais, em comparação com a análise dos rendimentos provenientes do trabalho e rendimentos domiciliar *per capita*. Isso ocorre porque quando se deixa de observar a família como uma “estrutura solidária” – que reparte os rendimentos individuais – e se analisa exclusivamente o nível de rendimento individual, a proporção de pobres será mais elevada. Além disso, sabe-se que a incidência de pobreza pelos conceitos de pobre I e III, individualmente, abrange o conceito de pobre tipo II.

Vale ressaltar também que a proporção de pobres no Agreste Pernambucano, por alguns critérios, permaneceu acima da proporção do Estado de Pernambuco. É necessário considerar a possibilidade de superestimação das proporções de pobreza desenvolvidas nesta pesquisa, dado que a utilização dos dados do Censo Demográfico, assim como da PNAD, leva a um problema de superestimação da pobreza devido ao viés da subestimação dos rendimentos inerentes a tais pesquisas. Porém, este é um problema inerente a quaisquer dados de rendas declaradas. Portanto, ainda assim, os dados de rendimentos do Censo possuem um papel de destaque nos estudos sobre pobreza.

Uma limitação relevante deste estudo está no período analisado, pois ocorreram mudanças importantes no contexto sócio-econômico brasileiro no período posterior ao ano de 2000. Porém tal limitação foi estritamente condicionada à disponibilidade de dados, já que o Censo Demográfico de 2010, até o presente momento, não foi divulgado em sua totalidade. Tendo em vista tal limitação, um trabalho futuro será exatamente a atualização dos dados deste estudo. Mas, como já esclarecido, pode-se dizer que é importante observar o comportamento da pobreza no Agreste Pernambucano especialmente a partir dos anos de 1990, quando a importância econômica da Mesorregião ganha destaque no Estado.

Kageyama e Hoffmann (2006) observaram que, entre 1990 e 2004, a categoria que se considera pobre tipo V apresentou as maiores quedas em sua proporção no Brasil. Tal fato seria reflexo de melhoria das condições de infra-estrutura, já que os critérios extremamente pobres e pobres tipo V são definidos fundamentalmente em termos das carências individuais dos equipamentos básicos. Contudo, quando observado os municípios do Agreste Pernambucano, constata-se que tal realidade não obteve tanta aplicabilidade nos anos de estudo desta pesquisa, uma vez que a categoria pobre tipo IV foi a que apresentou maior redução no período de análise, e para tal categoria, a restrição é estar abaixo da linha de pobreza.

A elevada proporção de indivíduos pobres na Mesorregião, em comparação ao Estado, é confirmada com as observações dos indicadores de desigualdade, que também se mantém acima dos indicadores de Pernambuco e crescem entre os anos observados. Sabe-se que para o crescimento econômico ser dito pró-pobre, faz-se necessário que este beneficie proporcionalmente mais a camada mais pobre da população, através da redução das disparidades de renda. Situação que não ocorreu nos municípios do Agreste Pernambucano, no período de análise. As desigualdades entre os diferentes municípios não esgotam as desigualdades interpessoais, pois dentro de cada município persistem disparidades de remuneração entre trabalhadores com idênticas características produtivas. Como já discutido, com o aumento da renda, a incidência de pobreza absoluta no Agreste Pernambucano declinou, porém permanece em níveis elevados no período de análise em função da persistência da desigualdade na distribuição de rendimentos. Nesse contexto deve-se lembrar que nos anos de 1990, com o início das privatizações e a abertura comercial e financeira brasileira, o mercado de trabalho caracterizou-se pelos processos de elevação do nível de desemprego e estabelecimentos de postos de trabalho de baixa qualidade, basicamente no setor informal. Tais fatos respondem, em certa medida, pela dimensão da pobreza nacional, o que atinge também Pernambuco.

Uma característica do período estudado neste trabalho é a da permanência de elevada incidência da pobreza na Mesorregião, especialmente no que tangencia o estrato rural. O aumento de aproximadamente 9,86% na proporção de indivíduos pobres (considerando estratos rurais e urbanos), quando analisado unicamente os rendimentos provenientes do trabalho, representa a ineficiência de um crescimento econômico acompanhado de elevação nas disparidades individuais de renda gerar redução da pobreza. Nesse sentido, pode-se concluir que a redução da pobreza no Agreste Pernambucano esteve mais atrelada às transferências governamentais do que a elevação no nível de rendimentos do trabalho dos indivíduos, uma vez que, também, o percentual da renda proveniente de transferências governamentais aumenta em cerca de 73%, enquanto o percentual advindo de renda do trabalho se reduz em aproximadamente 35% nos municípios do Agreste Pernambucano, no período analisado. Percebe-se que o crescimento econômico na Mesorregião apresentou pouca efetividade como mecanismo de combate à pobreza. Assim, o crescimento econômico da Mesorregião não pode ser identificado como pró-pobre.

O aumento de 73% do percentual da renda proveniente de transferências governamentais, no período observado, reflete o decisivo impacto das políticas sociais para redução da pobreza no Agreste. Porém os programas de assistência social, diga-se transferências de renda, devem ter por base a solução para um problema urgente e emergencial, e nesse caso são legítimos por procurar superar as falhas do mercado de trabalho. Em outras palavras, as ações do governo devem ser precavidadas para não se tornarem políticas permanentes, que não instiguem nos indivíduos a necessidade de sair da situação de pobreza. Não se pode perder de vista o fato de que a má distribuição de renda se vincula fortemente com a falta de oportunidades educacionais, assim como, com o nível de rendimentos auferido pela maior parte da população. Então, a inserção do indivíduo pobre no mercado de trabalho deve ser algo prioritário.

A persistência da pobreza é decisivamente influenciada pela desigualdade, proveniente, tanto da desigualdade de rendimentos dos trabalhadores, como da dificuldade de inserção no mercado. Ressalta-se que a pobreza pode ser reduzida via crescimento da renda ou por melhoria na sua distribuição de renda. Porém, de acordo com o que foi observado no Agreste Pernambucano, a redução da desigualdade de renda deve ser enfatizada, dada as limitações do crescimento econômico em reduzir a pobreza. Vale salientar a necessidade de que as políticas de distribuição de renda sejam paliativas e, impreterivelmente, acompanhadas de mecanismos capazes de inserir os indivíduos pobres no mercado de trabalho. Pode-se,

portanto, dizer que o desenvolvimento do Agreste exige o enfrentamento dos problemas sociais e de distribuição de renda do trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, W. Trickling down: the relationship between economic growth and the extent of poverty among American families. **Quarterly Journal of Economics**, nº 78, p. 511-524, 1964.

ANNAN, K. A. **Nós, os Povos: O papel das Nações Unidas no Século XXI**. Nova York: Nations Unies, 2000. Disponível em: <<http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/Nosospovos.pdf>>. Acesso em: 08/11/2011.

BALTAR, M.; PINCOVSKY, S. A “Rota da Moda” na Dinâmica Demográfica de Pernambuco. In: SEMINÁRIO “QUANTOS SOMOS E QUEM SOMOS NO NORDESTE?”, 2005, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2005. Disponível em: <http://www.fgf.org.br/centrodedocumentacao/publicacoes/qsqsne/anais_QSQSNE.pdf>. Acesso em: 10/ 09/ 2011.

BARROS, A. R. C. Decomposição das Desigualdades Regionais Brasileiras em seus Principais Determinantes. In: XVI FÓRUM BNB DE DESENVOLVIMENTO - XV ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 2010, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: ANPEC, 2010. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2010/docs/decomposicao-das-desigualdades.pdf>>. Acesso em: 15/10/2011.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. **Texto para Discussão** nº 800, IPEA. Rio de Janeiro, 2001.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza. **Texto para Discussão** nº 528, IPEA. Rio de Janeiro, 1997.

BERTONI NETO, J.; SOUZA, S. de C. I. de; FERREIRA, C. R. A Contribuição das Rendas do Trabalho e dos Programas de Transferências de Renda para a queda da Desigualdade nas áreas Urbana e Rural do Brasil: 2004-2008. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 7., 2011, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: Encontro de Economia Baiana, 2011. Disponível em: <www.mesteco.ufba.br/scripts/encontro/3042011114318.docx>. Acesso em: 10/ 09/ 2011.

BRADSHAW, J.; FINCH, N. Overlaps in dimensions of poverty. **Journal of Social Policy**, Cambridge University Press, v. 32, n. 4, p. 513-525, 2003.

BRASIL/MINISTÉRIO DO TRABALHO (MTE)/RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS). **Ministério do Trabalho/Relação Anual de Informações Sociais**. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br>>. Acesso em 23/10/2010.

BRITO, D. J. M.; ROCHA, R. M. Concentração de renda e escolaridade: qual é a relação com a pobreza no Nordeste do país. **Revista Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 21, n.3, p. 583-594, jul/set de 2011.

CARVALHO JR, P. H. Análise do gasto da união em ações assistenciais ou focalizado na população pobre e em benefícios previdenciários de fortes impactos sociais: 1995-2004. **Texto para Discussão** nº 1236, IPEA. Brasília, 2006.

CITRO, C. F.; MICHAEL, R. T. **Measuring Poverty: A New Approach**. Washington, D.C.: National Academy Press, 1995.

CALDAS, R. de M.; MENEZES, T. A. de . Decomposição do Índice Theil-T: uma análise da desigualdade de renda para os Estados Nordestinos. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 41, 2010. Disponível em:
<<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2010/docs/decomposicao-do-indice.pdf>>. Acesso em: 10/10/2011.

CAVALCANTI, M. F. A.; CAMPOS, F. M. ; SILVEIRA NETO, R. da M. Mismatch nos Mercados de Trabalho Regionais Brasileiros: O que explica as diferenças regionais. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 41, 2010. Disponível em:
<<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2010/docs/mismatch.pdf>>. Acesso em: 10/10/2011.

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. Uma Sugestão de Deflatores para Rendas Obtidas a Partir de Algumas Pesquisas Domiciliares do IBGE. **Texto para Discussão** nº 897, IPEA. Rio de Janeiro, 2002.

DULCI, J. A.; SANTOS, L. A. de F. Crescimento Econômico e Distribuição de Renda: Um Recorte Latino-Americano. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO, 3., 2008, Córdoba-Argentina. **Anais eletrônicos...** Argentina: ALAP, 2008. Disponível em:
<http://www.alapop.org/2009/images/DOCSFINAIS_PDF/ALAP_2008_FINAL_304.pdf>. Acesso em: 16/05/2011.

FAVA, V. L. **Urbanização, custo de vida e pobreza no Brasil**. São Paulo: Fipe/USP, 1984.

FIGUEIREDO, E. A. de; NETTO JÚNIOR, J. L. da S. Desigualdade de oportunidades no Brasil: análise a partir do método de dominâncias estocásticas. In: XVI FÓRUM BNB DE DESENVOLVIMENTO - XV ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 2010, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: ANPEC, 2010. Disponível em:
<http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1201>. Acesso em: 10/09/2011.

FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. **The American Economic Review**, v.62, nº 2, p. 391-402, 1972.

FOSTER, J. Absolute versus Relative Poverty. **The American Economic Review**, v.88, nº 2, p. 335-341, 1998.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Campus, 2007.

GLENNERSTER, H. United States poverty studies and poverty measurement: the past twenty-five years. **Social Service Review**, v. 76, n. 1, p. 83-107, 2002. Disponível em: <<http://sticerd.lse.ac.uk/dps/case/cp/CASEpaper42.pdf>>. Acesso em: 17/05/2011.

GOMES, P. E. M.; PENNA, C. M.; TROMPIERI FILHO, N.; LINHARES, F. Trabalho, Transferências e Desigualdade: A Curva de Kuznets para o Nordeste. In: XVI FÓRUM BNB DE DESENVOLVIMENTO - XV ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 2010, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: ANPEC, 2010. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2010/docs/trabalho.pdf>>. Acesso em: 08/09/2011.

GONÇALVES, M. B. C.; SILVEIRA NETO, R. M. Crescimento Pró-Pobre nos Municípios Nordestinos: Evidências para o Período 1991-2000. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 41, p. 799-816, 2011.

GUJARATI, D. **Econometria Básica**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2006.

HAGENAARS, A.; DE VOS, K. The definition and measurement of poverty. **The Journal of Human Resources**, v. 23, n. 2, p. 211-221, 1988.

HERMANN, J. **Reforma, endividamento externo e o 'milagre' econômico (1964/1973)**. Em: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. (Orgs). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HIRSCH, B. T. Poverty and economic growth: has trickle down petered out?. **Economic Inquiry**, v. 18, n. 1, p. 151-158, 1980.

HOFFMANN, R. **Distribuição de Renda: Medidas de Desigualdade e Pobreza**. São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. Distribuição de renda e crescimento econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 41, p. 67-76, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a07.pdf>>. Acesso em 28/10/2010.

_____. A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 213-235, jul./dez. 2002.

_____. Transferência de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 55-81, jun. 2006. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/pesquisas/Políticas_sociais_alunos/2011/pdf/9BES_Gini_Decompr_ODOLFO.pdf>. Acesso em 04/10/2011.

HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C. A distribuição da renda no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 12, n. 2, 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico (1991 e 2000)**. Versão CD-ROM.

IIINSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Contas Nacionais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 23/04/2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA/IPEADATA). **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 26/09/2009.

Pobreza, desigualdade e políticas públicas. Comunicado da Presidência nº 38, de 12.01.2010. Brasília: IPEA. 2010. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/100112Comunicado38.pdf>. Acesso em: 05/10/2011.

JONES, C. I. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Tradução: Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: Uma Perspectiva Multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 79-112, jan/jun 2006. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V15-F1-S26/05-kageyama_hoffmann.pdf>. Acesso em 13/05/2011.

KAKWANI, N.; SON, H. **New Global Poverty Counts**. Working Pappers 29, International Policy Centre for Inclusive Growth, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/IPCWorkingPaper29.pdf>>. Acesso em: 27/04/2011.

KUZNETS, S. Economic Growth and Income Inequality. **The American Economic Review**, v.45, nº 1, 1955.

LANGONI, C. G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

_____. **A economia da transformação**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

LAVINAS, L.; VARSANO, R. Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza. **Texto para Discussão** nº 534, IPEA. Brasília, 1997.

LAVINAS, L. **A Melhor Linha de Pobreza para o Brasil**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2005.

LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO, A. F. Análise de Pobreza com Indicadores Multidimensionais: Uma Aplicação para Brasil e Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambú. **Anais eletrônicos...** Caxambú: ABEP, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_593.pdf>. Acesso em: 19/09/2011.

LYRA, M. R. S. de B. Sulanca X Muamba: rede social que alimenta a migração de retorno. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15/10/2011.

MADDEN, D. Relative or Absolute Poverty Lines: A New Approach. **Review of Income and Wealth**, v.46, n. 2, p.181-199, 2000.

MARINHO, E.; LINHARES, F.; CAMPELO, G. Os Programas de Transferência de Renda do Governo Impactam a Pobreza no Brasil?. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, p. 267-288, 2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1411/2259>>. Acesso em 04/10/2011.

MATIAS, J. S.; SALVATO, M. A.; BARRETO, F. A. F. D. Análise da Qualidade do Crescimento Econômico nos Estados Brasileiros de 1995 a 2008: Quão elásticos são os indicadores de pobreza com relação ao crescimento?. In: XVI FÓRUM BNB DE DESENVOLVIMENTO - XV ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 2010, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: ANPEC, 2010. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2010/docs/analise-da-qualidade.pdf>>. Acesso em: 10/10/2011.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Transferência de renda no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 79, p. 5-21, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10/09/2011.

MENEZES, T. A.; PINTO, R. F. É Preciso Esperar o Bolo Crescer, para Depois Repartir?. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 8., 2005, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: ANPEC, 2005. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/mesa3_texto3.pdf>. Acesso em: 03/10/2010.

MIRO, V. H.; SULIANO, D. C. Menos Desigualdade e Fatores Persistentes nos Diferenciais de Rendimentos sob uma Ótica Regional. In: XVI FÓRUM BNB DE DESENVOLVIMENTO - XV ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 2010, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: ANPEC, 2010. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2010/docs/menos.pdf>>. Acesso em: 08/09/2011.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. Nova York: Cimeira do Milênio, 2000. Disponível em: <<http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>>. Acesso em: 08/11/2011.

NERI, M. **Miséria, desigualdade e política de renda: O Real do Lula**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2007. Disponível em: <<http://www3.fgv.br/ibrecps/RET3/index.htm>>. Acesso em: 10/09/2011.

NORTH, D. C. **Structure and Change in Economic History**. Nova York: Norton, 1981.

NURKSE, R. **Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries**. Nova York: Oxford University Press, 1953.

OLIVEIRA, V. P. de; OLIVEIRA, M. H. P. Um recorte no Agreste Pernambucano: diversidade, riqueza e pobreza em Garanhuns e municípios vizinhos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2009, Niterói. **Anais eletrônicos...** Niterói: Instituto de Geociências/UFF, 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Victor%20Pereira%20de%20Oliveira.pdf>>. Acesso em: 12/09/2011.

PASTORE, J.; ZYLBERSTAJN, H.; PAGOTTO, C. S. **Mudança Social e Pobreza no Brasil: 1970-1980**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

PELIANO, A. M. T. M. O Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar. **Documento de Política** nº 14, Brasília, IPEA, Março de 1993.

PENAFORTE JÚNIOR, M. de A.; BORGES, J. de M.; AZEVEDO, D.S.; BORGES FILHO, E. L. Perfil dos Produtores de Leite do Município de Garanhuns. In: IX JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (JEPEX) - VI SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2009, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: UFRPE, 2009. Disponível em: <<http://www.eventosufrpe.com.br/jepepx2009/cd/resumos/R1002-2.pdf>>. Acesso em: 12/09/2011.

PESSÔA, S. de A. Existe um Problema de Desigualdade Regional no Brasil?. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., 2001, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ANPEC, 2001. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/20015174.pdf>>. Acesso em 23/04/2010.

RAMOS, L.; MENDONÇA, R. **Pobreza e Desigualdade de Renda no Brasil**. Em: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André (Orgs). *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

RANIS, G.; STEWART, F. Crecimiento económico y desarrollo humano en América Latina. **Revista de la CEPAL**, v. 78, p. 7-24, dez. de 2002. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/7/19337/lcg2187e_Ranis.pdf>. Acesso em: 27/08/2011.

RAVALLION, M.; CHEN, S. Measuring pro-poor growth. **Economic Letters**, v. 78, n. 1, p. 93-99, Jan. 2003.

RAVALLION, M.; DATT, G. Why has economic growth been more pro-poor in some states of India than others?. **Journal of Development Economics**, Washington, v. 68, n. 2, p. 381-400, 2002. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTPGI/Resources/13995_JDE2002.pdf>. Acesso em: 05/09/2010.

REIS, A. C. E. dos; DAL RI, N. M. Educação e política de transferência condicionada de renda no Brasil. **Educere et Educare: Revista de Educação**, Cascavel, v.3, n.6, p. 241-255, jul/dez de 2008.

ROCHA, Sônia. Do consumo observado à linha de pobreza. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 27, n. 2, 1997. Disponível em:
<<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/730>>. Acesso em: 03/10/2010.

_____. Estabelecimento e comparação de linhas de pobreza para o Brasil. **Texto para Discussão** nº 153, IPEA. Rio de Janeiro, 1988. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/pub/td/1988/td_0153.pdf>. Acesso em: 03/10/2010.

_____. **Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil**. Em: HENRIQUES, RICARDO. Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. cap. 4. Disponível em:<
http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=244>. Acesso em: 03/10/2010.

_____. Desigualdade regional e pobreza no Brasil: a evolução - 1981/95. **Texto para Discussão** nº 567, IPEA. Rio de Janeiro, 1998.

_____. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROEMER, J. **Theories of distributive justice**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

ROMÃO, M. C. **Pobreza: conceito e mensuração**. Recife: Universitária/ UFPE, 1993.

ROWNTREE, J. **Poverty: a study of town life**. Londres: Macmillan, 1901.

SCHWARTZMAN, S. **Redução da desigualdade, da pobreza e os programas de transferência de renda**. Rio de Janeiro: IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2006.

SEN, Amartya. **Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation**. Nova York: The Clarendon Press, Oxford University Press, 1981.

_____. Poor, relatively speaking. **Oxford Economic Papers**, v. 35, n. 1, 1983.

_____. The economics of life and death. **Scientific American**, v.268, n. 4, p.40-47,1993.

_____. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Texeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA JÚNIOR, L.H.; SAMPAIO, Y.S.B. Características da pobreza rural nordestina: Uma análise a partir do modelo logit de probabilidade. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 9., 2004, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: ANPEC, 2004. Disponível em:< <http://www.bancodonordeste.com.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/2004-caracteristicas.pdf> >. Acesso em 26/09/2009.

SILVA, M. O. da S. e. Os Programas de Transferência de Renda na Política Social Brasileira: seu desenvolvimento, possibilidades e limites. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, v. 8, n. 2, p. 113-133, 2004. Disponível em:
<<http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/168/1/OS%20PROGRAMAS%20DE>

%20TRANSFERENCIA%20DE%20RENDAS%20NA%20POLITICA%20SOCIAL%20BRASILEIRA.pdf>. Acesso em: 05/08/2011.

SILVA MELO, S. R.; SAMPAIO, Y. S. B. Focalização do Programa Bolsa Família: análise de erros de cobertura e vazamento. In: XVI FÓRUM BNB DE DESENVOLVIMENTO - XV ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 2010, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: ANPEC, 2010. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2010/docs/focalizacao.pdf>>. Acesso em: 15/10/2011.

SILVEIRA NETO, R. M. Quão Pró-Pobre tem sido o Crescimento Econômico no Nordeste? Evidências para o Período 1991-2000. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 36, p. 483-507, out/dez 2005.

SILVEIRA, F. G.; CARVALHO, A. X. Y.; AZZONI, C. R.; CAMPOLINA, B.; IBARRA, A. Dimensão, magnitude e localização das populações pobres no Brasil. **Texto para Discussão** nº 1278, IPEA. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1278.pdf>. Acesso em 26/09/2010.

SOARES, S. Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 83-115, jun. 2006. Disponível em: <http://www.proppi.uff.br/revistaeconomica/sites/default/files/V.8_N.1_Sergei_Soares.pdf>. Acesso em: 18/10/2011.

SOUZA, P. F. L.; SALVATO, M. A. Decomposição Hierárquica da Desigualdade de Renda Brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ANPEC, 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211123470-.pdf>>. Acesso em: 20/09/2010.

SON, Hyun H. A note on pro-poor growth. **Economics Letters**, vol. 82, n. 3, p. 307-314, março de 2004.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TAQUES, F. H.; PIZA, C. de T. Crescer para Distribuir ou Crescer Distribuindo? Uma análise Exploratória para os Estados Brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 37., 2009, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos...** Foz do Iguaçu: ANPEC, 2009. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2009.htm>. Acesso em: 20/09/2010.

THOMAS, Vinod. Differences in income, nutrition and poverty within Brazil. **Texto para Discussão** nº 505, Banco Mundial. Washington, 1982.

TOCHETTO, D. G.; RIBEIRO, E. P.; COMIM, F. V.; PORTO JUNIOR, S. da S. Crescimento Pró-Pobre No Brasil - Uma Análise Exploratória. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: ANPEC, 2004. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A047.pdf>>. Acesso em: 20/09/2010.

VASCONCELOS, K.S.L.; FERREIRA, M. O. Caracterização da Economia Informal no Pólo de Confeções do Agreste Pernambucano. In: CONGRESSO SOBER - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande. **Anais eletrônicos...** Campo Grande: SOBER, 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/875.pdf>>. Acesso em: 04/08/2011.

VAZ, F. M.; SOARES, S. S. D. Linhas de Pobreza Subjetivas para o Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ANPEC, 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211622320-.pdf>>. Acesso em: 04/09/2011.

NETTO, Delfim. Esqueceram os índios. Entrevista concedida a Marcio Aith. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ed. 1993, ano 40, p. 11-15, 31 jan. 2007. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 19/10/2011.

VINHAIS, H.; SOUZA, A. P. Pobreza Relativa ou Absoluta? A Linha Híbrida de Pobreza no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ANPEC, 2006. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A140.pdf>>. Acesso em: 03/07/2011.

ANEXOS

ANEXO A – Produto Interno Bruto dos cinco Municípios com Maior Participação no PIB do Agreste Pernambucano – 2002 e 2006

Municípios	PIB (mil Reais) 2002	PIB (mil Reais) 2006	Taxa de Crescimento
Caruaru	998.720,35	1.761.636,97	76,39%
Garanhuns	419.407,11	638.441,92	52,22%
Belo Jardim	219.571,06	400.447,80	82,38%
Santa Cruz do Capibaribe	168.671,40	291.949,97	73,09%
Gravatá	170.075,65	276.433,12	62,54%
Total (1)	1.976.445,56	3.368.909,77	70,45%
Demais Municípios (2)	2.854.102,88	4.597.926,20	61,10%
Agreste Pernambucano (3) [Total (1) + Total (2)]	4.830.548,44	7.966.835,97	64,93 %
Total (1)/Total (3)	40,92 %	42,29 %	3,35 %
Pernambuco	35.251.387,50	55.504.917,11	57,45 %

Fonte: Contas Regionais – IBGE (2002 e 2006).

ANEXO B – População e PIB *per capita* para os principais municípios do Agreste Pernambucano – 2002 e 2006

Municípios	População		PIB <i>per capita</i>	
	2002	2006	2002	2006
Caruaru	265.104	283.152	3.767,28	6.221,52
Garanhuns	121.887	128.398	3.440,95	4.972,37
Belo Jardim	71.007	74.640	3.092,25	5.365,06
Santa Cruz do Capibaribe	64.998	74.359	2.595,02	3.926,22
Gravatá	68.935	71.551	2.467,19	3.863,44
Total (1)	591.931	632.100	15.362,69	24.348,61
Demais Municípios	1.452.302	1.491.381	126.055,66	199.620,11
Agreste Pernambucano	2.044.233	2.113.481	141.418,35	223.968,72

Fonte: Contas Regionais – IBGE (2002 e 2006).

APÊNDICES

APÊNDICE A – Produto Interno Bruto das Mesorregiões pernambucanas entre 1985 e 2000
em valores de 2000 (R\$ mil)

Mesorregiões de Pernambuco	1985	1996	1999	2000
Sertão Pernambucano	1.040.416,98	1.004.615,49	1.470.167,62	1.493.142,39
São Francisco Pernambucano	691.642,99	844.164,93	1.395.440,10	1.418.641,69
Agreste Pernambucano	2.652.969,23	2.617.309,71	3.611.759,40	3.704.438,03
Mata Pernambucana	3.088.321,24	2.125.850,73	2.649.368,27	2.662.528,35
Metropolitana de Recife	13.155.494,67	18.004.490,52	17.288.964,96	17.680.361,92
Pernambuco	20.628.845,12	24.596.431,39	26.415.700,35	26.959.112,38

Fonte: Elaboração própria, com dados do IPEA/IPEADATA (2010).